

Henrique Pedrazza Kopittke

PODEMOS E A HIPÓTESE POPULISTA NA ESPANHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Raúl Burgos

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Kopittke, Henrique Pedrazza
Podemos e a Hipótese Populista na Espanha /
Henrique Pedrazza Kopittke ; orientador, Raúl
Burgos, 2018.
192 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Podemos. 3. Populismo.
4. Espanha. 5. 15-M. I. Burgos, Raúl. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

“PODEMOS e a hipótese populista na Espanha.”

Henrique Pedrazza Kopittke

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof. Dr. Raul Burgos
(PPGSP/UFSC)
Orientador/Presidente

Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Elizabeth Farias da Silva
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Eric Araújo Dias Coimbra
(UERGS)

Prof. Dr. Ernesto Seidl
Coordenador PPGSP/UFSC

FLORIANÓPOLIS, (SC), SETEMBRO DE 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa Leticia por toda ajuda e apoio, sem ela não conseguiria ter feito esse trabalho. À minha família, meus pais, Rosana e Bruno, pelo apoio. Aos trabalhadores da UFSC, e à universidade, por ter possibilitado esse trabalho e minha formação.

Aos colegas e professores que, na discussão dessa pesquisa, contribuíram de modo inestimável a sua melhoria.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que permitiu minha dedicação integral ao mestrado.

Aos projetos presentes de livre difusão de conhecimento e arte, hoje combatidos, e aos projetos futuros, amanhã vitoriosos. Foram cruciais para a elaboração desse trabalho.

A todo mundo, enfim, agradeço.

La izquierda y la derecha unidas jamás serán
vencidas.

(Nicanor Parra, 1972)

RESUMO

Analisamos a atuação do Podemos em torno da hipótese populista, professada por seus dirigentes. Essa hipótese tem como elementos a agregação de demandas, liderança carismática e polarização política. Tem como pré-condição a oportunidade de uma crise. Investigamos se a hipótese é apropriada para o contexto espanhol, levando em conta os protestos massivos do 15-M e suas práticas e discursos. Consideramos a avaliação dos intelectuais do partido dentro do contexto de uma teoria do populismo. Analisamos as operações político-discursivas próprias ao desenvolvimento de uma investidura populista. Concluímos que a hipótese populista levada a cabo contradisse os elementos ideológicos emergentes do protesto.

Palavras-chave: Podemos; Populismo; Espanha; 15-M; Crise; Democracia.

ABSTRACT

We analyze the performance of Podemos pertaining to the populist hypothesis, professed by its leaders. This hypothesis has as elements the aggregation of demands, charismatic leadership and political polarization. Its premise is the opportunity of a crisis. We investigate whether the hypothesis is appropriate for the Spanish context, taking into account the massive protests of 15-M and its practices and speeches. We consider the evaluation of party intellectuals within the context of a theory of populism. We analyze the political-discursive operations proper to the development of a populist investiture. We conclude that the populist hypothesis carried out contradicted the ideological elements emerging from the protest.

Keywords: Podemos; Populism; Spain; 15-M; Crisis; Democracy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

15-M – Nome dado aos protestos dos *Indignados* na Espanha, decorrente da data de início dos mesmos, 15 de Maio de 2011.
BCE – Banco Central Europeu
CCOO – Comisiones Obreras
CEPS – Centro de Estudios Políticos y Sociales
CNT – Confederación Nacional del Trabajo
DRY! – Democracia Real Ya!
FMI – Fondo Monetário Internacional
IU – Izquierda Unida
MAS – Movimiento al Socialismo
PAH – Plataforma de Afectados por la Hipoteca
PCE – Partido Comunista Español
PP – Partido Popular
PSOE – Partido Socialista Obrero Español
UCD – Unión de Centro Democrático
UGT – Unión Geral de Trabajadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	A TEORIA DO POPULISMO DA AMÉRICA LATINA À EUROPA	33
2.1	MAPA CONCEITUAL.....	33
2.2	O POPULISMO NA TEORIA SOCIAL BRASILEIRA.....	37
2.3	A TEORIA DO POPULISMO NA OBRA DE ERNESTO LACLAU.....	42
2.3.1	A Interpelação Populista: Povo Contra Poder	42
2.3.2	Ruptura Populista	45
2.3.3	Populismo como Articulação de Demandas	51
2.3.4	Razão Populista: Significante Vazio, Nomeação, Afeto ... 57	
2.3.5	Populismo e Democracia Radical	63
2.4	ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS E IMPASSES INTERPRETATIVOS.....	67
2.4.1	O Populismo Entre a Esquerda e a Direita	67
2.4.2	Contra o Populismo: Constituição e Destituição	76
2.5	QUADRO INTERPRETATIVO.....	91
3	O CONTEXTO ESPANHOL E O MOMENTO POPULISTA	93
3.1	O CONTEXTO ESPANHOL	93
3.1.1	Transição e Herança Franquista	93
3.1.2	O Universo Partidário Pós-Franquista e seus Consensos 99	
3.1.3	A Crise Financeira de 2008 e as Origens do 15-M	104
3.2	A TRAJETÓRIA DO 15-M.....	108
3.2.1	O 15-M e as Lutas Globais	108
3.2.2	O 15-M como Movimento de Redes	117

3.2.3	O 15-M como Momento Populista.....	122
4	FORMAÇÃO DO PODEMOS	135
4.1	O PARTIDO DOS UNIVERSITÁRIOS	135
4.2	ORGANIZAÇÃO	144
4.2.1	Os Círculos	144
4.2.2	Vista Alegre I e II.....	147
4.3	CRONOLOGIA ELEITORAL	150
5	A HIPÓTESE PODEMOS	158
5.1	REPRESENTAÇÃO.....	158
5.2	DEMANDAS.....	164
5.2.1	Soberania Popular e Soberania Nacional	169
5.2.2	Contra a Austeridade	172
5.2.3	Os Símbolos do Poder.....	175
6	CONCLUSÃO.....	178
7	REFERÊNCIAS.....	182

1 INTRODUÇÃO

Frente ao impacto das medidas de austeridade, se sucede na Espanha uma queda na confiança em partidos e outras instituições que põe em risco a estabilidade bipartidária e o chamado "Regime de 1978", conciliação política após a longa ditadura fascista de Franco (1936-1975). Em 2011, temos largas manifestações questionando o poder público, as medidas econômicas adotadas, e seus supostos beneficiários: banqueiros e grandes empresas. Mobilizando as indignações latentes das multidões e suas redes ativistas, em 2014 surge um novo partido político. O Podemos segue uma estratégia populista ao interpelar o povo contra a "casta". Trata-se de uma consequente e assumida tomada prática do pensamento de Ernesto Laclau (1935-2014) e Chantal Mouffe (1943-), mobilizando as categorias de antagonismo, significantes vazios e populismo. O aporte teórico-prático dos dirigentes do Podemos constitui-se em diálogo com a experiência recente sul-americana. Propõe explicitamente uma analogia com a situação Europeia, articulando frente nacional popular em uma perspectiva internacionalista. Ainda, ao capturar a insatisfação latente do 15-M, a estrutura vertical e a perspectiva eleitoral do partido polemizam o autonomismo e horizontalidade comuns às lutas antissistêmicas a partir das quais a própria formação emerge. Entendo todas essas dualidades como presentes e latentes na prática discursiva do Podemos. Tomando como base a definição de Laclau de populismo, bem como as inflexões teóricas recentes acerca do tema, tempos por objetivo estudar a estratégia discursiva do Podemos, e seus elementos decisivos, a partir de termos próprios à Teoria do Discurso.

O primeiro sinal da crise na Espanha apareceu no setor imobiliário. Ao final de 2008, havia mais de um milhão de casas sem serem vendidas (LOPEZ; RODRIGUEZ, 2011: 20). Era um setor chave na economia espanhola, onde se concentravam suas maiores ambições, e o dinheiro correspondente. Projetos mirabolantes, como cassinos e superportos (Idem: 15) são congelados – mas ainda sonhados, projetados, desejados. O setor imobiliário conecta o grande investimento privado e o capital político; governos municipais e regionais negociam facilidades para o capital estrangeiro, tem acesso à casas de empréstimo, podem decidir sobre o zoneamento territorial, impor leis, mas também conceder incentivos. O capital e os lucros de um grande investimento imobiliário podem fazer a carreira de um político.

Mas a crise chegou à Espanha e tomou residência nela. Em 2009, o Governo Socialista de José Luiz Rodríguez Zapatero decidiu por criar um fundo de resgate, no valor de 99 bilhões de euros, ao mesmo tempo

que dívidas de empreiteiras foram perdoadas (Idem: 22). E finalmente, com a mudança das políticas na Eurozona, chegou a vez de dizer ao povo que só à custa de trabalho intenso poderia a Espanha sair da crise (Idem). Através do governo Espanhol, a *troika*, que consiste em Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Europeia e Banco Central Europeu (BCE), impõe um programa de austeridade que envolve corte nos salários do setor público, aumento da idade de aposentadoria, corte de pensões, facilitar o processo de demissões e o congelamento de projetos de investimento (Idem: 23).

No primeiro aniversário dessas medidas, no dia 15 de maio de 2011, protestos irrompem em Madrid, cantando: “*Que no, que no, que no nos representan*”, respondendo ao chamado de protesto do grupo Democracia Real Ya (DRY) que diz, por sua vez: “*No somos mercancías en manos de políticos ni banqueros*” (GERBAUDO, 2017: 79). Os protestos continuam, afetam várias cidades, evoluem para acampamentos, assembleias, onde pedestres ocasionalmente são convidados a participar. São protestos de clima ecumênico (Idem: 101) e também livres, divertidos, com cartazes irônicos denunciando o desemprego crescente, a falta de oportunidades, as privatizações, os políticos e os banqueiros e sua corrupção. Ao fim do texto que escolhemos como primeiro guia para a crise espanhola, de Isidro López e Emmanuel Rodrigues (2011: 29) se encontra o testemunho de Beatriz García, que concentra muito daquele momento histórico, em indignação e esperança: “We question this democracy because it is absurd that the only way to ‘punish’ a party is to vote for another one with which one does not agree (...) Excuses are not good enough for us. We do not want to choose between really existing democracy and the dictatorships of the past. We want a different life. Real democracy now!”¹.

Imediatamente após os protestos, o Partido Socialista resta punido, com sua pior votação em sua história. O Partido Popular, conservador,

¹ “Questionamos essa democracia porque é absurdo que o único modo de ‘punir’ um partido é escolher um com o qual não se concorda. (...) as desculpas não nos satisfazem. Não queremos escolher entre as democracias realmente existentes e ditaduras do passado. Queremos uma vida diferente. Democracia real já!”

Há versão em espanhol do texto, porém, nesse testemunho, a versão em inglês está redigida de forma mais clara. Onde se fala em escolher entre democracias existentes e ditaduras do passado, o texto espanhol usa “democracia real” que confunde o leitor, já que o mesmo termo serve para identificar as aspirações da ativista por mais democracia e a democracia insuficiente do regime que ela critica.

está no poder, continuando as políticas que os próprios manifestantes se insurgiram contra. Assim, essa fonte de criatividade e esperança que foi o 15-M sobrevive pelas redes por ele criadas e desenvolvidas – pelo ativismo em movimentos sociais e populares, pela reativação, em protesto de seus slogans e demandas. Mas não tem, nesses anos, uma representação institucional.

O partido político Podemos é fundado quase três anos após os eventos iniciais do 15-M, em janeiro de 2014. Tem como marco inicial o manifesto *Mover Ficha*². Seu líder e face mais visível é Pablo Iglesias, cientista político, apresentador de TV. Ele tem sucesso no ano de 2013 com intervenções curtas em programas de debates políticos, geralmente defendendo manifestantes, falando em nome de famílias comuns, de desempregados, de estudantes endividados, de espanhóis que imigraram por falta de oportunidades. Sua postura é antagônica, direta, simples e mordaz (RENDUELES; SOLA, 2018: 34). Tendo a organização orçamento limitado, recorre a práticas de *crowdfunding*, apelando de novo ao cidadão comum, indignado. Iglesias vaticina que esse será um partido imune aos interesses dos poderosos e das grandes corporações: quer a ajuda de cidadãos, que irá representar³. Intermissão televisiva do Partido termina com Iglesias perguntando “*¿Cuando fue la última vez que votaste con ilusión?*”. Corta-se para o público cantando o lema ouvido no 15-M, “*si se puede*”, e termina com a resposta do líder: *Claro que podemos*⁴. Na origem do Podemos há o reconhecimento da importância das eleições europeias, por ser uma oportunidade de conseguir votos dos descontentes com as imposições e ingerências da comissão europeia na Espanha.

O partido surpreende nas eleições europeias, tendo cerca de 8% do voto e conseguindo eleger cinco eurodeputados. Com o sucesso inesperado das eleições europeias, o slogan do 15M é revertido em comemoração de simpatizantes do partido: “*Que si, que si, que si nos representan*” (GERBAUDO, 2017: 223).

² PODEMOS, 2014. Mover Ficha. Disponível em: <<https://www.cuartopoder.es/wp-content/uploads/2014/01/Mover-ficha-convertir-la-indignación-en-cambio-pol%C3%ADtico.pdf>>. Acesso em: 04/10/2018.

³ Ver o pequeno documentário “Mover Ficha” da Hispan TV, onde Pablo Iglesias apresentou o programa Fort Apace. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R4hmUzSDJ6M>>. Acesso em: 24/08/2018.

⁴ PODEMOS. Claro que Podemos, 2014. Disponível em <<https://youtu.be/unFxEn2gcTs>> Acesso em: 24/08/2018.

Sua relação com o 15-M se dá não só pela apropriação de seus discursos e termos ou de sua estética, mas também, de forma mais qualificada, através da inclusão de importantes ativistas sociais e figuras públicas relacionadas com aquela manifestação em seus quadros. E, num terceiro sentido – depois do retórico e da constituição – pela sua própria conformação como partido-movimento, que busca incluir dentro de si elementos ideológicos daquele protesto, enfatizando a democracia interna e métodos cooperativos de formulação política⁵.

Mas o Podemos não é uma representação institucional, direta, do 15-M. E os dirigentes do partido serão os primeiros a reconhecê-lo:

Podemos no es el Partido del 15-M. No lo es en primer lugar porque cualquier partido que dijera que es el partido del 15-M sería un farsante. Es imposible que hubiese un partido del 15-M, de un movimiento heterogéneo de expansión horizontal, de descontentos muy diferentes, algunos con una articulación muy débil entre sí, con una articulación que solo viene de su común oposición hacia el poder. Así no se tiene ni puede tener un partido, no porque no sea deseable (ERREJÓN; MOUFFE, 2015: 64).

O 15-M não se permite ser representado e as ambições do partido se encontram alhures. De fato, tratava-se de uma interpretação específica do protesto popular, e o partido funcionaria como instrumento, já dentro dessa interpretação.

Salvador Schalvezon (2015: 45) comenta a *hipótese populista* do partido, que deveria:

superar um bloqueio causado por duas leituras do 15-M. Por um lado, a que limitava a crise a um fenômeno emocional de indignação; por outro, a hipótese movimentista que associa ao operáismo italiano, segundo o qual a crise estava gerando seu próprio coveiro com a transformação da inteligência coletiva impulsionada através dos movimentos.

⁵ A última demanda do manifesto Mover Ficha é justamente a de um partido aberto à participação cidadã na formulação de suas políticas.

Essa hipótese emerge tanto da interpretação do ciclo progressista da América Latina, estudado por dirigentes como Iglesias (2007), Monedero (2008) e Errejón (2012), mas também da própria contribuição teórica de Ernesto Laclau. Mas o que afinal seria essa hipótese?

Pablo Iglesias (2015a) afirma que através deste terá a oportunidade de falar na própria voz, pela primeira vez desde o início do ciclo intensivo de atuação política e exposição midiática que marcou a fundação do partido. Essa voz seria também de um cientista e teórico político, já que essas atribuições permitem e informam seu papel de liderança (Idem: 8). Portanto, é um texto no qual a estratégia do partido é explicitada em hipótese, da seguinte forma:

¿Existían posibilidades para un populismo de izquierdas en España? Si asumimos que bajo determinadas condiciones (en nuestro caso de crisis orgánica), se puede generar discursivamente una identidad popular politizable electoralmente, en nuestro país se daban esas condiciones. Se trataba, en nuestro caso, de agregar las nuevas demandas derivadas de la crisis en torno a un liderazgo mediático capaz de dicotomizar el espacio político. No es difícil, con los elementos dados, entender nuestra hipótesis. En España había una crisis orgánica y de régimen que había generado las condiciones para la articulación de un discurso dicotomizador capaz de construir con los materiales ideológicos nuevos del 15M un sujeto popular frente a las elites (Idem: 20).

É uma hipótese populista. É composta inteiramente por elementos presentes na teoria de Ernesto Laclau. Pela própria sumarização da crise espanhola, do 15-M e da emergência do Podemos aqui empreendida, pretendemos demonstrar a força narrativa dessa hipótese.

Devemos acrescentar à hipótese outro elemento estratégico tematizado nas avaliações do *millieu* do Podemos: a divisão dela em momento destituente (que seriam protestos populares, o confronto com o poder) e um momento constituinte (a *investidura populista*, concorrer ao poder). Errejón (2012, 2013) teorizará isso a partir da experiência latino-americana. Monedero também dá testemunho dessa interpretação (2016). Contra essa divisão, decomporemos a estratégia populista em três estágios, que delineiam tarefas interpretativas e transformativas. Primeiro, o *momento populista* que corresponde às condições da hipótese,

momento de crise de hegemonia de um regime cujos significados estão expostos para questionamento e re-apropriação por movimentos populares e novos atores políticos. Segundo, a *investidura populista*, que descreve a ação de agregar as diversas demandas e investimentos retóricos e afetivos, contestatórios do regime em crise, em uma liderança ou partido que represente a insatisfação popular. Terceiro, a *ruptura populista*: a efetiva consequência da tomada de estado e redistribuição de poder em um sentido democrático.

Fazemos isso por entendermos, seguindo Hardt e Negri (2014) que o momento multitudinário não é meramente destituente, mas também constituinte: isso se reflete na gramática do 15-M, tematizada de formas diversas por Castells (2013) e Gerbaudo (2017).

A adoção de conceitos retirados diretamente da teoria política contemporânea na luta política de movimentos e partidos nos parece tema fértil para pesquisa político-teórica; que esse partido tenha conseguido capturar de modo fulminante os *ânimos coletivos* alimenta ainda mais a curiosidade intelectual. E, finalmente, acrescenta ao fascínio que essa captura conspire justamente num ensaio de ruptura do sistema ou regime político vigente – a nível nacional e regional, conjuntamente ao Syriza. O fenômeno Podemos ainda tem a relevância de, através dos seus quadros, mobilizar uma curiosa forma de intercâmbio sul-sul: o sul da Europa e a América do Sul; já que o sul da Europa nos discursos do Podemos mobiliza-se contra a “casta neoliberal” que hegemoniza as entidades europeias – analogia evidente nas análises empreendidas por intelectuais do Podemos na ascensão de governos “pós-neoliberais” na América do Sul. Assim, o Podemos seria um caso paradigmático (HOWARTH, 2006: 61), da aplicação de uma hipótese derivada de uma teoria política. Como caso paradigmático, serviria de exemplo e metáfora da virada eleitoral do “movimento das praças” (GERBAUDO, 2017: 223)

John Gerring (2007) inscreve a pesquisa em ciência política em um espectro que leva do estudo do caso único ao estudo de múltiplos casos. Todo estudo levará em conta casos comparáveis, uma população ao qual o caso específico se relaciona. Partidos, países. O caso pode ser extremo, ou representativo de traços comuns àquela população. Serve de teste a questões específicas a população, mas seus resultados não podem ser simplesmente generalizados. Mas o estudo de casos serve para mais para gerar hipótese do que testá-las, tendo critérios internos de validação; é mais próximo de mecanismos causais do que para entender efeitos específicos de uma variável, já que há pouca variação, sendo composto de múltiplas observações do mesmo caso. Ainda assim, a força da causalidade aqui é maior, os dados estão concentrados, a investigação

privilegia a profundidade em detrimento da amplitude – estudos de caso são apropriados para populações heterogêneas, ou, no caso, tornam visível essa heterogeneidade, a partir da proposição de pesquisa (Idem: 51).

O estudo de caso está, assim, numa tradição positiva das ciências sociais que distingue momentos conjecturais de momentos de refutação ou teste (Idem: 40) – e o estudo de caso admitirá uma maior intervenção autoral na construção do objeto, dos elementos comprobatórios: “it is the very fuzzyness of case studies that grant them an advantage in research at the exploratory age”⁶ (Idem: 41). Hipóteses surgem e desaparecem sem que se deixe sequer registro delas. Logo, “case study research enjoys a natural advantage in research of an exploratory nature”⁷ (Idem). Gerring não deixa de reconhecer que estudos de caso possam servir para refutar hipóteses, falsear teorias, mas não vê nesse o ponto forte do estudo de caso.

O aspecto generativo de hipóteses é marcado no processo da nossa pesquisa. Poderíamos ter a hipótese inicial de que as demandas do 15-M não poderiam ser contidas na forma-partido. Que o grito de “não nos representa” ali era muito forte, taxativo. Parece uma hipótese forte, legítima, que emerge de cuidadosas observações dos acampamentos, das assembleias, dos gritos de guerra e dos manifestos. Porém esta se torna imediatamente inócua quando nos confrontarmos com testemunhos de líderes do Podemos, como Ínigo Errejón, que justamente a admitem, sem qualquer dificuldade ou embaraço. O Podemos, antes de ser partido, esteve no 15-M, leu os manifestos, observou os protestos, participou das assembleias. O 15-M abre um espaço, mas o Podemos não o ocupa completamente, sendo somente um de seus habitantes. É um partido que nasce de uma hipótese e a desenvolve, mas também está disposto a abandoná-la em busca de outras – é justamente o que faz Pablo Iglesias ao anunciar, ao fim das eleições gerais de 2016, o fim da hipótese Podemos (GARCÍA AGUSTÍN; BRAZIARELLI, 2018: 10). Experimento hesitante, segue produzindo hipóteses.

Entendemos que uma pesquisa centrada em torno da teoria do discurso sofrerá do desenvolvimento metodológico ainda tímido do

⁶ “é a própria imprecisão dos estudos de caso que lhes conferem uma vantagem na pesquisa na era exploratória”

⁷ “pesquisa de estudo de caso goza de uma vantagem natural em pesquisa de natureza exploratória”

campo⁸. As restrições serão maiores porque, aqui, trata-se de uma pesquisa bibliográfica – centrada em documentos do partido, discurso de líderes, entrevistas conduzidas por outros pesquisadores. Tivemos de adaptar nosso objeto de acordo essas restrições e acima de tudo conter nossas ambições sobre que tipo de “descoberta” esse objeto nos traria.

Marianne Jorgensen e Louise Philips em seu livro *Discourse Analysis as Theory and Method* (2002) selecionam da teoria do Discurso de Laclau e Mouffe conceitos tomados como ferramentas de análise que podem ser agrupados em quatro grupos distintos:

- (1) Pontos nodais, significantes mestres e mitos, que podem ser coletivamente rotulados como significantes chave na organização do discurso
- (2) o conceito de cadeia de equivalência que refere-se ao investimento de significantes chave com significados
- (3) conceitos referentes a identidades: formação do grupo, identidade e representação, e
- (4) conceitos para análise de conflitos: significantes flutuantes, antagonismo e hegemonia” (JORGENSEN; PHILIPS, 2002: 50)

É possível, a partir disso, pensar modos como o discurso organiza o espaço social e as identidades distribuídas nesse espaço.

David Howarth (2006: 77) avança sua própria perspectiva metodológica quanto à análise de discurso, propondo três elementos para a mesma. O primeiro, que devemos atentar para a construção de significado de um discurso, usando as categorias de “diferença” e “equivalência”, a produção de significados vazios, etc. O segundo elemento seria a atenção para as construções retóricas do texto – a interpretação retórica da relação hegemônica, por exemplo, seria observar que se trata de uma operação metonímica, já que um grupo assume a representação de demandas de diversos outros grupos. Tratar-se-ia, então, de observar no discurso esse tipo de figura de linguagem que pressupõe uma relação hegemônica. Outro elemento retórico presente e atuante em qualquer disputa política é a “redescription retórica” (Idem: 80), onde um

⁸ É reconhecido entre teóricos da área e se tornou um campo de investimento teórico nas últimas décadas. Um dos trabalhos mais extensos consolidados na área está *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory* de Jason Glynos e David Howarth (2007). No entanto, ofereceu complicadores teóricos que não parecem trazer muita recompensa interpretativa. Assim, procedemos de forma mais herética, ainda que atendendo a alguns conselhos.

elemento discursivo é colocado em novos termos com vistas a legitimar ou deslegitimar uma ordem – o 15-M faria o último com a ideia de consenso, opondo ao consenso das elites o consenso de assembleias e acampamentos. O terceiro elemento é a “construção de subjetividade” – devemos atentar em um discurso quem é seu sujeito pressuposto, qual a modalidade de enunciação e o próprio ato de enunciação – “lo que um sujeto esta haciendo mientras dice algo” (Idem: 81). Entender os significados em termos de jogos de equivalência e diferença, negociações tênues essenciais à hipótese populista; estar alerta aos deslizamentos metonímicos da retórica e, por fim, observar o discurso como ato. Avançamos que não podemos, por psicologia, supor a intencionalidade da ação – é um procedimento metódico que deve prestar atenção à forma e modalidade da ação, seu significado e retórica. O modelo é complexo e, Howarth admite, cada etapa exige uma a outra (Idem: 82). Porém, o importante dessa distinção é permitir recursos para analisar o texto como uma produção subjetiva que pretende preencher as tarefas de uma operação populista. Assim, permanecem significado, retórica e subjetividade, sendo o mais importante destes a subjetividade.

Adaptando a pesquisa à disponibilidade material, centramo-nos nos testemunhos de sua liderança, já que a própria hipótese populista nos permite tanto. Assim, distinguimos o tipo de documento que temos de acordo com o tipo de tarefa pressuposta na hipótese populista: interpretação das condições, transformações das condições. Entendemos que tratamos tanto de atos discursivos diretos quanto indiretos, apelos e interpelações ao “povo” e interpretações dos próprios autores sobre o que fazem ao “apelar ao povo”. Howarth (2006: 71) recomenda critérios explícitos de seleção de documentos que sejam dependentes do problema de pesquisa. Admite que certo grau de intuição deva intervir em todo caso. Em nossa seleção de documentos, são centrais os discursos feitos pelas lideranças do Podemos na ocasião de lançamento do Partido e em suas assembleias, que tenham como público seus militantes. Além disso, textos e produções audiovisuais que também tenham como público militantes de esquerda, do globo, como é o caso do escrito de Iglesias para a *New Left Review*, também outras obras de longo fôlego de Errejón ou Monedero. Comparamos estratégia e retórica e nos concentramos em discursos de líderes, personificados, ao invés de material publicitário desenvolvido de forma anônima e/ou coletiva. A autoria do discurso é que permite a sua conexão, apropriada, noutro momento, como discursos em registro mais analítico, que permitirá entender a continuidade de um a outro de forma mais rigorosa.

Na categorização de nosso arquivo, então, distinguimos entre gênero de discurso e público pressuposto do documento ou discurso. Isso é o que permitirá nossa apreensão dos elementos da hipótese populista como “atos de poder” (MOUFFE; 2005) Concentramos nossa atenção nos primeiros anos do partido, porque são esses os momentos chave de uma *investidura populista*: nossa análise concentra-se no lançamento do partido, as eleições europeias de 2014, a assembleia de Vista Alegre em novembro do mesmo ano – interpretada por Bruno Cava (2015) e Salvador Schalvezon (2015) como consolidação da hipótese populista – e tem por fim as mobilizações da *Marcha del Cambio* em 2015.

Outros produtos audiovisuais como o programa *Fort Apache, La Tuerka*, e *Otra Vuelta de La Tuerka* ou as intervenções de Pablo Iglesias em programas da TV espanhola, serviram para a tarefa de contextualização da experiência Podemos. Adicionalmente, não ignoramos os desenvolvimentos ulteriores do partido, e os desenvolvemos no terceiro capítulo. São contexto e permitem entender o objeto da pesquisa, a hipótese populista, nos termos que esteve colocada no primeiro ano de vida do partido espanhol.

Não pretendemos um diagnóstico definitivo sobre um fenômeno que é complexo e *vivo*. A investigação do 15-M e do Podemos, seus círculos e redes, revela um labirinto muito diverso em práticas e posturas, mas que, no geral, pretende – de modo muito consequente – mudar o quadro institucional e político da Espanha, em favor daqueles que mais foram afetados pela crise e ignorados ou excluídos pelo jogo político. Até por isso, o objeto dessa pesquisa é a hipótese populista, algo que esteve vivo dentro do Podemos, animando muito de suas práticas e ações, mas que não deve ser confundido com o todo que representaria o Partido, e mais ainda, sua família estendida. O que a *investidura populista* quis foi tomar essa promessa em mãos e desenvolvê-la em um plano estratégico explícito. Tivemos acesso aos muitos testemunhos publicados por militantes e simpatizantes que não partilhavam dessa perspectiva, e a maioria sempre viu no partido algo muito além dessa hipótese e, para tanto, criticaram-na duramente. Outros, restaram desiludidos.⁹

⁹ Porque o Podemos Fracassou. RODRIGUEZ, Emmanuel. 2016. Disponível em < <http://uninomade.net/tenda/porque-o-podemos-fracassou/> > acesso em 04/10/2018. Por uma Refundação do Podemos. RODRIGUEZ, Emmanuel. LÓPEZ, Isidro. CARMONA, Pablo. Disponível em < <http://uninomade.net/tenda/por-uma-refundacao-do-podemos/> > Acesso em 04/10/2018.

No primeiro capítulo desta dissertação, desenvolvemos os termos da teoria do populismo, que permitem que um conceito político de uso polêmico e pejorativo seja apresentado como hipótese desejável na Espanha contemporânea. Esse é um movimento largo que deve ter origem na própria fortuna teórica que o termo possui na história da América Latina. Essa história é primeiro contada em contraposição à valoração do conceito em debates da ciência política contemporânea. Temos como pressuposto que na América Latina, o populismo foi um conceito que (1) teve um sentido histórico específico de transição de sociedades arcaicas para sociedades modernas; (2) representou um marco negativo e pejorativo que pretendia ilustrar as insuficiências democráticas da América Latina – sendo o trabalho de Gino Germani (1973) seminal nesse sentido. Exploramos a teoria social brasileira para encontrar não só manifestações agudas e exemplares disso, como para manifestar os impasses políticos próprios a essa apreciação do termo. Consideramos Ernesto Laclau como um autor central que romperá com esses pressupostos e proverá ao populismo um valor estratégico e prospectivo fundamental, que já não está restrito a um destino histórico e geográfico particular. Depois disso, elaboramos em torno das problemáticas fundamentais que emergem desse movimento transformativo da obra de Laclau. Primeiramente, em termos de avaliação política com vistas a uma ação populista – o que liga o populismo à uma democracia radical, o momento prospectivo de uma estratégia. Posteriormente, em termos dos limites que uma estratégia como essa pode ter – avaliando as contentas que os críticos mais enfáticos de Laclau levantaram – num escopo que vai da valorização do governo constitucional (ARATO, 2013. URBINATI, 2014) à promoção de práticas políticas que recusem o momento representacional como um todo, culminando na figura do êxodo das multidões (BEASLEY MURRAY, 2010. ARDITI, 2007. HARDT; NEGRI, 2005; 2009).

No segundo capítulo exploramos as condições propostas na hipótese de Iglesias, que são o “Regime” e a “Crise”, dando ênfase à composição teórica dessa crise como *momento populista*. Tratamos dos elementos ideológicos do 15-M, contrapondo-os aos elementos ideológicos do chamado “regime de 78”. Lembramos a caracterização crítica desse regime, feito por intelectuais do Podemos. Comentamos o desenvolvimento do sistema partidário Espanhol como a consolidação de um consenso em torno de políticas econômicas neoliberais. Exploramos as implicações políticas da crise econômica, e as implicações também das medidas de austeridade. A partir do trabalho de Manuel Castells (2013), exploramos o 15-M como um movimento de redes, que valoriza

horizontalidade, não-violência e consenso. Contrapomos a isso uma interpretação populista desses mesmos eventos. A formulação mais detalhada nesse sentido encontra-se no trabalho do sociólogo Paolo Gerbaudo (2017). A partir dessa apreciação da bibliografia sobre *novíssimos movimentos sociais* procuramos entender: Que elementos constituem uma caracterização de um momento populista? Que oportunidades e resistências oferecem a uma *investidura populista*? Essas serão tematizadas em torno do conceito de representação e as formas de ação e crítica política presentes no 15-M. Reencontramos nesse evento histórico as encruzilhadas da discussão normativa sobre populismo.

No terceiro capítulo, abordamos a formação e organização do Podemos, ainda em uma larga contextualização do *momento populista*. Se problematizará as ambivalências da formação política, dividida entre 15-M e populismo; entre tarefas interpretativas e tarefas organizativas. Destaca-se o fato de se tratar de uma organização de intelectuais, ligadas a redes de protesto e movimentos sociais. O retrato do partido se dá através de três aspectos: sua composição social, sua organização política e sua atuação política. Observamos que a hipótese populista implicou em uma *verticalização* da estrutura, e uma *simplificação* da linguagem. Mas também, implicou em uma apropriação de recursos midiáticos e políticos diversos. Procurando representar o cidadão indignado, o partido adotou elementos estéticos do 15-M, e incorporou em seus quadros ativistas de movimentos sociais. No seu desenvolvimento, o partido enfrentou dilemas clássicos, que colocavam de um lado apelar a maioria dos eleitores, de outro, constituir-se como uma organização participativa: ou agradar suas bases, ou apelar aos indecisos¹⁰.

No quarto capítulo continuamos a investigar o Podemos, mas agora como *investidura populista*. Essa será separada em duas “tarefas”, primeiro, de agregação de demandas e segundo, de antagonismo frente ao poder, em que a primeira contém a última. Analisar-se-á a agregação de demandas em torno de operações de *simplificação* e *polarização* que seriam típicas de uma investidura populista (URBINATI, 2014). A partir da atenção nos discursos de seu líder, se perceberá a articulação de demandas em torno de um antagonismo essencial, entre “povo” e “casta”, em que se reclama a soberania popular contra políticas de austeridade. Essa construção de um *sujeito popular* faz recurso de uma “re-descrição retórica” da crise e da austeridade, além do reclame de símbolos

¹⁰ O que ecoa muito das considerações do já clássico estudo de Adam Przeworski (1985) sobre a Social Democracia.

nacionais. Esse antagonismo lança mão de um discurso anticorrupção que identifica elites econômicas e políticas, que acusa práticas imorais e dá testemunho das dificuldades enfrentadas pelas maiorias. Mobilizando a indignação e a esperança (CASTELLS 2013), nesse momento se deixam entrever a economia narrativa e afetiva do discurso populista.

Através de nossa discussão, será central o problema que a representação política implica ao populismo e que modelo de representação uma *investidura populista* acarreta. O investimento afetivo seria uma autorização Hobessiana agravada por um fator libidinal? O antagonismo entre “povo” e “elite” seria apenas uma forma de representação simbólica (PITKIN, 1967) em que os representados restam sem qualquer poder decisório? As críticas tendem a concordar com esses dois pontos e acrescentar a eles uma série de malefícios da aventura populista. O foco em demandas permitirá atentar-se a qualquer complemento, em termos de restrições que a própria liderança do partido deve atender para ser capaz de responder a seus constituintes.

Não seria o populismo também uma estratégia frágil, dependente que seria de crises e de líderes que se utilizam delas? Nesse sentido, o fenômeno convida o paralelo com o cesarismo, como teorizado por Gramsci (2011: 324), paralelo esse muito bem descrito por Nadia Urbinati. Também como política centrada em torno do *carisma* de um líder (WEBER, 1999: 159) redundaria em uma formação política de difícil sustentação, personalista, típica de momentos de transição, e quase certamente o tipo de representação política que emergiria dessa relação seria débil. É tanto por isso que Monedero (2008) enfatiza que no *chavismo*, ainda que o carisma seja essencial para “corresponsabilizar” o povo com a liderança, essa última deve folgar de uma legitimação legal-racional. O futuro dirigente (e futuro ex-dirigente) podemista termina por qualificar o chavismo de uma forma de cesarismo democrático (idem: 85). O populismo seria uma forma tênue de ação política não imune a derivas autoritárias, ou ao fracasso tão simplesmente. Assim, nesse trabalho pretendemos apresentar uma problematização extensa do populismo como uma estratégia política deliberada, onde a intermediação teórica por muitas vezes entra em conflito com a ambição de representação direta presente no populismo.

Não podemos medir a eficiência da *investidura populista*, mas podemos dar nota parcial de sua intenção, de sua interpretação e de seus elementos discursivos. Assim como, da avaliação dos autores sobre os resultados de suas ações e – com nosso entendimento da teoria do populismo – de seus impasses e suas histórias, ajudando a contextualizar essas avaliações ao invés de dar resposta ou remédio para as hesitações

próprias ao momento político. Intentamos, com isso, oferecer uma contribuição positiva a uma teoria do populismo, agregando muitas das críticas a ela feita e expandindo sua linguagem.

2 A TEORIA DO POPULISMO DA AMÉRICA LATINA À EUROPA

2.1 MAPA CONCEITUAL

O populismo como conceito e objeto de estudo sempre esteve em relação tênue com o uso comum da palavra em discursos políticos, em sentido interrogatório. No sentido corrente, o termo confunde-se com “demagogia”. Pode, por isso, ser tanto prática política vulgar e absente de consequência ou significado, quanto representar uma quebra com tradições que ditam a boa política numa democracia liberal – pluralista e respeitosa de leis e procedimentos, e nisso, representar uma ameaça real ao ordenamento constitucional. Considerado como conceito político ainda pode subsistir no termo o teor de política antiliberal (VITTORI, 2017. URBINATI, 1998; 2014.). Enquanto discurso em contexto eleitorais, pode ser medida de demagogia, oportunismo, apelos instrumentalizados, irracionalismo ou mera retórica. E quando autores no campo da ciência econômica propõem delimitar uma “Economia Política do populismo” (DORNBUSCH; EDWARDS, 1992) seria para denotar um papel cíclico, destrutivo, do fenômeno – senha para políticas econômicas insustentáveis, de redistribuição de renda à incentivos ao crescimento, tomadas em momento de grande insatisfação popular. Seria, ainda, uma “forma parasitária”, interna a democracia (URBINATI, 2014).

O mapeamento dos sentidos negativos atribuídos ao termo torna perceptível seu uso muitas vezes pejorativo. Se tornam perceptíveis duas operações sucessivas: primeiro são relaxados os critérios que definiriam um fenômeno como populista, potencialmente ele se torna negação de uma política racional, responsável, equilibrada. E, a essa negação, atribui-se termo toda sorte de efeitos nefários. No sentido de que qualquer coisa pode ser populismo, também o populismo pode ser qualquer coisa. Ernesto Laclau (2013) descreve as implicações conceituais do debate: de um lado se derivou do universo dos fenômenos empíricos ditos “populistas” uma lista de qualidades de movimentos e ideologias políticas que não poderia ser contida em um conceito específico, por outro, qualquer conceito específico era por sua vez estendido caso a caso para melhor descrever movimentos e ideologias populistas. Se em caso o termo poderia vir a descrever quaisquer movimentos políticos; noutro, muito do que historicamente foi entendido como populista não deveria mais sê-lo. O autor considera que essa dificuldade parte de certos preconceitos analíticos, onde “a imagem de agentes sociais cujas

identidades são constituídas em torno de símbolos populistas difusos pode ser somente uma expressão de irracionalidade” (Idem: 46).

A resposta de Laclau consiste em reconhecer o populismo como uma dimensão sempre presente da política, particularmente em momentos de transição (2005a:47). A democracia moderna seria o espaço analítico; e a sociedade de massas é o campo delimitador de sua emergência (LACLAU, 2005a), isto é, na gênese do populismo também se encontra o massivo, o popular (MARTÍN BARBERO, 2009). Como expressão do nacional-popular, ele se encontra sempre no interstício entre povo e massa, como fenômeno político do “massivo”, é entendido na teoria de Laclau como o ato decisivo da construção de um “Povo”, figura sempre fugidia, ainda que essencial para a compreensão das experiências populistas.

Quando Margaret Canovan (2002: 28) reflete sobre a relação entre democracia e populismo, chega à seguinte formulação “the fundamental paradox of democracy¹¹ is, in other words, that empowerment undermines transparency. Attempts to give a political voice to the population at large tend to produce institutions that separate people and power in the very process of mediating between them”¹². Em miúdos, o atendimento de demandas de forma pormenorizada, separada em instâncias, diversificada, cria um cenário institucional de difícil apreensão para o cidadão demandante. Pondo de lado dúvidas sobre a origem ou efetividade desses processos de “empoderamento”, essa formulação permite entender a recorrência do fenômeno, com uma historicidade comum aos governos representativos. O próprio reconhecimento de certos atores políticos como legítimos dentro de uma ordem democrática cria o modelo formal para seu questionamento;

¹¹ Não confundir com o paradoxo da democracia identificado por Chantal Mouffe (2000), que seria fruto da articulação de diferentes tradições – democracia e liberalismo, em que a democracia como forma de governo se insere num enquadre simbólico (symbolical framework) tributário da tradição liberal. O estabelecimento de limites à soberania popular em nome de princípios liberais seria aquilo que conferiria um caráter paradoxal à experiência democrática. Já que, também, o entendimento de que princípios estariam em jogo refletem a configuração hegemônica da sociedade em cada período (Idem). Essa questão, no tocante à soberania popular, também é essencial na saga do populismo.

¹² O paradoxo fundamental da democracia é, em outras palavras, que empoderamento debilita a transparência. Tentativas de dar uma voz à população na política tendem a produzir instituições que separam o povo do poder no processo de mediar entre eles.

condições de diversidade política não necessariamente se pacificam por alguma forma de consenso quanto às regras, mas dão guarida a novas formas de antagonismo. A formulação desse “paradoxo democrático” deveria ser testada; há de ser verificável então uma relação entre experiências populistas e sistemas complexos de governança. A relação parece ser outra, um tanto deslocada: na procura pela legitimação através da soberania popular, sempre se arrisca que essa transborde os limites entendidos à sua função, indo de mecanismo interno a um sistema para um modo generalizado de contestação política. Em um sentido nada alheio a isso, Laclau (2005b: 259) identifica a “constitution of the underdog as a political actor” como dimensão de uma democracia radical, que se dá quando “those excluded claim rights that the community theoretically accept as legitimate but denies them in practice”¹³ (Idem). Assim, a construção de uma subjetividade democrática desafia uma apreensão meramente institucional da democracia e da soberania popular.

Os casos clássicos referidos na literatura, em sua variação ideológica e organizativa, e dispersão geográfica, ajudariam a pensar a relação entre populismo e democracia, estabilidade e transição.

No século XIX, o Partido do Povo e os *Narodniks* seriam os primeiros expoentes do populismo; responsáveis pela cunhagem do termo nos Estados Unidos e na Rússia, respectivamente. Paolo Gerbaudo (2017: 72) acrescenta a esses precursores o movimento cartista na Inglaterra. Todos tinham composição social e ideologia política diversa um do outro; mas é reconhecido como traço comum o apelo ao povo e a soberania popular (Idem); de tal modo que se trata de um fenômeno moderno, relacionado a emergência da democracia como ideia e prática de governo (MUDDE 2017: 21). Na América Latina, as experiências de governo de Juan Perón e Getúlio Vargas, na Argentina e no Brasil, foram objeto de um desenvolvimento específico do conceito de populismo (GERMANI et al, 1973). Ali, foi pensado como *diferença*, ou particularidade latino-americana, de temporalidade histórica específica que refletia o desenvolvimento dependente da periferia global. Se nesse momento refletia uma inflexão nacional-popular entre revolução e restauração, na Europa pós-Guerra Fria o crescimento do populismo de direita marca o recrudescimento de posturas nacionalistas e xenofóbicas. Seria um sintoma da decadência da classe trabalhadora organizada e de divisões políticas tradicionais (MOUFFE, 2005a).

¹³ “constituição do excluído como ator político” ... “aqueles excluídos reclamam os direitos que a comunidade teoricamente aceita como legítimos mas nega na prática (para o grupo excluído)”

Na América Latina, a partir das eleições de Hugo Chávez (1999-2013) na Venezuela, Evo Morales (2006-) na Bolívia, e Néstor e Cristina Kirchner na Argentina (2003-2015) também usariam o termo como critério para distinguir entre governos de esquerda moderados ou radicais, onde os últimos não partilhariam de um entendimento básico em torno da economia de mercado, relações exteriores (particularmente com os Estados Unidos), e o papel do governo representativo (CASTAÑEDA, 2006). Esse novo populismo vem no rescaldo de massivos protestos em resposta a políticas econômicas impopulares; e constrói discursivamente o polo nacional-popular como antagônico ao neoliberalismo, percebido como fenômeno promovido por elites transnacionais (PANIZZA, 2008: 87). Ainda, estes protestos são interpretados como um repúdio da ordem política vigente e deu seus partidos. Aqui, o populismo é radical na sua denúncia da representação: “Las multitudes en las calles de Venezuela en 1989, en Argentina entre el 2001 y el 2002, en Ecuador en el 2000 y el 2005, en Bolivia entre el 2000 y el 2006 fueron percibidas como la manifestación visible de la pérdida de legitimidad de gobiernos elegidos democráticamente” (Idem). Assim, poderia-se dizer que há dois momentos na emergência desses novos governos, um destituente e um constituinte (ERREJON, 2013).

Teorias sobre o populismo não só respondem à dispersão diacrônica do fenômeno, mas também à sua dispersão geopolítica. A teoria de Ernesto Laclau responde primeiramente ao contexto teórico do marxismo, e o contexto sociopolítico latino-americano, marcado por sua militância política na Argentina dos anos 1960, junto ao *Partido Socialista de la Izquierda Nacional* (PSIN), do qual foi editor do jornal *La Lucha Obrera* (LACLAU, 1990: 198). O peronismo, como operação populista bem-sucedida, polarizou o campo político em torno de si. Na tomada de posição diante do peronismo, assim, a esquerda dividiu-se em campos antagônicos, sendo o PSIN simpático ao peronismo, interpretando ele como uma “anti-imperialist revolution”¹⁴ (Idem), e que cabia à esquerda assumir as lutas democráticas e desenvolvê-las num sentido socialista, para além das limitações classistas da primeira experiência Peronista, finda em 1955 por um violento Golpe de Estado.

É auspicioso, portanto, o lançamento de *A Razão Populista* em 2005, quando o ciclo dos governos de esquerda na América do Sul já se consolidava. Que o livro conclua numa crítica às propostas de Hardt e Negri (2000), também diz respeito ao contexto geral das lutas altermundistas da virada do século; mesmo contexto que levará à

¹⁴ “Revolução anti-Imperialista”

dominância da esquerda nos ciclos eleitorais que começam em 1998 na Venezuela, e vão até 2007 no Equador, com a eleição de Rafael Correa. Assim, o texto de Laclau posiciona-se polemicamente em um debate entre autonomistas e uma esquerda que pretende a disputa do Estado, como resume Negri (2015: 113), em uma crítica ao autor argentino: “Sem a unidade nacional, a expansão horizontal dos protestos sociais e a verticalidade de uma relação com o sistema político seriam impossíveis. E, insiste Laclau, a experiência da América Latina nos últimos anos ‘90-2000 demonstra amplamente essa condição”.

Partimos, então, para discussão do histórico que o conceito tem na Teoria Social Brasileira. Nela o termo foi usado muitas vezes para ilustrar os impasses políticos de seu tempo. O contexto latino-americano permitiu pensar no populismo como estratégia política própria à inclusão das massas na política (MARTÍN BARBERO, 2009: 228). A específica tomada de posição de Laclau se dá nessas circunstâncias. Nesse sentido, a crítica elaborada no Brasil ganha caráter exemplar. Em autores como Ianni (1989) e Weffort (1980) o populismo liga os destinos e a história do Brasil aos da América Latina. O seu peso político cresce de acordo. Posteriormente, em Laclau, se desenvolve um conceito de populismo que não é nem negativo, nem contemplativo, mas tornar-se-á razão política.

2.2 O POPULISMO NA TEORIA SOCIAL BRASILEIRA

Conduzimos nossa apreciação do tema seguindo, em linhas gerais o volume “O Populismo e sua história: debate e crítica” (2010) organizado por Jorge Ferreira. A escolha se justifica porque essa coleção exprime uma visão crítica da Teoria Social Brasileira e suas reflexões sobre os impasses políticos de sua época. Ela permite localizar a produção de um conceito do populismo que responde a conflitos próprios da época e que, por isso, ata ao conceito implicações específicas e um papel proeminente. É, nesse sentido, uma “forma”, completamente diversa do que pode ser apreendido de teorizações mais recentes do populismo, como as de Cas Mudde e Rovira Kaltwasser (2017), em que ele se torna um tipo político mais ou menos generalizado, mais ou menos variado em suas manifestações, mas desprovido de qualquer “papel histórico” específico¹⁵. Também, ao contrário de quase todos outros autores tratados nesse capítulo, os autores do volume organizado por Ferreira terminam sua análise recusando, em variados graus, a validade do termo.

¹⁵ O tom aqui é crítico, mas o conteúdo é algo elogioso.

No Brasil, inicialmente, o termo “Populismo”, no seu uso comum, não tinha teor negativo ou positivo. Em jornais da época do segundo governo Vargas, o termo era usado num sentido equivalente ao termo “Popular” (FERREIRA, 2010).

Angela de Castro Gomes (2010) identifica uma das primeiras formulações conceituais de Populismo no grupo de intelectuais que viria a formar o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Em 1953, esses intelectuais formam o IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, e começam a publicar os Cadernos de Nosso Tempo (Idem: 22). Segundo a autora:

esse seletivo grupo intelectual tinha como objetivo mais imediato formular uma interpretação para a crise nacional em curso, interpretação que pretendia esclarecer e mobilizar as forças progressistas do país, tendo em vista o desencadeamento de um movimento amplo em prol de reformas de base (Idem: 23).

Esse seria, por isso, um projeto de vanguarda intelectual (Idem). A historiadora observa também que o momento político, o ano de 1953, com a presidência de Getúlio Vargas, as paralizações grevistas em São Paulo, e a campanha “o petróleo é nosso”, contribuiriam para um subsequente “boom na área de reflexão social” (Idem: 22). É nesse contexto que o populismo é problematizado pelo grupo do IBESP. O texto “O que é ademarismo”¹⁶ de 1954, é fundamental, por tantas razões, mas também porque nele está um primeiro movimento teórico necessário para definir o populismo, que é, sua distinção do simples clientelismo. Isso é feito pela importância dada ao líder, em detrimento da máquina partidária (CASTRO GOMES, 2010: 24).

A autora também identifica nesse texto, “duas condições fundamentais para a emergência/caracterização do populismo” que tem “longa carreira em inúmeras formulações posteriores” (Idem). Primeiro, se trata de uma “política de massas”, que interpela o trabalhador desorganizado, proletarizado, que ainda não adquiriu “consciência de classe”. Na formulação do texto de 1954, “a influência marxista é apontada então como pernicioso, por associar, de forma rápida e descuidada, fenômenos populares a fenômenos progressistas de esquerda,

¹⁶ Sem autor identificado, presente na coleção “O pensamento Nacionalista e os Cadernos de nosso tempo” de Simon Schwartzman (1981).

sem atentar para o caráter reacionário de manifestações políticas como o populismo” (Idem: 25).

A segunda condição seriam classes dirigentes que já não tem o sentido da liderança, não conseguem mais dirigir o Estado com segurança, uma classe que “perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade”. Satisfeitas essas condições de grande escopo, ainda seria necessário a emergência de figura do líder, capaz de mobilizar as massas e “empolgar o poder” (Idem: 25), completando o ciclo populista. Se trata, assim, de um modelo explicativo com personagens e papéis claros: Massa, Classe Dirigente e Líder.

A autora identifica em Hélio Jaguaribe uma figura central das reflexões do grupo formado em torno dos Cadernos de Nosso Tempo. Acompanhando esse autor, deixando para trás já o contexto do *ademarismo*, as

formulações sobre o fenômeno populista estão imersas na temática mais abrangente do nacional-desenvolvimentismo, sendo ele entendido como uma manifestação da transição dos países latino-americanos de uma fase de economia dependente de base agrário-exportadora para uma fase moderna de expansão urbano-industrial (Idem: 27).

Disso derivariam “duas faces” do populismo, uma relacionada a política econômica, industrialização (defendida como exitosa por nacionalistas), outra muitos mais ambígua, política, sobre os quais flutuavam os diagnósticos quanto à limitada experiência democrática (Idem).

O Golpe de 1964, implica uma nova tematização do populismo. Ela se consolida, é resolvida e simplificada, no diagnóstico de que “as causas do golpe deitavam raízes no esgotamento da experiência populista, que passa a possuir uma clara polarização” (Idem). É em um momento de ruptura, e de derrota dos setores políticos trabalhistas, dos movimentos populares, e é a partir desse diagnóstico das causas dessa derrota, das causas da ruptura institucional, que o tema adquire uma gravidade que não irá perder durante todo o período militar. Ele fica preso a periodização¹⁷ e precisa responder pelas insuficiências de seu tempo.

¹⁷ Que pode ser tanto 1930 a 1964, como sugere a autora, ou 1945 a 1964, com sugere Jorge Ferreira (2010)

E é nesse momento que a obra de Weffort (1980) tem protagonismo. “O populismo encontra (...) seu mais importante teórico no Brasil” (CASTRO GOMES, 2010: 29). Seus principais escritos sobre o fenômeno foram formulados “num contexto de crise no pensamento das ciências sociais brasileiras, marcada pela necessidade imperiosa de explicar o Golpe de 1964 e de, para fazê-lo, revisar as interpretações até então compartilhadas e utilizadas como guias de formulação política” (Idem: 31) nesse contexto, contra a tradição e o discurso político anterior, se enfatiza o papel de atores políticos e se dá maior centralidade ao Estado. Retrocedendo a 1930, ali haveria ocorrido uma crise do liberalismo oligárquico e a necessidade do alargamento institucional das bases do Estado (Idem: 32), mas o evento de 1930 se trata de uma transformação “ainda encabeçada por forças oligárquicas” (Idem: 32). Dessas formulações surge a ideia de um “Estado de Compromisso” que teria largo trânsito na ciência social brasileira (Idem: 33).

Junto à ênfase no Estado, está o entendimento do populismo como uma relação deste com as massas, que se dá essencialmente em termos de manipulação, mas essa teria “certas especificidades que exigem exame mais cuidadoso” (Idem: 33). Apesar da carga pejorativa do termo, na teorização de Weffort, ainda segundo a autora, cabe nela certa ambiguidade. Mas porque essa relação é concebida como essencialmente assimétrica, ela não pode ser pensada como “aliança”;

As massas ou setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeitos nesta relação política, mas sim como destinatários/objeto a que se remetem as formulações populistas, só podiam mesmo ser manipulados e cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente (Idem: 35).

A autora ainda destaca que a relação de cooptação seria o avesso da representação, já que nela é excluída qualquer relação de troca. Ainda: “esvazia o cooptado de qualquer poder”, até, inclusive o “de ter suscitado a cooptação” (Idem: 47). Assim, pode-se desprender, dessa crítica à categoria de populismo, que a ideia de manipulação e o papel que ela teve dentro da economia discursiva de certas análises, no limite negava a possibilidade relações de representação política.

Na literatura sobre o populismo produzida no Brasil, a autora nota também um paradoxo, relativo ao próprio tratamento histórico dado

ao tema. As condições que permitiram o populismo (industrialização, urbanização, mobilização, informação) seriam também aquelas que permitiriam um regime democrático – e aqui percebe-se que a avaliação é de que há uma relação de antinomia entre um e outro. No entanto, é característica do populismo, nessa literatura, seu fracasso em efetivamente promover a democratização do país, pela inclusão de setores populares. Porque é afinal com a consolidação do Regime Militar, que há a concomitante valorização da democracia dentro dessa literatura, e agora populismo não é o outro da revolução, mas uma manifestação parcial e falha de impulsos democratizantes. Essa condição faltosa derivaria das formas de representação contaminadas que marcaram o estudo do fenômeno: cooptação e manipulação. A incorporação de demandas populares pelo Estado é interpretada como forma de controle, e aqui se encontra uma tese pouco nuançada.

Octavio Ianni (1989: 124) confere ao fenômeno um papel maior, entendendo que teria se tratado de uma Revolução Burguesa, mas uma que: “não implica necessariamente na democracia, salvo em termos limitados, já que a cidadania é a da mercadoria. Implica em transformações econômicas notáveis, segundo os interesses do grande capital, das alianças entre setores nacionais e estrangeiros.” O autor conclui por dizer que os populismos latino-americanos completaram as tarefas das revoluções burguesas – revoluções autoritárias, de conquistas democráticas limitadas e por vezes nulas.

As experiências populistas, ainda segundo Octavio Ianni,

tem a singularidade de excluir, de modo nítido, as forças não-populistas. Isso é a democracia não abre a todas as classes e grupos da sociedade nacional as mesmas oportunidades de acesso ao poder. Ela tende a excluir as outras forças políticas, ou aceitá-las somente pela adesão completa (Idem: 91).

Assim, já se figura na teorização do autor brasileiro o populismo como contrário ao pluralismo, qualidade necessária de democracias vigorosas. Há muito em comum entre ditadura e democracia populista. “O governo e o chefe tratam de identificar-se principalmente com as massas, isso é, as classes assalariadas consideradas como povo” (Idem). Se são promovidas figuras de soberania popular, seu modo de representação pela identificação com o chefe perverte qualquer sentido democrático que ela poderia ter.

Aarão Reis (2010) destaca também o papel que teorizações como as de Ianni (1980), tiveram no exorcismo da derrota de 1964. Pintavam o retrato de uma ditadura arcaizante, e portanto condenada ao apodrecimento; logo o paradigma de uma *asfixia libertadora* as contradições do capitalismo brasileiro levariam a uma saída revolucionária. Ainda diz: foram essenciais a um projeto político que rompeu com a tradição varguista, nisso promovendo o apagamento de tradições populares de 1945 a 1964. Também Weffort (1980: 44) trai o mesmo espírito: “Essa forma particular de revolução democrática-burguesa que se realizou através do populismo e do nacionalismo, só poderia estar concluída com seu próprio desmascaramento”.

O descarte dessa perspectiva, que equaciona populismo e manipulação, no entanto, leva ao abandono do termo “populismo” pelos autores da coleção *O populismo e sua História*, sendo este preterido pela categoria “Trabalhismo”. Assim, não se chega a uma proposta alternativa, e o novo termo fica limitado ao seu uso histórico, nas décadas de 1950 a 1970, acima discutido, como marca das críticas políticas do período. Também implica na atenção maior à organização e às demandas dos trabalhadores, menos aos termos mobilizados para simbolizar a subjetividade política então emergente. Ainda, como “Trabalhismo” agora se tratava de um termo específico ao contexto histórico do Getulismo, ele perde o sentido crítico que “populismo” pode ter tido, em tradições díspares, ainda que para que isso seja reconhecido deva-se ignorar a carga pejorativa do termo. Um caminho diverso, inicialmente polemizando dentro do Marxismo, percorre Ernesto Laclau, que procura dar à designação uma cidadania conceitual mais robusta.

2.3 A TEORIA DO POPULISMO NA OBRA DE ERNESTO LACLAU

2.3.1 A Interpelação Populista: Povo Contra Poder

A proposta teórica consolidada por Ernesto Laclau em *Política e Ideologia na Teoria Marxista* (1978) marca uma ruptura que leva a uma reavaliação da experiência populista e seu legado. É, ainda resposta interna aos impasses do Marxismo latino-americano, e justamente pretende criticar o paradigma do qual eram filiadas as leituras prevalentes na época do fenômeno populista. Considerando a intervenção de Laclau como um momento de ressurgimento da temática populista, Jesus Martín Barbero (2009: 230) conclui que esse momento imprime uma reavaliação da experiência histórica que “devolve aos movimentos populares uma vigorosa vigência”, e nessa reavaliação se permite a distinção entre dois

populismos: como “projeto estatal” ou como “constituição política dos setores populares” (Idem: 231). Se o primeiro poderia estar politicamente superado, não se pode dizer o mesmo do segundo. É uma distinção fundamental para entender a novidade do pensamento do teórico argentino. Justamente ao criticar Weffort (1973) e Ianni (1989), Laclau (1978: 183) enfatiza que o populismo “não é superestrutura necessária de nenhum processo social ou econômico”.

O autor critica a visão segundo a qual o populismo seria como um produto de um descompasso na transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial (Idem: 131); assim, um problema de países subdesenvolvidos, onde as massas não podem ser integradas à vida política, e a mobilização das mesmas toma forma anti-institucional. Ainda que o populismo seja mais comum em países periféricos, isso não seria razão suficiente para designá-lo um fenômeno periférico. Essa conceituação, por ele criticada, ainda se refere a um paradigma de classe; já que, tal qual fascismo, era percebido como uma forma de fracasso de uma política classista; um fenômeno anômalo ou transitório. Laclau observava as limitações dessa perspectiva na confusão entre a doxa marxista da determinação de superestruturas políticas por infraestruturas de classe e a forma de existência de classes na superestrutura. Ernesto Laclau ainda defendia a “determinação em última instância” de processos históricos por relações de produção, mas considera as classes como “polos de relações de produção antagônicas que, enquanto tais, não tem forma de existência necessária aos níveis ideológico e político” (Idem: 166).

Ao contrário da remissão à determinação da superestrutura pela infraestrutura, que o autor designa “reduccionismo”, ele procura pensar as classes sobre a forma de articulação. Assim, ele teoriza o populismo usando o conceito de interpelação de Althusser (1970), segundo o qual a função de uma ideologia é interpelar os indivíduos como sujeitos. Uma política marxiana poderia interpelar proletários, uma doutrina nacionalista pode interpelar o “povo”, o “trabalhador” pode ser interpelado por uma ideologia que o mobilize contra “exploradores” ou contra “imigrantes”. Assim, opõe polemicamente “interpelações de classe” e “interpelações popular-democráticas” (LACLAU, 1978: 106); “O caráter de classe de um discurso ideológico se revela no que poderíamos chamar seu *principio articulatório específico*.” Outras formas de contradição social devem ser levadas em conta numa “prática ideológica de classe” (Idem: 167). O exercício da hegemonia depende, então, de práticas articulatórias já que “uma classe é hegemônica não tanto na medida em que é capaz de impor uma concepção uniforme do

mundo ao resto da sociedade, mas na medida que consiga articular diferentes visões de mundo tal que seu antagonismo potencial seja neutralizado” (Idem: 168).

Os populismos têm todos em comum a referência ao povo, fundamento analógico. Assim, o caráter ambíguo dessas experiências diz respeito à centralidade de uma interpelação que não é conceitual, mas denota um uso indefinido e por vezes metafórico do termo “povo”. Uma teoria do populismo não poderia então, bastar-se na referência discursiva insistente em um povo, sem entender o que se faz ao insistir no termo. A partir das interpelações popular-democráticas, Laclau chega a uma noção mínima de populismo, sempre o contrapondo à operação oposta, que é a assimilação de ideologias populares pela ideologia dominante:

Articular as ideologias popular-democráticas ao discurso dominante consiste em absorver tudo o que nelas é simples particularidade diferencial e reprimir os elementos que tendem a transformar a particularidade em símbolo de antagonismo (...) é nesse sentido que a presença de elementos populares em um discurso não é o suficiente para transformá-lo em populista. O populismo começa no ponto em que os elementos popular-democráticos se apresentam como opção antagônica face a ideologia do bloco dominante (Idem: 179).

Nesse estágio de sua reflexão sobre populismo, Laclau ainda se localiza dentro de uma problemática marxista, assim, as classes teriam uma posição ontológica própria. Nesse momento do desenvolvimento teórico do autor, o antagonismo ainda é pensado em termos de “contradição”, dentro de um aparato conceitual marxista: “Se a contradição de classe é a contradição dominante ao nível abstrato do modo de produção, a contradição povo/bloco de poder é a contradição dominante ao nível da formação social” (Idem: 114). Isso é visível quando o autor distingue populismo de classes dominadas do populismo de classe dominantes: o último surgiria em momentos de crise no bloco de poder, a partir de disputas internas de frações de classe burguesas. Também aí, o populismo é pensado como “momento de um discurso”, parte de uma estratégia maior, mas que não pode se submeter a qualquer determinação classista – cristalizada em um conteúdo político específico. Pensando o populismo como crise no bloco de poder, se trata de “frações classes dirigentes” que pretendiam “estabelecer sua hegemonia através da

mobilização das massas” (Idem: 183). Para o autor, existiria uma articulação específica de “interpelação popular” e política socialista, possível e necessária nos países de terceiro mundo, onde o ideal do liberalismo serviu historicamente aos interesses de oligarquias locais (idem).

2.3.2 Ruptura Populista

No texto “Ruptura Populista y Discurso” (originalmente composto em 1979), já se observa um desenvolvimento agudo das teses adotadas em *Política e Ideologia na Teoria Marxista*, de tal modo que já não se fala em interpelações populares e se abandona o “ideológico” em benefício do “discursivo”. O discurso se torna uma categoria central; se trata de atentar ao fundamento discursivo do social “conjunto de los fenómenos de la producción social de sentido que constituye a una sociedad como tal” (1985a: 39). Para pensar a contradição e a negatividade, é necessário pensar que “todo objeto se constituye como tal en tanto objeto de discurso, es decir como *diferencia* em um contexto de sentido” (Idem: 40) porque a negação não pode existir como dado, mas é uma construção discursiva específica, ainda que indireta: “lo negativo, lo que no puede ser representado discursivamente de manera directa, es construído a través de um conjunto de posicionalidades específicas” (Idem: 41). O antagonismo é uma relação de contradição criada no interior do discurso (Idem).

O populismo já não será pensando como hipótese de uma *interpelação popular*, mas como “posicionalidad popular” (idem:42). Continuando a pensar antagonismo como contradição, ele será pressuposto tanto para posicionalidade “democráticas” e “populares”. Ocorrerá populismo, quando um antagonismo fundamental eivar a totalidade da sociedade, não pertencendo a uma relação ou contexto particular, isolado. Essa distinção entre “popular” (que faz as vezes de um universal) e “democrático” (particular), persistirá em toda teorização de Laclau, teorizada nesses termos, resistindo às muitas re-elaborações teóricas do autor.

Um avanço significativo desse texto é a conceituação de sistemas de equivalência:

las mismas determinaciones que en un discurso genético se presentan como *sistemas de diferencias* se reagrupan como sistema de *equivalencias* en el discurso del antagonismo. Es sólo gracias a essa

mutación que el discurso del antagonismo logra presentarse como discurso de ruptura (Idem: 42).

Interessa notar dois aspectos. Aqui o sistema de equivalências é exemplificado como dual: ele constrói tanto o inimigo (em que aspectos particulares do inimigo representam sua totalidade) quanto a comunidade ameaçada por esse inimigo; poder-se-ia dizer que, numa situação de ruptura, cada evento específico é reconduzido à relação paradigmática amigo-inimigo. Segundo, o sistema de equivalências não basta para que se forme uma posicionalidade popular, ainda que o antagonismo já seja tratado nesse nível como “discurso de ruptura”. A interação entre posições democráticas e populares aqui é tematizada como um eixo de opções políticas: a partir da diferença se faz equivalência quem busca a ruptura; e quem busca conservar o status quo, opta pelo transformismo, que é quando um sistema de equivalências é desarticulado e reconvertido a um sistema de diferenças¹⁸ (Idem: 43).

Uma ruptura populista pode só ocorrer quando “este conjunto antagonico presenta las posicionalidades populares no como el polo de un dualismo irreductible, sino como el punto dinámico de un enfrentamiento” (Idem) essa distinção é importante porque o primeiro caso será justamente o do clientelismo, onde não há antagonismo entre povo e Estado, mas sim uma “diferencia fundamental” em que a população desprovida deve ser acolhida pela “intermediación protectora y paternalista” (Idem) do Estado. Essa possibilidade, a meio caminho do populismo (há divisão dicotômica, mas não há antagonismo) não é contemplada no desenvolvimento posterior da obra de Laclau, de tal

¹⁸ Curioso notar nesse ponto, que anteriormente, no texto, Laclau afirma que pensar o social como discurso implica pensar o sujeito como *diferença* dentro do discurso (Idem: 39), segundo, quando fala de uma possível teoria da dominação e do poder, nos diz que essa deve partir de “un analisis de los procedimientos oblicuos a través de los cuales las características diferenciales de los objetos del discurso pueden pasar a significar la negatividade” (Idem: 41) e que por isso o caráter subordinado de certas posicionalidades é estabelecido através de um “sistema de equivalencias que inpidan que las diferencias puedan ser establecidas como diferencias del mismo nivel” (Idem). Ainda não há, aqui, uma robustez teórica que permita diferenciar antagonismo, como elemento de uma ruptura populista, de subordinação, como elemento de um discurso dominante. Em Hegemonia e Estratégia Socialista, já escrito com Chantal Mouffe, há um registro completamente diverso das relações de subordinação, explicadas como um modalidade das lógicas de *diferença*.

modo que só se pode conjecturar se o clientelismo trata de uma corrupção do antagonismo, ou funcionaria como um desenvolvimento diverso à construção de uma ruptura populista.

Caso similar seria a cooptação, em que “las posicionalidades populares han sido relegadas al horizonte del campo ideológico y carecen de toda capacidad de establecer un sistema de equivalencias con las otras posicionalidades democráticas del agente” (Idem). Ao contrário das interpretações de Weffort ou Ianni, bem como de outros teóricos latino-americanos, cooptação não é, para Laclau, um aspecto do populismo, e é inclusive incongruente com a divisão da sociedade entre dominantes e dominados, antagonismo necessário a uma posicionalidade popular.

Uma cadeia de equivalências não admitiria somente posicionalidades democráticas, mas também “sistemas de diferencias que aparecían articulados al discurso tradicional de dominación” (Idem: 44) nesse caso, o que seria típico – mas não limitado à – populismos de direita. Laclau, assim como já fez no texto “para uma teoria do populismo” (1978), também descreve tanto o fascismo quanto o maoísmo como “rupturas populistas”, deixando claro que não se trata de uma ruptura necessariamente desejável ou benéfica, e ainda, que pode ser desastrosa em seus aspectos negativos.

Mas em que sentido uma ruptura populista tem pertinência estratégica para uma política socialista? A análise conjectural aqui incide sobre o mapa político latino-americano nos dois séculos desde a independência das colônias, contrapondo uma estratégia socialista latino-americana à socialdemocracia:

Advocar la socialdemocracia para América Latina es olvidar al menos dos cosas: (a) que la fusión entre sistema liberal parlamentario y demandas democráticas de las masas que se dio em Europa no existe em América Latina (b) que tampoco existe la homogeneidad social de los sectores populares que permita a partidos de dimensiones nacionales constituirse como representantes de grupos de interés específicos como los sindicatos. Por el contrario, la lucha popular em América Latina debe articular y constituir sujetos populares partiendo de sectores de una gran variedad social, regional e ideológica (Idem: 35).

Cabe notar que na obra tardia essas condições estruturais, específicas a América Latina, serão tornadas globais seja porque são (a)

entendidas, por motivos históricos, como também presentes no primeiro mundo, notavelmente na Inglaterra (Onde Laclau era domiciliado) após a desarticulação do estado de bem estar social e da força política dos sindicatos por Thatcher, e a deriva ao centro do Partido Trabalhista Inglês, promovida por Tony Blair; (b) ou pelo próprio desenvolvimento da teoria do discurso, que admite mais e mais termos de contingência, heterogeneidade e complexidade social.

Laclau ainda elencará dois riscos eminentes à estratégia socialdemocrata

Advocar, pues, el paradigma socialdemócrata es aceptar una vez más em forma reduccionista que las libertades individuales y la democracia política son incompatibles com um proyecto de transformación socialista de la sociedad. Y abre puertas a un peligro mayor: la suposición de que cualquier parlamentarización superficial del sistema político es una democratización real (Idem: 36).

Em *Razão Populista* o autor destaca como sua concepção de populismo torna possível uma opção populista que adote predicados do liberalismo mas avançando eles em um sentido democrático. Mas, mesmo ali, a ambivalência entre liberalismo como regime e como valor é operante. Na combinação conflituosa entre democracia e liberalismo, as demandas por direitos humanos e liberdades civis podem ser constituídas como “marco simbólico de um regime”, e ter um papel legitimador, mas vazio de conteúdo. Mas também podem ser parte de uma cadeia de equivalências em que se constitui um “povo”, e nesse papel seriam valores na contestação de uma ordem (2013: 249). O que se pretende nos dois textos, separados por mais de 20 anos, é retirar dos conceitos e princípios liberais ou democráticos o papel de legitimar uma ordem essencialmente oligárquica, que seria muitas vezes o caso na história Latino-Americana.

No livro conjunto com Chantal Mouffe, *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2014) publicado originalmente em 1985, Laclau irá romper definitivamente com os pressupostos classistas ainda presentes no seu trabalho anterior, adotando a perspectiva de um autodenominado pós-marxismo.

É importante salientar como o livro reproduz e desenvolve em novos termos, muitos dos argumentos já presentes no texto “Hegemonia

e Ideologia em Gramsci” de Chantal Mouffe, publicado originalmente em 1979. A crítica ao reducionismo de classe, identificado como a Segunda Internacional já está presente, assim como a defesa da democracia radical.

Ao confrontar o pensamento dos teóricos Marxistas dos fins do século XIX, que previam um ‘colapso iminente do capitalismo’, Mouffe diz que para esses a democracia perde seu valor como princípio e se torna apenas elemento ideológico do discurso burguês “La democracia dejó de entenderse, como lo hiciera el joven Marx, como el terreno de una revolución permanente que, comenzada por la burguesía, sería concluida por el proletariado, para convertirse en una ideología de clase” (1991: 178). Contra esse descarte da democracia, nessa frase a autora dá, através de sua valorização do jovem Marx, uma definição antecipada do projeto de democracia radical, central à teoria de hegemonia posteriormente desenvolvida junto com Laclau. Assim, o projeto de democracia radical está relacionado positivamente com a interpretação histórica da “revolução democrática”, contexto analítico da obra conjunta dos autores. Mouffe também encontra na formulação gramsciana de “vontades coletivas” uma saída contra o reducionismo de classe, afinal, essas “obedecen a leyes específicas puesto que son la la expresión política de sistemas hegemónicos creados a través de la ideología. En consecuencia, los sujetos (las clases sociales) que existen en el nivel económico, no se duplican en el nivel político; a este nivel se crean, en cambio, diferentes sujetos inter-clases” (Idem: 204) assim, a ideologia não é redutível a uma classe, e a hegemonia é pensada como articulação de elementos ideológicos (Idem: 213).

Se em *Hegemonia e Estratégia Socialista* o tema do populismo não aparece explicitamente, vários elementos pertinentes ao tema são elaborados com maior rigor, descrevendo uma consolidação dos fundamentos epistêmicos da teoria do discurso: demandas, cadeias de equivalência e antagonismo. Na obra, contradição não implica em antagonismo, e se rompe com a tese marxista de “determinação em última instância”, preferindo-se falar em sobredeterminação, nos termos de Althusser. Uma influência de Lacan, Wittgenstein, Derrida, se faz sentir.

Em continuidade ao texto sobre *Rupturas Populistas*, se dividem posições de sujeito democráticas e populares. A primeira corresponde à ideia, já presente em *Política e Ideologia na Teoria Marxista*, da incorporação de conteúdos ideológicos sendo neutralizado seu potencial divisivo. Se insiste, no entanto, que isso não quer dizer que lutas de grupos específicos (LGBT, ambientalistas, feministas, antiracistas, etc, etc), em diversos graus de institucionalização, sejam secundárias a uma luta que consiga efetivamente promover uma divisão social completa, que é o caso

de posições de sujeito populares, que derivam da construção de uma *cadeia de equivalências* (LACLAU; MOUFFE, 2014: 119).

Um *conflito popular* ocorreria apenas em situações de extrema exterioridade (Idem), ou seja, quando a separação entre dominantes e dominados é tamanha que não há qualquer fator de identificação dos últimos como os primeiros: o poder está contra o povo. Na discussão posterior de “novos movimentos sociais”, feita na obra, é enfatizado o caráter plural, fragmentado e centrado em autonomia pessoal desses novos movimentos, e é feito o julgamento de que nas condições de um capitalismo tardio não se apresenta uma divisão social tal que permitiria conflitos populares – pensados nos termos anteriormente feitos explícitos (Idem: 120). Ainda que a formação de identidades no antagonismo seja a tarefa política proeminente, não é feito nesse momento do texto, ou no livro em geral, a equivalência entre radicalizar a democracia e constituir um antagonismo que recorte potencialmente o todo social, sendo a proposta de democracia radical encontrada no livro mais próxima dos fatores de autonomia e pluralidade presentes em novos movimentos sociais. Em suma, um ponto de vista estratégico que não necessariamente acarreta a preeminência de uma estratégia populista; e que não interpreta a incorporação de novas lutas e identidades como momentos de uma dominação ideológica.

No artigo “Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social” de 1983, o teórico comenta sobre como o fracasso do liberalismo na América Latina se deu pela impossibilidade de incorporação de novas demandas sociais, que abriu espaço para o Populismo. Os dois sistemas seriam prevalentes na história do continente, e os dois teriam sua forma particular de “totalização social”, identificados com as lógicas de equivalência e diferença. Mas passará o ciclo clássico do populismo; e as ditaduras militares que sucederam à esse ciclo e, que no caso Brasileiro e Argentino, serviram de recurso das oligarquias contra a qualquer ousadia democrática, também entravam em crise. Mas ao fim do clico ditatorial, os agentes propulsores tanto do populismo quanto do liberalismo, estavam também desarticulados. Mas novos movimentos sociais surgiam em cena e neles o

momento totalizante se encontra ausente ou, pelo menos, seriamente questionado. As mobilizações populares não mais se baseiam num modelo de sociedade total ou na cristalização, em termos de equivalência de um único conflito que divida a

totalidade do social em dois campos, mas numa pluralidade de exigências concretas, conduzindo a uma proliferação de espaços políticos. Esta é a dimensão que, assim me parece, é a mais importante a ser esclarecida por nós, durante os debates: em que medida as novas mobilizações rompem com um imaginário totalizante ou, ao contrário, em que medida elas permanecem aprisionadas nele? Este problema envolve uma questão de fundamental importância para o futuro da democracia na América Latina: será que a experiência de abertura dos sistemas políticos, após a crise das ditaduras, leva a uma reprodução dos espaços políticos tradicionais, com base numa dicotomia que reduza toda a prática política a uma relação de representação? Ou será que a radicalização de várias lutas baseadas numa pluralidade de posições de sujeitos leva a uma proliferação de espaços, reduzindo a distância entre representante e representado?¹⁹

Se nesse questionamento se entrevê uma possibilidade entre o populismo e a institucionalização pura e simples, até que ponto sua obra posterior responderá essas questões?

Chantal Mouffe (2005b) identificará no “agonismo” uma estratégia política que aceitaria o pluralismo político sem apagar a dimensão antagônica como fundamento do político; mas o “reconhecimento” e “legitimação do conflito” predicado por Mouffe dependem que se rompa com a “representação simbólica da sociedade como um corpo orgânico” (idem: 21).

2.3.3 Populismo como Articulação de Demandas

Em artigo publicado no *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Ernesto Laclau admite que já não considera, como era o caso do livro de 1978, que as contradições de classe sejam articuladores

¹⁹ LACLAU, Ernesto (1985b) “Os Novos movimentos sociais e a pluralidade do social” in CEDLA, *Latin American Studies*, n° 29. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04>. Acesso em 29/05/2018.

necessários do ‘campo popular’ (1987: 26). Procura então entender o Populismo dentro dos termos estabelecidos em Hegemonia e Estratégia Populista: o antagonismo como constituinte mesmo das identidades, que por sua vez, nunca podem ser plenamente constituídas, o que também é válido para o mundo social: esse também nunca é pleno, nunca é uma “objetividade positiva”. E também “conceptos tales como ‘interés’, ‘fuerza social’ o ‘representación’ no pueden ser aceptados en sus propios términos, como categorías idénticas a sí mismas y plenamente constituidas en la arena histórica – simplemente porque cada una de ellas se afirma frente a fuerzas antagónicas que intentan impedir su constitución y en tal sentido bloquean el pleno logro de su identidad” (Idem: 27). O populismo é definido pelas seguintes operações discursivas (1) construção de um ‘povo’ a partir de demandas insatisfeitas e identidades ameaçadas (2) construção de uma fronteira, em oposição ao “poder” ou “oligarquias”, os nomes da oposição variando historicamente (3) a politização de todo antagonismo social, a partir desse antagonismo povo-poder. (Idem: 29). Como nos textos anteriores, não há uma valorização do populismo, e, concorrente a isso, se admite que o populismo não tem conteúdo determinado *a priori*, podendo ser articulado às mais diversas ideologias e grupos sociais.

Laclau polemizou, já desde seus primeiros escritos sobre o tema, com uma tradição de determinismo histórico ou econômico, e seu modelo tem bases em contextos históricos específicos, fazendo referências explícitas e recorrentes à tradição populista latino-americana. Na exposição do texto em questão, as lógicas políticas outras vezes tratadas em termos formais aparecem agora como referentes históricos:

Los populismos latinoamericanos, según intentaremos argüir, no tienen en su origen la emergencia de nuevos sectores sociales dominantes, ni la formación en el campo de la sociedad civil de intereses claramente diferenciados que sería necesario representar al nivel político. Surgen, por el contrario, de un proceso de dislocación e fragmentación de intereses e identidad sociales, resultante en buena medida de la inserción periférica de América Latina en el mercado mundial (Idem: 28).

Além da polêmica contra um determinismo de ordem marxista, Laclau também critica explicitamente uma teoria de sociedade civil baseada em interesses transparentes e com instituições funcionalmente diferenciadas. O intento da crítica é, obviamente, mostrar os limites desse cenário, já que um todo social nunca conseguiria se constituir em um todo fechado; sendo que o jogo da constituição dessa “totalidade social” é político.

“Uma demanda sempre é dirigida à alguém” (LACLAU, 2013: 140) assim, um cenário populista, simplificado, opõe comunidade e Estado, ainda, separa essa primeira do poder, insensível à demanda; essa separação é constitutiva: “Como a plenitude da comunidade é meramente o reverso imaginário de uma situação vivida como um existir deficiente, aqueles responsáveis por isso não podem ser parte legítima da comunidade, e o abismo em relação a eles é intransponível” (Idem: 140) Assim “a construção do povo seria a tentativa de dar nome a essa plenitude ausente” (Idem). Dito de outra forma em obra anterior: “only if the antagonistic element are presented as anti-space, as anti-community, do they manage to obtain a form of discursive presence²⁰” (LACLAU, 1990: 69).

Uma série de demandas insatisfeitas teria em comum apenas o aspecto negativo de terem sido ignoradas pelas autoridades implicadas no ato. Uma demanda isolada, chamada democrática, e o grupo social formado em torno dela, teria uma relação muito intensa com a particular instância ao qual se dirige; na relação de equivalência essa intensidade é mitigada; a figura do inimigo já não pode corresponder aquele momento em que essa demanda foi negada. Assim, com o crescimento da cadeia de equivalências, o inimigo se torna mais indeterminado, e ao redor dele também se constrói uma cadeia de equivalência de sentidos negativos – como já tratado em textos anteriores do autor.

A equivalência entre demandas é descrita como um “vago sentimento de solidariedade” (LACLAU, 2013: 150) – mas em um segundo momento do desdobramento da luta popular a identidade popular representará o “laço de equivalência enquanto tal”, e assim “embora originalmente o laço se subordinasse às demandas, agora ele reage sobre elas e, através de uma inversão do relacionamento, começa a comportar-se como seu fundamento” (Idem). No entanto, cada elemento mantém sua particularidade, e subsiste como ponto de tensão e negociação (Idem: 156). A inscrição numa cadeia de demandas é dúbia; se ganha em

²⁰ “Apenas se o elemento antagonístico for apresentado como anti-espaco, como anti-comunidade, eles obtem uma forma de presença discursiva”

visibilidade, mas se submete a um lógica própria “do povo”, com “leis estratégicas de movimento próprias”(Idem: 144), afinal, o povo “não é lugar neutro” (Idem) e pode chegar ao momento de hipóstase: “começa a ter demandas próprias” (Idem). Essa articulação entre particular e universal também está sedimentada em instituições (Idem: 167) a função nodal é “inserida em práticas materiais que podem adquirir fixidez institucional” (Idem: 168) o que “equivale a dizer que qualquer deslocamento hegemônico deveria ser concebido como uma mudança na configuração do Estado” (Idem).

Uma demanda também não é entendida como ato único, mas tem uma história própria, e transita da solicitação para a exigência, quando “pela frustração das demandas, que, nesse segundo momento, se torna uma exigência²¹ na medida em que os grupos sociais acreditam-se portadores de direitos não-reconhecidos. Essa transição pode levar a um ponto antagonico, subversivo: “o que é exigido *dentro* de instituições começa a ser exigido *das* instituições, até um ponto se tornarem exigências *contra* a ordem institucional” (2006: 655, grifos no original). Uma demanda pode ser descrita primeiro como o ato de requisição frente a uma instituição tomada como responsável pela situação. Mas para além do próprio ato – que pode tomar uma das várias formas de ação política – a demanda é também a própria situação que coloca esses dois atores em posições assimétricas. Além disso, nos textos, além de demandas – que podem ser inteiramente prosaicas (iluminação, transporte) – se menciona ressentimentos, medos, identidades negadas. Aqui pode se recorrer a uma teoria do reconhecimento como a de Honneth (2003), com o adendo de que numa teoria como a de Laclau nunca haverá um reconhecimento pleno, já que as próprias identidades políticas e sociais são sempre deslocadas e eivadas de antagonismos. Nisso, também residiria a dinâmica interna que pode ou levar a situações mais exigentes de reconhecimento – mas também que contém em si o risco de antagonismos incontroláveis.

Esse foco em demandas tem um aspecto duplamente positivo. Primeiro, foca-se no próprio ato político que invoca uma relação em um espaço social. Segundo, é muito mais fácil de tratar empiricamente que a ideia de “interesses”, ainda mais quanto essa traz junto à ideia de um interesse fixado um uma posição social determinada em uma totalidade, como é o caso da visão marxista tradicional. Ao abordar a lógica política através da categoria de demanda, se pressupõe que o grupo social não é um referente em última instância homogêneo mas deve ser concebido

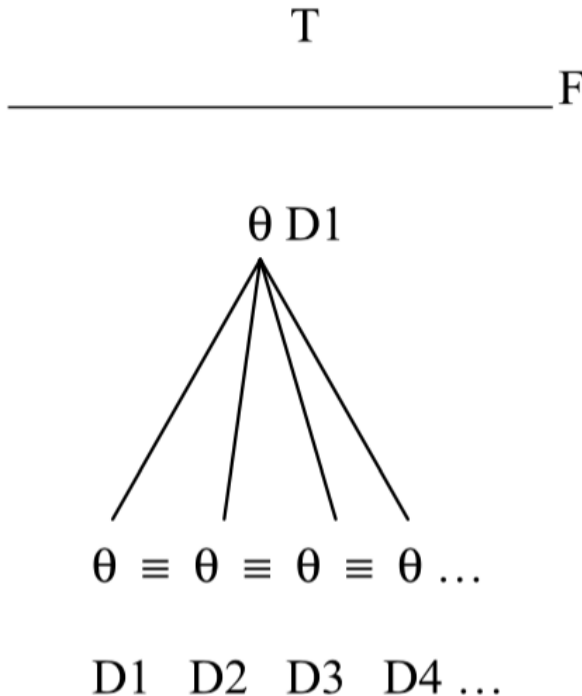
²¹ *Claims* no original .

antes como uma articulação de demandas heterogêneas (2006: 654), assim, é uma formulação mais apropriada que interesses e sua vinculação a uma “posição na estrutura”, como já foi dito. Ainda, se poderia objetar à ideia de demanda que ela não dá conta de ações políticas de confronto. A teoria de Laclau leva em conta a possibilidade das demandas não serem atendidas e, com a *não-responsividade* do sistema representativo, se arrisca que grupos sociais marginalizados se coloquem em posição de antagonismo puro ao poder constituído, do qual seria o exemplo as revoluções políticas mais violentas do século XX, ou dos eventos da chamada Primavera Árabe.

Antes de seguirmos, uma nota necessária. Nos escritos de Ernesto Laclau é recorrente um cenário esquemático que permite colocar os principais termos de sua teoria em uma relação constitutiva e fundamental. O povo reclama seus direitos diante do poder²². Demandas, cadeia de equivalência e significante vazio são os principais termos. O autor opta por esse recurso expositivo para depois introduzir complexidades ao modelo. Esse é o procedimento *A Razão Populista* (2013): começamos com esquema básico, para depois serem acrescentados complicadores, e, após nomeado tanto um quanto outro, comentário de casos históricos de populismo em suas variações temáticas (esquerda/direita; bem-sucedido/fracassado). No artigo “*Constructing universality*” (1998) há a representação pictórica disso:

²² Conjecturamos se há um tropo literário ou cinematográfico estabelecido que corresponda a esse cenário: a representação dramática do apelo ou confronto entre o povo e o poder. Fundamental o conto de Jorge Luis Borges e Adolfo Byoi Casares (sob o pseudônimo H. Bustos Domecq) *La Fiesta del Monstruo*, contra o peronismo. No século anterior, a cena dos trabalhadores em greve no romance “Os Demônios” de Fiodor Dostoievski, diatribre fundamental contra os exageros das vanguardas políticas, em que justamente se denuncia estas como instigadoras do povo. Em nota positiva, mítica, *Westerns* costumam ter o motivo do povo apelando a um forasteiro misterioso, que defenda sua cidade de *bandidos*. Em *My Darling Clementine* (1946) de John Ford, a aclamação acontece sem que uma palavra seja dita, há a multidão, o herói, o espaço público, e o gesto. Nesses cenários, o forasteiro, que na política é o *outsider*, teria justamente as vantagens de um significante vazio.

Figura 1: o cenário populista



Fonte: Laclau, 1998.

Onde T é Czarismo (*tsarism*), F é fronteira, D são as demandas, D1 é um significante vazio, e θ representa o caráter dual de cada demanda, que retém suas particularidades ainda que em relação de equivalência (\equiv). Essa mesma figura é apresentada no livro a razão populista (LACLAU, 2013: 196, 220) em duas versões, uma já contemplando a heterogeneidade (fator complicador do esquema inicial). Também a linha da fronteira deveria ser porosa para indicar a possibilidade do regime opressor de incorporar algumas das demandas na tentativa de desarticular e enfraquecer a cadeia de equivalentes que se levanta contra ele.

O *cenário* se distingue de momentos populistas, termo que Chantal Mouffe utilizara em seu último livro, *For a Left Populism* (2018). O momento populista é um de crise ou transição, de possibilidade, e por isso, não pode ser esquemático. É uma duração. O cenário é também conjunto de objetos para uma possível encenação, uma ação exemplar, uma imagem sintética. Além disso haverá a *investidura populista* que é a

ação política que pretende a transformação da sociedade, agindo no momento oportuno. Se for bem-sucedida, essa ação resultara numa *ruptura populista*: a efetiva transformação da sociedade nos termos postos pelo populismo, incorporação das massas na vida política, poder para o povo, ou, talvez, poder para o líder, em muitos casos, uma divisão ou mediação entre os dois. Digamos que a ambição de qualquer investidora populista seria transformar *momento* em *cenário*: ter o conforto de esquematismos. Mas esse conforto cabe apenas aos teóricos.

2.3.4 Razão Populista: Significante Vazio, Nomeação, Afeto

A impossibilidade de uma constituição total da sociedade é um pressuposto da teoria do discurso – em vários momentos isso é inclusive apresentado como indesejável. Além disso, um discurso que adote apenas uma das lógicas – de diferença ou equivalência – seria impossível, e qualquer privilégio extremo de uma dessas lógicas seria “totalitário” (LACLAU, 2013: 242). Ao mesmo tempo que propõe o populismo como uma lógica política impelida pelo desejo de uma plenitude ausente, ou seja, o desejo pela constituição impossível. As dificuldades de equilibrar esses dois momentos, que exigem um ao outro, aparecem no texto “Populism what’s in Name” (2005), que consolida muitas das posições anteriores de Laclau e servem como um resumo extremamente sucinto do argumento formal de Laclau em *Razão Populista*.

Nele, se diz que o cenário populista é uma situação social em que “all demands tend to reaggregate themselves on the negative basis that they all remain unsatisfied is the first precondition (...) of that mode of political articulation that we call populism”²³ (2005: 37) O que implica uma lógica de equivalência entre demandas não atendidas, unidas não por conteúdos específicos necessariamente conectados entre si, mas sim por compartilhar em comum o fato de não terem sido atendidas – o que seria o elemento de “negatividade”. O sujeito suposto dessa demanda é “popular”, contra o sujeito “democrático” da demanda particular isolada. Nesse cenário populista exposto por Laclau, uma democracia institucionalmente bem-sucedida, com alto grau de resposta a demandas sociais, seria – em tese – menos exposta a rupturas populistas.

O “Significante Vazio” tem protagonismo no texto. Se para a representação da cadeia de equivalências é preciso a oposição ao poder

²³ “Que todas demandas tendem a se juntar, na pressuposição negativa de que todas elas estão insatisfeitas é a primeira precondição (...) desse modo de articulação política que chamamos de populismo”

que negou o conjunto de demandas – o inimigo na relação antagonônica; também, algo, no conjunto de demandas começa a representar o todo, se tornando o significante potencialmente vazio. Aqui se repete a ênfase de Laclau já colocada não necessidade de uma coerência lógica entre conteúdos ideológicos e políticos de demandas, algo que se tornou cada vez mais destacado a partir de seu abandono da ortodoxia marxista. O significante deve ser vazio para que se possa investir nele o conteúdo de cada demanda social, agindo como representante de toda cadeia de equivalência. No caso populista, o nome do Líder se torna o significante vazio, porque afinal um atributo estrutural do modelo é que “the more the chain of equivalences is extended, the weaker will be its connection with the particularistic demands which assume the function of universal representation”²⁴ (Idem: 40).

Porque os efeitos de representação nos dois polos – significante vazio e poder – são tão extensos (devem representar o conjunto de demandas e negações de demandas), se perde a intensidade na ligação ao conteúdo específico de cada demanda, luta social ligada à demanda, história da relação entre demanda – descaso e poder; há uma instabilidade de significados que permeia todos momentos do cenário populista (Idem: 40).

O significante vazio não é um significante equivoco ou ambíguo; mas é aquilo que “do interior do processo de significação” aponta os limites do mesmo (2011: 68). O “sistema de significação” sendo relacional, um sistema de diferenças, implicaria que a “totalidade da língua está envolvida em cada ato individual de significação” (Idem). Isso terá repercussões políticas e metodológicas: afinal, a “verdadeira possibilidade de significação está no sistema, e a verdadeira possibilidade dele está nos seus limites” (Idem). Isso explicaria a necessidade de significantes vazios. Os limites serão pensados como exclusão radical. O significante vazio é derivado da necessidade de fechamento de um sistema pela representação de seus limites – que não podem ser significados de modo ordinário, direto.

O excluído em toda formação de sentido, em toda hegemonia, são possibilidades históricas reais. Como Laclau afirmou alhures, a primazia do político é uma característica fundamental das relações sociais, e essa primazia é pensada como exclusão no momento de constituição. Pensando que “the moment of original institution of the

²⁴ “Quanto mais estendida for a cadeia de equivalências, mas fraca será a conexão dela com as demandas particulares que assumem a função de representação universal”

social is the point at which its contingency is revealed”²⁵ (1990: 34), o processo de sedimentação de práticas seria duplamente um de objetificação e de apagamento parcial desse contexto primevo. O movimento oposto seria aquele de re-ativação: recuperação e redescoberta, mas não um retorno histórico às origens, mas sim do caráter contingente presente nessas origens – “this rediscovery can reactivate the historical understanding of the original acts of institution insofar as stagnant forms that were simply considered as objectivity and taken for granted are now revealed as contingent and project that contingency to the ‘origins’ themselves.”²⁶ (Idem: 35). As aspas indicando que essa “origem” como figura de pensamento é produto da ação política que abre a possibilidade da crítica de práticas sociais sedimentadas. As possibilidades excluídas são então possibilidade historicamente presentes, de fato experimentadas ou propostas, porém abandonadas ou derrotadas no processo político – e não toda e qualquer possibilidade lógica que excederia a factibilidade histórica ou política (Idem: 34).

A divisão da cena social em dois campos antagônicos envolve uma condensação em torno de alguns significantes privilegiados – que tem papel articulador – esse processo tem dois aspectos:

o papel ontológico ao se construir discursivamente a divisão social e o conteúdo ôntico que, em certas circunstâncias, desempenha esse papel. O importante é que, em algum estágio, o conteúdo ôntico pode exaurir sua capacidade de desempenhar o papel, embora permaneça a necessidade desse desempenho; e que, dada a indeterminação da relação entre o conteúdo ôntico e a função ontológica, essa função possa ser desempenhada por significantes de um signo político inteiramente oposto (LACLAU, 2013: 142).

²⁵ “O momento de instituição original do social é o momento no qual a sua contingência é revelada”

²⁶ “Essa redescoberta pode reativar o entendimento histórico do ato originário de instituição na medida em que formas estagnadas que eram apenas tomadas como objetividade e aceitas como dadas agora se revelam como contingentes e projetam essa contingência às origens mesmas.” – nos ressentimos do termo “revelar”, mas para além desse desagravo, clamamos: há muito trabalho à frente.

A relação entre ôntico e ontológico²⁷ é desenvolvida na obra; o populismo será entendido como categoria ontológica, por isso lógica política, que constitui o social. Algo ontológico é formativo, produtivo ou constitutivo. Ôntico é dito de qualquer manifestação particular dessa ação constitutiva. A construção discursiva de uma divisão social (e de um povo) não deve ser tomada como ação deliberada de um grupo político enquanto sujeito ou agente histórico; é resultado de uma interação política nos marcos do antagonismo. Logo após isso, a se diz ontológica a necessidade “de expressar a divisão social” (Idem: 143). Há uma relação de generalidade e especificidade entre os termos “quando as pessoas são confrontadas com uma anomia radical, a necessidade de algum tipo de ordem torna-se mais importante que a ordem ôntica que a acarreta.” (Idem).

Mas um desses significantes, que deverá ser alguma demanda já presente na cadeia, deverá cumprir a função de unificador de toda cadeia – e o fará enquanto “nome”: “a identidade popular funciona como um significante que tende ao vazio” (Idem: 154). Vazio não é abstração: não se trata de uma característica positiva compartilhada pela comunidade em sua identidade popular, mas sim o elemento de negatividade compartilhado por toda demanda, para além de seu conteúdo particular, que é, ressaltamos, sua irrealização. É pelas considerações em torno do “nome” que Laclau pensará no papel do líder populista.

Assim, do antagonismo e da equivalência se chega a vacuidade do significante que deve representá-la, e que essa representação é uma operação performativa que constitui a cadeia enquanto tal. A condensação em torno de uma identidade popular tornará a cadeia uma “singularidade” (Idem: 152). No complexo argumentativo de Laclau, singularidade da cadeia de equivalências só poderá ser expressa por um nome:

Uma reunião de elementos heterogêneos mantidos equivalencialmente unidos por um nome constitui necessariamente uma singularidade. Quanto menos uma sociedade for mantida unida por mecanismos

²⁷ Uma explicação mais detalhada dessa relação escaparia os propósitos de nossa exposição. Para fins da compreensão de sua teoria de populismo, essa diferenciação apressada basta: inclusive, o autor não se estende, na obra, muito além do exposto aqui sobre esse ponto; basta que fique enfatizado que o populismo é uma lógica de construção política. Isso é dito em várias línguas teóricas na obra de Laclau, essa sendo a versão Heideggariana. Para referir um autor que tem em alta estima esse momento na obra de Laclau, ver Mendonça (2014).

diferenciais imanentes, mais ela dependerá, para sua coerência, do momento transcendente e singular, mas a forma extrema da singularidade é uma individualidade (Idem: 159).

Esse movimento que vai do particularismo em direção ao nome é feito por “deslocamentos ou reagregação retóricos” (Idem: 172).

O nome ainda seria “incapaz de determinar que tipos de demandas ingressam na cadeia de equivalência” (Idem: 170) assim, se estabelece parâmetros de uma “negociação” entre líder e seguidores. O nome dá unidade ao conjunto de demandas, mas não terá poder de árbitro.

Se o nome e a singularidade dizem respeito a forma da investidura populista, assim como a retórica “constitui a anatomia do mundo social” (Idem: 172) sua força parte de um investimento radical entendido como “tornar um objeto a corporificação de uma plenitude mítica” (Idem: 179) “O afeto – isso é, o gozo – é a própria essência do investimento” (Idem). O investimento radical em um objeto parcial de certo modo, tem trânsito teórico similar ao do significante vazio. Não se trata de uma homologia, para Laclau, se trata da mesma descoberta teórica a partir de perspectivas diferentes (Idem). Afeto na psicanálise, hegemonia na política. Afinal “Nenhuma plenitude social é realizável exceto através da hegemonia” (Idem). Também o caso extremo de uma agregação social pelo “laço libidinal pelo líder” servirá pra pensar como o compartilhamento de características entre líder e liderados (Idem: 106) influi na relação de representação. Desse modo, a representação populista integra muitos das formas de representação expostas no seminal trabalho de Hanna Pitkin (1967).

Em outra perspectiva, Arditi (2005: 84) nos oferece uma tipologia da representação populista semelhante em alguns pontos:

it is a mode of representation arising from a crossover between the standard ‘acting for others’ of political representation in liberal democracies, the re-entry of a Hobbesian authorisation of sorts under the guise of *trust* for the leader, and a strong symbolic dimension. The latter presents the leader as the element that articulates diversity and that seeks to produce an effect of virtual immediacy; that is, an imaginary identification that suspends the distance between the people and their representatives. My contention is that today the

crossover that characterises populist representation is prevalent within liberal democracy itself.²⁸

Arato (2013) irá criticar Laclau por ignorar, em seu comentário sobre Pitkin, outras dimensões da representação presentes na obra da autora, focando-se tão somente na representação simbólica; ainda, afirma que sem levar em conta essas outras formas de representação, não há qualquer critério – interno às considerações de Laclau – que possa distinguir formas de representação impostas por meios autoritários ou por mecanismos participativos: “With the assumption of hobbesian ‘radical disorder’ or radical heterogeneity, order and homogenization can only move from the representative to the represented. Since the later very identity and unity is said to be constituted by representation, the idea of a two-way movement is a subterfuge”²⁹ (Idem: 161).

O teórico argentino admite que todo movimento ou ideologia política terá algum grau de populismo relativo a quão dependente ele for de lógicas de equivalência para articular seus conteúdos. Ao fim, confluem política e populismo: “If populism consists in postulating a radical alternative within the communitarian space, a choice at the crossroads on which the future of a given society hinges, does not populism becomes synonymous with politics? The answer can only be affirmative.”³⁰ (LACLAU, 2005a: 47).

O desafio populista é bem-sucedido na medida que consegue fazer valer a visão de uma sociedade dividida em duas cadeias de equivalência antagônicas, mas a divisão completa da sociedade é uma

²⁸ “É um modo de representação que emerge de uma combinação entre o “agir por outros” da representação política em democracias liberais, a re-entrada de uma autorização de tipo hobbesiano sob a pretensa de ‘confiança’ no líder, e uma dimensão simbólica forte. A última apresenta o líder como elemento que articula diversidade e procura produzir um efeito de virtualidade imediata; isto é, uma identificação imaginária que suspende a distância entre o povo e seus representantes. Minha alegação é que essa combinação que caracterizaria a representação populista é prevalente dentro da própria democracia liberal.”

²⁹ “Assumindo uma ‘desordem radical’ hobbesiana, ou heterogeneidade radical, ordem e homogeneização só pode partir do representante ao representado. Já que a identidade e unidade do último é constituído pela representação, a ideia de um movimento em mão dupla é apenas um subterfúgio.”

³⁰ “Se populismo consiste em postular uma alternativa radical dentro do espaço comunitário, uma possibilidade na encruzilhada sobre a qual se o futuro da sociedade depende, o populismo não se torna sinônimo de política? A resposta só pode ser afirmativa.”

situação limite, que serve mais à exposição da lógica populista no argumento de Laclau, menos para a descrição de experiências políticas ordinárias. Várias possibilidades lógicas são contempladas, de modo recorrente, em sua obra: Há a possibilidade da cadeia de equivalências se estender a tal modo que se dissolver qualquer sentido antagonico, político? Sim, pode ser o caso de muitas identidades nacionais. Elas podem ser reativadas em um sentido antagonico, quando acrescido um novo elemento, em momentos de crise. A divisão completa da sociedade em dois campos é outra possibilidade, em totalidade da significação implicada em cada ato seria justamente a saturação completa da sociedade pelo antagonismo. Nesse cenário, a multiplicação de espaços políticos, entendidas dentro da lógica do significante vazio, envolveria a subordinação desses espaços particulares à ordem de uma politização universal, de uma divisão universal. Já não estamos em uma pluralidade de antagonismos, em um universo de identidades contestáveis, mas em um momento de paranoia insustentável.

2.3.5 Populismo e Democracia Radical

Através de sua obra, Laclau enfatizou o aspecto contingente e constitutivo da política, enfrentando perspectivas que procuram reduzir a política à condição de epifenômeno ou reflexo de uma realidade social anterior. O contingente e o constitutivo exigem um ao outro: é no momento de instituição, como já vimos, que o aspecto contingente de toda objetividade social se torna apreensível (LACLAU, 1990: 34). A recorrência do populismo no pensamento do autor quase sempre apresenta os traços de um tênue equilíbrio entre teoria e *praxis*: gradualmente o populismo é re-avaliado como estratégia global, investido por uma radicalidade histórica, e seu escopo teórico é expandido de acordo. Em jogo, a fortuna política da democracia radical.

O exato papel que o evento populista teria na democratização da sociedade – pela inclusão de massas excluídas – é tema de controvérsia na literatura pelo menos desde os *Cadernos de Nosso Tempo*, no Brasil (CASTRO GOMES 2010:23), e do trabalho seminal de Gino Germani (1973)³¹, na Argentina. Ernesto Laclau (2006b) admite, em sua análise do caso Venezuelano, o risco que a tensão entre participação popular e liderança implica em termos de saídas que privilegiem o segundo momento. Em resposta às críticas de Zizek (2006) Laclau (2006a) pelo título do seu texto pretende responder “why constructing a people is the

³¹ Ver também DE LA TORRE (2014).

main task of radical politics”. Evoca a questão das tarefas históricas, que surge na dissolução do etapismo da segunda internacional, consolida-se na figura da “revolução burguesa” e das “tarefas democráticas” e é objeto de longa reflexão do teórico argentino (LACLAU, 1990: 46-51).

O projeto de democracia radical é, na obra conjunta de Laclau e Mouffe (2014), profundamente ligado à ideia de revolução democrática, contexto da modernidade política e que implica no abandono de visões centradas em “necessidades históricas”. Essa revolução democrática teria origem na expansão dos princípios já presentes na Revolução Francesa, para além dos temas que tinham dignidade na esfera pública: “Once the dislocations generated by capitalistic expansion became more general, more and more sectors construed the legitimacy of their claims around the principles of equality and liberty”³² (LACLAU; MOUFFE, 1990: 128); e afinal, as próprias condições desse tipo de reocupação estão inscritos na noção de democracia radical: “the first condition of a radically democratic society is to accept the contingent and radically open character of all its values – and in that sense, to abandon the aspiration to a single foundation”³³ (Idem: 125). Nessas formulações se entrecruzam aspectos analíticos e normativos, que devem ter seus deslizamentos retóricos melhor explorados.

Não se trata de uma universalização sem ruídos. Na teoria de Ernesto Laclau, duas tematizações conjuntas aparecem nesse momento: a inclusão do *underdog* (geralmente traduzido por “despossuídos”, excluídos, etc.) mas também a expansão de espaços políticos. A categoria de demanda assim articula tanto o sentido da agência quanto o de espacialidade. A expansão da aplicabilidade discursiva de princípios é implicada também em um sentido antagonista, como diz Laclau (2005: 259b) “the internal democratization of liberal institutions on the basis of an unlimited application of universal rules is a first meaning of radical democracy”³⁴. Primeiro porque revela “the purely formal character of rules”³⁵, e a universalização dessas regras (liberdade de associação,

³² “Assim que os deslocamentos gerados pela expansão capitalista se tornam mais gerais, mais e mais setores constroem a legitimidade de suas demandas em torno de princípios de igualdade e liberdade”

³³ “A primeira condição para uma sociedade radicalmente democrática é aceitar o caráter radicalmente aberto de todos seus valores, e nesse sentido, abandonar a aspiração a uma fundação única”

³⁴ “A democratização interna de instituições liberais na base da aplicação ilimitada de regras universais é o primeiro significado de democracia radical”

³⁵ “O caráter puramente formal dessas regras”

sufrágio universal, ausência de discriminação contra setores específicos da população), Segundo porque requer a introdução de princípios suplementares – no caso, liberdade e igualdade (LACLAU, 2005: 259b), que tornem efetiva essa aplicação. Além disso, o autor postula uma segunda fonte de radicalização da democracia, em que se constitui uma subjetividade democrática. Essa estaria em contradição com a democracia liberal enquanto “a system of institutional rules”³⁶ (Idem). Mas a própria universalização dessas regras (enquanto direitos democráticos) pressupõe a constituição de uma subjetividade democrática, e um novo senso de democracia, que excede o *status quo*. Se trata da “constitution of an underdog as a political actor”³⁷ (Idem).

O populismo aqui aparece em relação de homologia com a democracia radical: “In this sense radical democracy is always ‘populist’, providing that the term is deprived of the usually pejorative connotations usually associated with it”³⁸ (Idem). Essa inflexão leva à globalização de uma estratégia populista e o rompimento da distinção geopolítica – feita em *Hegemonia e Estratégia Socialista* – entre países de terceiro e primeiro mundo (MOUFFE; LACLAU, 2014: 118).

Os dois polos – liberal e popular, não podem ser integrados de forma satisfatória sem levar em conta uma terceira fonte de radicalização democrática: o pluralismo. Essa seria a hipótese quando demandas não entrem na cadeia de equivalências de uma radicalização populista:

so radicalization conceived as pluralism is very different from the other two forms (...) In the case of liberal democracy we found the radicalization was identified with universalization, that is, with a doing away with all differences and exceptions. In the case of populist democracy, this universality was attributed to a subject who was less than the community as a whole but who claims the right to be identified with the latter. But, in the case of radical pluralism, we have, on the contrary, that the

³⁶ “um sistema de regras institucionais”

³⁷ “constituição do despossuído como ator político”

³⁸ “Nesse sentido, a democracia radical é sempre ‘populista’, desde que o termo seja privado das conotações geralmente pejorativas geralmente associadas a ele”.

very principle of universality is put into question.³⁹
(Idem: 261).

O que leva a pensar a democracia como direito à diferença, particularismo.

Se tornadas absolutas, desacompanhada das outras, cada uma dessas fontes da democracia radical levaria ao colapso de qualquer democracia, ou da própria sociedade. Mas sua convivência também não é livre de tensões: no limite, pluralismo, liberalismo e populismo são incompatíveis. No entanto, é precisamente essa impossibilidade que requer que a interação entre eles seja concebida como “political articulation and not as logical mediation. The undecidable character of this interaction” (Idem) e a democracia radical seria justamente esse fracasso (!), e segue:

the impossibility of conceptually mastering the contingent forms in which it crystallizes, is exactly what we call radical democracy. Many consequences follow from this, among them that radical democracy is the first strictly political form of social organization, because it is the first one in which the posing and the withdrawal of the social ground is entirely dependent of political interventions⁴⁰ (Idem).

O surgimento de uma forma “estritamente política” de organização social também é conjecturado em *A Razão Populista* (LACLAU, 2013: 315):

³⁹ “Assim, a radicalização concebida como pluralismo é muito diferente das outras duas formas (...) No caso da democracia liberal, descobrimos que a radicalização foi identificada com a universalização, isto é, com a eliminação de todas as diferenças e exceções. No caso da democracia populista, essa universalidade foi atribuída a um sujeito que era menor do que a comunidade como um todo, mas que reivindica o direito de ser identificado com o segundo. Mas, no caso do pluralismo radical, temos, pelo contrário, que o próprio princípio da universalidade é posto em questão”.

⁴⁰ “a impossibilidade de conceitualmente dominar as formas contingentes em que se cristaliza é exatamente o que chamamos de democracia radical. Seguem-se muitas conseqüências, entre as quais a democracia radical é a primeira forma estritamente política de organização social, porque é a primeira em que a postura e a retirada do terreno social é inteiramente dependente de intervenções políticas”.

Talvez o que esteja surgindo no horizonte como uma possibilidade em nossa experiência política seja algo radicalmente diferente daquilo que os profetas pós-modernos do ‘fim da política ‘ anunciam: a chegada de uma era totalmente política, pois a dissolução das marcas de certeza retira do jogo político todo tipo de terreno apriorístico no qual possa assentar-se, mas, por isso mesmo, cria a possibilidade política de redefinir constantemente esse terreno.

Mas para que o uma era seja totalmente política, os seus valores devem ser contingentes e reconhecidos como tal; implica a interação entre diferentes fontes ou dimensões da radicalização da democracia. Isso tudo desafia o protagonismo estratégico do populismo. O populismo deveria ser contido por outros princípios, aqueles do pluralismo e da democracia liberal? Ou seria o operador desses princípios, pela lógica da articulação? O autor parece optar pela segunda opção, ao menos é o caso quando fala mais direta e pausadamente sobre populismo.

Laclau propõe a mais ambiciosa teoria do populismo no sentido de que admitidamente pretende, a partir desse referente, ter uma teoria da Política. Nisso, há flutuações e ambiguidades que derivam não apenas de dificuldades de leitura ou interpretação, mas própria ao objeto teórico e ao contexto de elocução teórica. O debate em torno do Populismo Latino-Americano que marcou a política latino-americana do século XX tratava também de destinos nacionais e determinantes estruturais: Classe, Dependência, Exploração Econômica. Explicar o populismo hoje, como fenômeno diversificado é tratar do campo eminentemente contingente que é a política.

2.4 ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS E IMPASSES INTERPRETATIVOS

2.4.1 O Populismo Entre a Esquerda e a Direita

Laclau oferece um retrato teórico do Populismo como lógica política, desenvolvendo a sua relação com a democracia e com as sociedades modernas, e avança suas interpretações em torno daquilo que seriam variações populistas. Crítica, enfaticamente, uma abordagem tipológica; mas ainda assim, se há uma regularidade na dispersão do

discurso Populista, quais elementos governam essa dispersão? Qual a relação entre populismo como categoria analítica e como elemento normativo no projeto de Ernesto Laclau? Se “construir um povo” é a principal tarefa de uma política radical (LACLAU 2006a), poderia-se supor que o populismo aqui é instrumental na consecução de uma democracia radical, projeto já explícito no texto sobre “rupturas populistas” (Idem: 1985a) e na obra conjunta com Chantal Mouffe (2014). Ou ainda, como questiona Paula Biglieri (2017: 254), avançando na homologia entre um e outro, se o populismo é “la forma de la política radical hoy.” então “¿cómo distinguir aquellos populismos que habilitan un proceso de política radical de aquellos que no?” (Idem: 256). Porque se, como denúncia Arato (2013), a teoria não oferece elementos para distinguir populismos de diversa estirpe, o investimento estratégico numa saída populista potencialmente esvaziaria o conteúdo principiológico da Democracia Radical.

Biglieri retira da própria teoria de populismo um critério eficaz para mapear Populismos em suas diversas roupagens ideológicas. Deve-se observar as demandas – a unidade mínima de análise. Acrescenta as demandas democráticas e populares um suplemento emancipatório: “Así en la medida en que la noción de emancipación (...) supone la liberación de una determinada dominación, opresión, sometimiento o explotación, implica necesariamente el componente igualitario” (Idem). Não é explícito porque afinal seria necessário esse deslizamento da emancipação para a igualdade; suporia-se que essa seria um princípio formal de igualdade política; se formos levar em conta a teoria de Laclau, o autor é muito cuidadoso em não pressupor qualquer estrutura de valor universal: qualquer universalidade sempre será hegemonicamente construída (LACLAU, 2013: 283); derivar da resistência à dominação um comprometimento formal com a igualdade (diante da lei?) parece-nos um salto conceitual.

Não parece ser dessa igualdade política que necessariamente Biglieri fala, já que aí nada distinguiria uma alternativa radical do que já é dado, formalmente, em uma democracia liberal ou ainda na social-democracia. Se essa “reivindicação da igualdade” é uma derivação de uma posição desfavorecida, aqui uma outra heurística toma o protagonismo que deveria ser da demanda – uma decisão política é ocultada no texto. Rancière (1996), citado positivamente por Biglieri e Laclau, justamente define política como uma reivindicação do dano, por parte daqueles que não fazem parte. Se ignorarmos qual a relação ontológica entre igualdade e emancipação na proposta da autora – o que parece sensato – o que se torna mais factível é que caberia ao intérprete

do populismo julgar se uma demanda é ou não é emancipatória a partir de seu conteúdo partilhar ou não de valores igualitários, entendidos não só em um sentido político formal, mas como inclusão dos desfavorecidos – mas aí somos reconduzidos muito facilmente à definição de Populismo de Laclau, justamente aquela ao qual se procurava acrescentar distinções normativas mais seguras.

A dimensão emancipatória parece um suplemento insuficiente, e de difícil delimitação, para uma proposta que vise colocar a relação entre populismo e democracia radical em um terreno mais firme. Pode ser muito dependente do arbítrio político, das simpatias do próprio interprete. Tomar as demandas como conteúdos não parece ter grande vantagem sobre tipologias já existentes do populismo. Por fim, devemos levar em conta o grau de populismo de qualquer opção radical: em Laclau há um deslizamento entre política e populismo não necessariamente inconsequente, e pode-se objetar que a opção populista nem sempre se faz presente no horizonte da radicalização da política. Por último, existe um outro problema que emerge ao tentar diferenciar populismos pela sua ideologia particular, que será melhor exposto discutindo o trabalho de Cas Mudde e Rovira Kaltwasser (2012).

Repisando o terreno já traçado do uso recorrente do termo “populismo” em disputas políticas de sociedades contemporâneas, a conceituação de populismo haverá por isso de dar conta da dispersão geopolítica do termo. Mudde e Kaltwasser (2012) fazem justamente isso, através da distinção entre populismo inclusivos ou excludentes. Essa diferenciação é de todo coerente com noções contemporâneas da divisa Esquerda/Direita, que também dizem respeito a ascensão de governos Populistas de esquerda na América Latina e de partidos populistas de direita radical na Europa. É uma análise que parte de uma ideia tipológica “instead of elaborating a generic theory of populism, the identification of subtypes should be the starting point of the analysis”⁴¹(2012: 153).

Os autores consideram o populismo como uma “thin-centred ideology”⁴², conceituada de tal modo: “thin-centred ideologies have an identifiable but restricted morphology that relies on a small number of core concepts whose meaning is highly context dependent”⁴³ (Idem: 150-

⁴¹ “Ao invés de elaborar uma teoria genérica do populismo, a identificação de subtipos deve ser o ponto inicial da análise”

⁴² “Ideologia de centro frágil”

⁴³ “Ideologias de centro frágil possuem uma morfologia identificável, porém restrita que depende de um número pequeno de conceitos fundamentais cujo significado é altamente dependente do contexto”.

1). Identificam como conceitos centrais “povo puro” – comunidade homogênea e virtuosa, “elite corrupta” – entidade homogênea, mas patológica –, e “soberania popular”. O antagonismo tem uma carga moral. Os autores postulam: “These three core concepts represent the sufficient and necessary criteria for defining populism: all of them must be present in order to categorize a phenomenon as ‘populist’”⁴⁴ (Idem: 151). Opinam que há pouca atenção, na literatura acadêmica, sobre a centralidade conceitual da “Soberania Popular” nas atuações populistas. Definindo o populismo como “ideologia”, não como “lógica política”, os autores (Idem: 154) dariam conta da resiliência do fenômeno, e a existência dele como ideologia seria o que permitiria uma maior adesão e unificação de grupos sociais heterogêneos, dando menos relevância o papel de um líder (Idem) – já que admitem a possibilidade de um populismo sem líderes (Idem: 153). Ao contrário de Laclau (2013) ou Urbinati (2014), a necessidade de um “nome” ou “líder” como unificador não se faz presente na teorização de Mudde e Kaltwasser. Também a questão da disputa do Estado não está imbricada no conceito, o que seria importante para distinguir movimentos populistas de outros movimentos populares (URBINATI, 2014: 139).

Vittori (2016) considera que a divisão adjetivada entre povo puro/elite corrupta já antecipa um conteúdo específico para os populismos, o que consistiria em um passo além de uma definição mínima do populismo, como pretendem Mudde e Kaltwasser. A díade corrupto/puro distingue o populismo de ideologias antissistêmicas como o anarquismo e o socialismo, na análise de Paolo Gerbaudo (2017). Se um claro antagonismo entre povo e elite se manifestar em um discurso, mas essa divisão não for tematizada moralmente, de acordo com Mudde e Kaltwasser (2012), não estão satisfeitas as condições para declarar populista um fenômeno. Em miúdos, se é dito que a elite prejudica o povo por causa de um “sistema” e não por sua própria corrupção ou ganância, o discurso é antissistêmico, mas não populista.

Uma primeira dificuldade metodológica dessa conceituação é que, sendo entendido como uma “ideologia de centro frágil”⁴⁵ (thin-centered ideology), o populismo historicamente está ligado a outras ideologias que lhe dão substância intelectual, como nacionalismo ou

⁴⁴ “Esses três conceitos fundamentais representam os critérios suficientes e necessários para definir o populismo: todos devem estar presentes de modo a categorizar um fenômeno como ‘populista’”.

⁴⁵ Tradução aproximada, não há uma tradução intuitiva para o termo ou tradução para o português consolidada na literatura consultada.

socialismo, como admitido pelos autores (MUDDE; KALTWASSER, 2012: 153). Assim, precisaria se identificar o uso dos conceitos centrais ao populismo, mas também considerar sua proeminência em textos e discursos, para uma consideração mais justa do “populismo” de determinado movimento. Sendo a “soberania popular” um conceito fundamental da democracia, é previsível a ubiquidade de sua apologia em discursos que tomam lugar em regimes nominalmente democráticos, o que pode tornar imprecisas análises a partir desse conceito mínimo. E é possível a soberania popular ter protagonismo político dissociada de uma simbologia positiva do povo?

Para conter então essa dispersão, onde quase todo fenômeno político cumpriria os requisitos do conceito, Mudde e Kaltwasser propõe também um “polo negativo” ao conceito, que seria composto por pluralismo e elitismo (Idem: 152). Quanto ao elitismo, é uma oposição presente em *Razão Populista* sobre rubrica de uma lógica administrativa da política. Consideramos que seja uma oposição conceitualmente produtiva, mas seu registro discursivo será algo mais discreto, no discurso político presente, por potencial aviltamento à valores democráticos tidos em alta estima – deverá se traduzir em discurso técnico, não explicitamente político. Será a oposição a esse discurso elitista que, na atuação do Podemos, ficará marcado na posição crítica às instituições europeias promotoras do receituário econômico da austeridade. Na literatura considerada, a tensão entre populismo e pluralismo é mais explicitamente considerada; principalmente quando considerarmos perspectivas mais críticas do populismos, ciosas de seus efeitos “homogeneizantes”.

Ao separar os populismos entre “excludentes” e “inclusivos”, os autores também separam esses aspectos em três dimensões: Material, política e simbólica (MUDDE; KALTWASSER, 2012:158). A partir daí analisaram os líderes populistas Evo Morales e Hugo Chávez e seus respectivos partidos MAS (Movimiento Al Socialismo) e PSUV (Partido Socialista Unido de Venezuela), e os partidos europeus de direita radical na Áustria (FPÖ - Freiheitliche Partei Österreichs) e na França (FN - Front National), como casos prototípicos com o intuito de derivar conclusões a serem testadas em casos futuros (Idem: 155). Se compara aqui partidos que, no caso Francês, nunca ocuparam o poder executivo, no caso austríaco, dividiram o poder como sócio minoritário, e nos casos latino-americanos, ocuparam e se consolidaram no poder.

Se inclusão material é entendida como distribuição de recursos pelo estado, há grande espaço de interseção entre Populismo e Clientelismo, o que para os autores explica a confusão entre os termos na

literatura (Idem: 159). Inclusão política é entendida como participação política e liberdade de manifestação; é associada pelos autores à “democracia radical”, que seria uma aspiração dos regimes sul-americanos (Idem: 161). A “dimensão simbólica” parece cumprir um papel diferente das outras, no sentido de que seu objeto não são propriamente políticas ou instituições específicas, mas sim a própria constituição do discurso populista “it essentially alludes to setting the boundaries of ‘the people and, *ex nihilo*, the elite”⁴⁶ (Idem: 164). Os partidos de direita radical da Europa não deixam de ter traços comuns com as experiências latino-americanas (defendem plebiscitos, usam uma linguagem simples) mas suas diferenças são sobrepujantes: além da retórica anti-imigração, o antagonismo reacionário é primariamente *culturalista*, enquanto o antagonismo de Chávez e Morales são primariamente socioeconômicos – ainda que também nessa diferenciação se permita exceções e ambiguidades. Apesar do populismo de esquerda ser identificado com o polo “inclusivo”; ele não deixa de ter aspectos exclusivos no nível de demandas (Idem: 159). Mas sim no próprio conceito um aspecto de exclusão radical se faz presente no antagonismo, moral, entre povo e elite.

Dessa distinção discursiva, se supõe que o populismo europeu é identitário, e também pós-material (Idem: 167) o que não seria caso dos populismos latino-americanos; mas não se diz que esse populismo deixe de representar os interesses materiais de seus eleitores. (Algo que também não sofreu teste em um hipotético sucesso eleitoral populista, nos casos considerados pelos autores). No caso latino-americano, os autores elencam o insucesso de governos anteriores em lidar com desigualdades econômicas como fator explicativo da chegada ao poder de líderes de esquerda ou centro-esquerda. Outra distinção seriam as pretensões e apelos por união regional dos populistas de esquerda, contra o nativismo identitário que viceja na Europa.

Ignorando quanto condições históricas e econômicas determinam esse cenário, o que parece importante é que o “imigrante” no discurso xenofóbico não pode ser “elite” e nem “povo” e implica uma adaptação do modelo conceitual de Mudde e Kaltwasser. Seu estatuto não parece ser o mesmo de uma combinação ideológica, integrado que está nas narrativas conspiracionistas que os próprios autores comentam (Idem: 166). O imigrante é tematizado também moralmente. No caso Venezuelano e Boliviano, as propostas e anseios de integração e atuação

⁴⁶ “Essencialmente alude à demarcação de fronteiras do ‘povo’ e, *ex nihilo*, da elite”

regional desafiam tematizações que liguem muito apressadamente povo e nação – e corre junto da contraposição nação/imperialismo, já presente nos populismos da primeira metade do século XX (LACLAU, 1985b).

Essa abordagem, certamente, não é livre de críticas: “The principal problem (...) in this approach, is that by characterizing populism as a ‘thin-centered’ ideology without substantive content (...) it is thereby reduced to a dependent, and thus supplementary, feature in relation to the more mature ‘thick ideology’ with which it is necessarily found in conjunction.”⁴⁷ (LA CARIDAD LEDEZMA, 2017: 258). Mas, como o autor defende, muito das políticas propostas por partidos populistas não deriva de alguma ideologia anterior, mas “these positions are generated from the interaction between the political demands which a populist party articulates and an underlying ideological inclination that is itself shaped through constant communication within an evolving political space, and by distinguishing itself from the salient attributes of its ‘antagonist’ at any giving time”⁴⁸ (Idem: 260). No populismo, a ideologia não é momento anterior ao antagonismo, mas esse seria uma lógica discursiva estruturante de qualquer identidade. Deste modo, o autor se filia teoria de Laclau e Mouffe (2014).

Mas o que se escreveu e conjecturou sobre fenômenos populistas a partir de uma perspectiva da teoria do discurso? O que escreve Chantal Mouffe (2005a) sobre o populismo de direita do FPO (Partido da Liberdade) na Áustria pode servir de exemplo do que seria uma análise em situações reais – de heterogeneidade social e significantes flutuantes – do populismo.

Assim, ao invés de partir de demandas específicas que teriam sido irrealizadas, seu comentário se concentra primeiro numa polêmica contra o que seria discurso hegemônico dos anos 90: “the attraction exerted by right wing populist discourse is the very consequence of the

⁴⁷ “O problema principal (...) nessa abordagem é que ao caracterizarmos o populismo como uma ‘ideologia de centro frágil’ sem conteúdo substantivo (...) é que ele é em consequência reduzido a um aspecto dependente, e portanto suplementar, na relação à mais madura ‘ideologia densa’ com a qual está necessariamente em conjugação.”

⁴⁸ “Essas posições são geradas a partir da interação entre demandas políticas que um partido populista articula e uma inclinação ideológica subjacente que é, em si, moldada através de constante comunicação dentro de um espaço político envolvente, e por se distinguir dos atributos salientes do seu ‘antagonista’ a todo momento.”

end of politics zeitgeist which prevails nowadays”⁴⁹ (idem: 51), de um ponto de vista do conjunto institucional, o sucesso do populismo de direita também consequência de uma concepção reduzida de democracia, sem participação (Idem: 52). Esse comentário corre em paralelo à diferenciação feita por Laclau – também presente no livro conjunto dos autores – entre lógicas de diferença e equivalência. A avaliação de Mouffe, então, é de que no período imediatamente anterior ao analisado, houve uma bem sucedida tática de incorporação de demandas pela diferenciação, em diferentes níveis institucionais. E em algum momento após isso esse sucesso levou a uma aproximação muito grande do conjunto de atores do espectro partidário-ideológico tradicional. O que, ainda, contribui para um “anti-political climate that is easily exploited to foment popular reactions against the governing elites”⁵⁰ (Idem: 56)

Além dessas duas perspectivas – histórica e institucional, A explicação do populismo também parte do próprio sistema político – como sistema de significações:

the move towards the centre by formerly socialist parties has led to the blurring of frontiers between left and right, this has created a situation in which the cleavages between us and them constitutive of democratic politics can no longer take place within the context of the traditional democratic parties⁵¹ (Idem: 69).

Isso “abriu o espaço” para que interpelações populistas tomassem lugar, articulando “medos e ressentimentos”, em oposição ao que era percebido como elites políticas, elites intelectuais e antagonizando também a própria burocracia do estado. Assim, o antagonismo é explicado também, em certo sentido, pelo conjunto de forças que pretende negá-lo. Também, que existam formas de identificação, afetivas e políticas, que seriam negadas no debate dominado por partidos e mídias tradicionais. O populismo de direita, enfim, é, para a autora, refratário a

⁴⁹ “A atração exercia pelo discurso do populismo de direita é a própria consequência do fim do zeitgeist político que prevalece hoje em dia”

⁵⁰ “clima antipolítico que é facilmente explorado para fomentar reações populares contra as elites governantes”

⁵¹ “O movimento em direção ao centro por antigos partidos socialistas levou ao embaçamento das fronteiras entre esquerda e direita, o que criou uma situação em que as clivagens entre nós e eles constitutivas da política democrática não podem mais ocorrer dentro do contexto dos partidos democratas tradicionais.”

princípios de direitos humanos e de integração econômica. Isso seria fruto da hipocrisia com que esses princípios têm sido mobilizados: “it is necessary to acknowledge that, for several decades, changes have taken place in european countries without real popular consultation and discussion of possible alternatives”⁵² (Idem: 70).

Em entrevista de Íñigo Errejón (2015: 80) o tema da construção de uma identidade popular aparece de modo que pode ser contraposto ao cenário populista proposto por Laclau:

Em primeiro lugar, não temos um Estado falido, nem um Estado com zonas cinzentas ou de sombra. Temos um Estado que funciona; que administra o território, que gera certezas. Que tem instituições que canalizam as reivindicações, dá segurança às pessoas e governa o conjunto do território. (...) Esse é um dado central, e qualquer possibilidade de ruptura do sistema de partidos e de construção de uma vontade popular nova passa pelo fato de que estamos trabalhando com uma sociedade no qual os processos de cidadania têm sucesso.

Isso serve de teste à hipótese populista. O caso aqui, ainda segundo o dirigente, é de mobilizar-se a partir da decepção das expectativas criadas por um sistema que até ali conseguirá gerir suficientemente bem as demandas sociais. Essa ainda seria uma reação conservadora “não em termos ideológicos, mas porque quer devolver a uma parcela os direitos corroídos pela gestão da crise” (Idem: 80).

Também Errejón comenta sobre a aproximação entre os partidos de centro-esquerda e centro-direita. Diante desse cenário, o Podemos, ainda dentro de uma estratégia populista, evita uma reivindicação prioritária de uma posição de esquerda, já que a Espanha testemunha “30 anos de derrota cultural da esquerda. De seus símbolos, suas bandeiras, suas canções, seu tecido associativo” (Idem: 81). Isso implica numa nova estratégia, contrapondo à “casta” política o povo, também “classes populares” e “os de baixo” (SCHAVELZON, 2015: 43). Porém, o próprio Errejón admite os limites dessa estratégia, sendo necessários matizes e acordos, impedindo que se faça eleições puramente plebiscitárias, limitando a capacidade de uma contraposição “total” a casta política, haja visto a aliança com a Izquierda Unida para as eleições de 2016, e também

⁵² “é necessário reconhecer que, por muitas décadas, mudanças aconteceram em países europeus sem real consulta popular e discussão de alternativas possíveis”

a contraposição distinta que o podemos tem feito ao PP (Partido Popular, direita) e ao PSOE (Partido Socialista Obrero Español – esquerda). Nesse sentido de compromisso, Errejón também enfatiza a distinção entre sistemas presidencialistas e parlamentaristas, onde a ascensão de um líder carismático dependeria de uma representação partidária majoritária no parlamento – caso na Espanha.

Além das distinções entre populismo de diversas filiações ideológicas, e de populismo em diversos contextos institucionais e de desenvolvimento sócio-econômico, também cabe enfatizar a distinção, presente em texto de Benjamin Ardití (2005), entre populismo no poder e fora dele. Para Ardití, a reivindicação de uma “crise na representação” é mais comum entre os populismos opositores (2005: 80). Essa discussão mostra o desafio de pensar um modo de articulação, pensando desde o início como antagonista de um “poder”, numa situação em que ele é também parte do poder estabelecido. Beasley-Murray (2010) irá atribuir ao componente antagonista a capacidade de mobilizar um imaginário opositor ao mesmo tempo que ocupa o Estado: uma representação bem-sucedida do antagonista como detentor de poder sócio-econômico também justificaria muito dos fracassos do líder e do partido populista quando esses ocupam o Poder Executivo ou fração do Poder Legislativo.

2.4.2 Contra o Populismo: Constituição e Destituição

A apreciação de diversas críticas à hipótese populista, permitirá o aprofundamento dos problemas até aqui considerados. Nadia Urbinati (2014: 137) sugere discutir o populismo dentro da tradição republicana de Roma. Em sua crítica, isso é feito através de uma homologia entre cesarismo e populismo, povo e *populus*. Ainda é essencial à sua crítica (a) a diferenciação entre igualdade política sancionada por um governo constitucional e formas de incorporação das massas próprias a uma ação populista, e (b) a diferenciação entre poder majoritário e a forma como esse seria usado como parte do procedimento democrático. Representação política como *advocacy*, Governo Constitucional e Pluralismo seriam alternativas políticas a uma deriva populista, que as antagoniza e deprecia. Andrew Arato (2014) crítica as teorias de Laclau por ter um conceito tanto Hobbesiano como simbólico de representação, nos termos de Pitkin (1967); pela lógica da sinédoque – em que parte do povo, por meio de uma cadeia de equivalências representaria o todo –, o que culminaria em

uma “church-like entity”⁵³ (2014: 147) que limparia o corpo político de distorções ao interpretar uma vontade popular autêntica; e finalmente, por adotar uma teoria de soberania popular esposada por Carl Schmitt (1996; 2006) em sua Teologia Política e em suas críticas ao parlamentarismo – onde é indistinguível democracia e ditadura. Arato, assim como Urbinati, dá privilégio normativo a aspectos procedimentais e institucionais do governo representativo.

Em uma perspectiva diversa, Beasley-Murray (2010) contextualiza sua crítica ao populismo dentro de um assalto às lógicas hegemônicas *tout court*. Pretende, em seu livro, que o conceito “hegemonia” nunca poderia ter a preponderância explicativa que teve, principalmente no campo dos estudos culturais. Afirma que a lógica hegemônica é necessariamente populista, e que o registro feito por Laclau da mesma elide o papel do Estado. Em contraposição ao populismo, pretende dar protagonismo político e explicativo para as multidões, seguido Hardt e Negri (2000). Em sua resenha do livro *Razão Populista*, Arditi (2010) sumariza suas críticas ao projeto Laclauniano: (1) não parece haver uma “versão complexa” da teoria, irredutível a simplificação em um cenário populista; (2) há relatos muitos similares do que seria populismo, do que seria política, do que seria hegemonia – os termos se confundem sem que haja tensão entre eles; e finalmente, (3) se o populismo surge em momentos de crise, é derivativo, não constitutivo. Nessa resenha e em outro texto (Idem: 2007) o autor também sugere a substituição de lógicas hegemônicas por uma política multitudinária. Propõe também sua própria interpretação do populismo (idem: 2005), tematizado em três formas de derivação da democracia: como retórica própria a sistemas representativos e suas condições de publicidade; como sombra ou rescaldo da legitimação do governo constitucional pela soberania popular, que atua como sintoma dos limites da representação política e pode assim ter um papel positivo; e, por fim, como ameaça autoritária que já excede os limites procedimentais de uma democracia.

Essas posições teóricas diversas não podem ser assimiladas umas às outras (e afinal se polarizam completamente no que concerne o tema-chave da representação política) mas é visível que, no que é pertinente uma teoria do populismo, suas divergências tem um sentido comum, em que o populismo é (a) uma ameaça a valores de pluralismo e liberdade – seja como não-dominação ou autonomia (b) um aparato político frágil que se subjugava a líderes fortes que estabelecem sua hegemonia através da propaganda.

⁵³ “Entidade de tipo religioso”, uma ordem sacerdotal.

Afinal, as críticas propostas por esses autores têm grande correspondência: a crítica a uma teoria de representação com encarnação; a crítica a ideia de unidade política e a questão de um povo legítimo ou autêntico; o papel do estado e a questão do autoritarismo. No entanto, cabe notar que enquanto Arato e Urbinati pretendem criticar tanto o populismo e seus interpretes de um ponto de vista normativo, Arditi e Beasley-Murray pretendem disputar o sentido de mobilizações populares e contrapor-se a saídas que, na opinião deles, vissem instrumentalizar e por fim subjugar essas manifestações a um ordenamento simbólico que dispute a legitimidade do Estado. E se a geopolítica de Urbinati contrapõe Europa e Estados Unidos – seguindo, inclusive, tematizações seculares da teoria política, a geopolítica de Arditi e Beasley-Murray é mais próxima aos movimentos na América Latina – do Zapatismo no México (desde os anos 1990) às Revoltas do Gás e da Água na Bolívia (2000 e 2005).

Nadia Urbinati (1998) destaca a importância que a dimensão de poder político tem para avaliar o populismo e seus efeitos em um contexto democrático. O populismo seria culpado de “confining democracy solely to a quest for political power”⁵⁴ (Idem: 122) o que é um equívoco já que

democracy is also a claim for an extension of the values of equality and non-domination to those sectors of social life where those values are still impotent. In other words, the project of democratization should orient itself also outside the space of political power and towards civil society at large. This does not entail that the existing distribution of political power should remain unchallenged or unquestioned. More consistently, it means that domination is not only a political phenomenon and that the political sphere is not its only niche; and finally that a democracy that incorporates the liberal constraints can become an instrument for pursuing a wider project of democratization⁵⁵ (Idem).

⁵⁴ “restringir a democracia meramente a uma busca por poder político”.

⁵⁵ “a democracia é também uma reivindicação de uma extensão dos valores de igualdade e não-dominação para aqueles setores da vida social onde esses valores ainda são impotentes. Em outras palavras, o projeto de democratização deve se orientar também fora do espaço do poder político e em direção à sociedade civil em geral. Isso não implica que a distribuição existente do poder político deva permanecer incontestada ou inquestionável. Mais consistentemente, isso significa que a dominação não é apenas um fenômeno

Duas linhas de questionamento se abrem, tomando o que foi escrito por Laclau sobre o tema: Quão válida é uma distinção tão estanque entre poder político e sociedade civil? Um projeto de extensão de valores democráticos para grupos marginalizados, não afeta, afinal, o poder político?

As críticas ao populismo não partem só de uma necessária diferenciação e separação entre poder político e sociedade civil no nível normativo, mas também de uma separação entre lógicas de movimento social da de um partido político, uma vez que:

their logic is to influence the parties and authorities that exercise state power, not to take it. Thus, social movements may be utopian or uncompromising regarding their values in civil society, but must be self-limiting vis-a-vis other movements and especially in the exercise of political power⁵⁶ (ARATO; COHEN, 2017: 285).

Essa separação também é reivindicada por Urbinati, que propõe a ambição pelo controle do estado como critério para diferenciar movimento popular de populismo. Um movimento como *Occupy Wall Street*, assim, pode ter retórica populista, ao reivindicar representar 99% da sociedade, contra o 1% mais rico; mas não é populista como o Tea Party, muito mais disposto a aceitar lideranças e influenciar os rumos da sociedade através da disputa pelo poder político:

In a democratic society, a popular movement of protest or criticism should not be confused or identified with a populist conception of state power. The former is consistent with the *diarchic nature* of representative democracy (suffrage as an authoritative power and opinion as indirect power of influencing decisions through a broad network

político e que a esfera política não é seu único nicho; e, finalmente, que uma democracia que incorpore as restrições liberais pode se tornar um instrumento para a busca de um projeto mais amplo de democratização”.

⁵⁶ “sua lógica é influenciar as partes e autoridades que exercem o poder do Estado, não assumi-lo. Assim, os movimentos sociais podem ser utópicos ou intransigentes em relação aos seus valores na sociedade civil, mas devem ser autolimitados em relação a outros movimentos e, especialmente, no exercício do poder político”.

of judgment); the latter deems diarchy an obstacle because it wants to keep the opinion of the people separate from the authoritative power of the institutions. Populism is a project of power whose aspiration is to make the opinion of the majority identical with the authority of the sovereign state, in fact to make its leaders and elected officials use the state to favor, consolidate and extend their constituency⁵⁷ (URBINATI, 2014: 140).

Assim, lógicas que antes deveriam ser mantidas separadas e também ordenadas dentro de um sistema representativo, são colapsadas no populismo, e o Estado e suas instituições são subjugados a uma lógica de movimentos. Aqui temos um problema semelhante à crítica do populismo enquanto cooptação das massas, mas também em sentido inverso: o Estado é capturado por uma lógica de massas, e os próprios movimentos são corrompidos nesse processo, e nesse sentido o populismo seria um inimigo do pluralismo.

Beasley Murray (2010: 54) considera que o Estado é o “unacknowledged center of Laclau’s theory of hegemony”. Continua: “His historical case studies all involve nation-states. If ‘a demand is always addressed to someone’ (...) that ‘someone’ is always, for Laclau, an institution already in a position to respond”⁵⁸ (Idem: 54). Assim, o estado-nação deixaria de ser um contexto histórico para se tornar centro produtivo – mas não problematizado – do cenário populista. De acordo com o autor a teoria de Laclau repetiria, momento a momento, a estratégia do Populismo, resumida de tal modo:

⁵⁷ Em uma sociedade democrática um movimento popular de protesto e crítica não deve ser confundido ou identificado com uma concepção populista de poder estatal. A primeira é consistente com a natureza diárquica da democracia representativa (o sufrágio como poder autoritativo e opinião como poder indireto na influência de decisões através de uma ampla rede de julgamento); o último julga a diarquia como um obstáculo porque quer manter a opinião do público separada do poder autoritativo das instituições. O populismo é um projeto de poder que aspira fazer a opinião majoritária idêntica à autoridade do Estado soberano, de fato, aspira que líderes e representantes eleitos usem o estado para favorecer, consolidar e estender as próprias bases sociais”

⁵⁸ “centro não reconhecido da teoria de hegemonia de Laclau”, “seus casos históricos sempre envolvem estados-nação”, “se uma demanda é endereçada a alguém”, “sempre se trata de uma instituição capaz de resposta”.

These, then, are populism's characteristic moves regarding the state. First, it displaces the state through the construction of a discursive antagonist. In the process, institutional power, the power to grant or deny demands, is replaced by an image of power, projected onto an enemy declared illegitimate; the stakes of the political game become representational legitimacy rather than the satisfaction of demands. Second, the populist leader assumes representational transcendence and demands the right to be named sovereign and so, in turn, to take the place of the state. All this is accomplished by means of a sleight of hand that substitutes hegemony for other forms of politics, and sovereignty for any other conception of power. Hence populism can gain institutional power while still maintaining an anti-institutional critique directed at the forever displaced objects of its antagonistic discourse⁵⁹ (Idem: 56).

O momento antagônico, assim, para Beasley-Murray seria uma substituição ou deslocamento do poder estatal por uma imagem desse poder. Pode-se dizer que essa substituição ocorreria no salto que leva da particularidade para a equivalência, da demanda para o significante. Ao contrário do que é considerado na teoria de Laclau, a demanda perde sua particularidade ao perder sua autonomia, ela perde seu léxico como reivindicação ao se tornar índice de uma inimizade. Assim como Urbinati (2013), a disputa do estado é um critério necessário para definir o populismo. A autora tematiza essa forma de esvaziamento de forma diversa: "Populism's goal consists in emptying the place of power in

⁵⁹ "Esses, então, são movimentos característicos do populismo em relação ao estado. Primeiro, desloca o estado através da construção de um antagonista discursivo. No processo, o poder institucional, o poder de conceder ou negar demandas, é substituído por uma imagem de poder, projetada sobre um inimigo declarado ilegítimo; as apostas do jogo político tornam-se legitimidade representacional e não a satisfação de demandas. Em segundo lugar, o líder populista assume transcendência representacional e exige o direito de ser nomeado soberano e assim, por sua vez, tomar o lugar do Estado. Tudo isso é realizado por meio de um truque que substitui a hegemonia por outras formas de política e a soberania por qualquer outra concepção de poder. Portanto, o populismo pode ganhar poder institucional enquanto ainda mantém uma crítica antiinstitucional dirigida aos objetos para sempre deslocados de seu discurso antagônico".

order to reoccupy it. This entails eroding the symbolic domain and substituting it with the materiality of power.” (Idem: 148). Não se trata de que alguém se candidate ao poder político, e aí temos populismo. Se trata de que alguém deseja acumular político para além daquele disponível dentro de uma ordem constitucional. Isso poder ter como fins de usar esse poder para beneficiar suas bases sociais; mas também se acusou, desde Perón e Vargas, o populismo de beneficiar suas bases sociais para assim acumular poder.

Quando Arato (2013) critica o percebido autoritarismo da visão de Laclau, acusa-o de simplificar a representação como representação simbólica, ignorando outras opções já presentes no trabalho de Pitkin (1967), e também o modo como o autor evita questões normativas. Arato ainda, em artigo escrito junto com Jean Cohen, irá, de certo modo, cristalizar sua crítica à Laclau em uma enumeração da lógica populista em quatro partes que “entails a *pars pro toto* dynamic through which the authentic part of population stands for the whole people; an imaginary of the *sovereign people as one*, as an ideal unity; a *friend/enemy* conception of politics, and an *embodiment model* of representation”⁶⁰ (2017: 287). Urbinati (2013: 147) conceitua a lógica populista, em torno dois processos ou operações conectadas: simplificação do espaço político pela *polarização* entre povo e elite; e a unificação das “massas” sobre uma narrativa orgânica representada por um líder, que seria uma *verticalização* do sistema político. Citando Arditi (2005) a autora pensa o populismo como interno à democracia representativa, mas desafiando seus fundamentos.

O quadro que chegamos a partir da apreciação dessas críticas poderia se estender quase indefinidamente.⁶¹ Sabemos que, pela diversidade de perspectiva, de empenho, de cada autora, a simplificação com propósito comparativo é uma violência. Também agrava ela que, para esse quadro pretendemos tencionar ao máximo um termo que já extremamente contestável. Não queremos observar apenas continuidades ou temas comuns, mas também os extremos barrocos de um retrato do populismo. O fenômeno ainda ilustra os impasses políticos de seu tempo. Assim, separamos as perspectivas de Laclau (1977, 1985a, 1985b, 2005) e Mouffe (2005a, 2005b), Mudde e Kaltwasser (2012, 2017), Arditi

⁶⁰ “implica uma dinâmica *pars pro toto* através da qual a parte autêntica da população representa todo o povo; um imaginário do *povo soberano como uno*, como uma unidade ideal; uma concepção de política amigo/inimigo e um *modelo de representação pela corporificação* [embodiment]”.

⁶¹ O quadro foi dividido em dois para se adequar ao formato deste trabalho.

(2005, 2010), Arato (2013), Beasley Murray (2010) e Urbinati (2014) em sete critérios: (1) fenomenologia, o que é populismo nessa teoria, o que descreve um fenômeno populista? (2) Qual sua definição de povo? Ou qual o elemento constituinte do populismo? (3) Como exerceria o Poder Político, ou seja, qual sua noção de Estado ou constituição? (4) que formas de representação estão incluídas no fenômeno populista? (5) Quais os elementos de uma estratégia populista? (6) o inimigo é legítimo ou ilegítimo? – se há resposta para essa pergunta (7) avaliação do fenômeno – entendida como positiva quando coerente com princípios de inclusão, pluralismo, liberdade, prosperidade.

Algo excessivo, sabemos, mas acreditamos que para cada um desse sete critérios, entre esses oito autores, encontramos respostas satisfatórias. Uns se concentram mais em alguns pontos, é certo, e algumas respostas são por definição (fenomenologia – o que é) mais diretas que outras (avaliação do fenômeno – o que faz).

Quadro I: Teorias contemporâneas do populismo (Parte 1)

	Fenomenologia	Definição de Povo ou constituinte populista	Exercício do Poder político Ou constituição populista
Ernesto Laclau (1977, 1985a, 1985 b, 2013) Mouffe (2018)	Razão Política	Heterogêneo, plural	Hegemonia, articulação
Nadia Urbinati (2014)	Estilo político, conjunto de tropos retóricos, movimento, regime	Povo comum, anti-intelectual, opinião majoritária	Acumulo de Poder, ruptura Institucional, Benefício às bases sociais

Andrew Arato (2013)	Teologia Política ⁶²	Homogeneo, unificado, purificado, <i>pars pro toto</i> , um povo autêntico, contaminado pelo inimigo	Estado de Exceção, Decisão Política
Beasley-Murray (2010)	Linha política, Regime, Estudos Culturais ⁶³	Entidade Cultural em um discurso Nacional	Soberania, Líder substitui o Estado
Arditi (2005, 2010)	Periferia Interna da Democracia	Presença impura,	Hegemonia, Manipulação Retórica,
Mudde Kaltwasser (2012, 2017)	<i>Thin-Centered Ideology</i>	Povo Puro	Soberania Popular

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁶² No texto conjunto com Jean Cohen (2017), Arato falará de ideias populistas, movimentos populistas. Adotamos, pelo contraste, as definições mais polêmicas presentes em sua crítica de Laclau. É uma teoria do populismo enquanto teologia política, sabendo que o populismo não necessariamente se faz teologia política.

⁶³ Não foi tratado nesse texto pelas limitações impostas pelo objeto, mas o alvo de Beasley-Murray (2010) na sua crítica do populismo são os estudos culturais, de Raymond Williams a Stuart Hall, influenciados pela teoria de hegemonia de Laclau, que ilustrariam, de certo modo, “mechanisms of reactionary conversion — of culture into state, affect into emotion, habit into opinion, multitude into people, constituent into constituted power — that are the ultimate interest of this book. “ (Idem: xx) – “mecanismos de conversão reacionária – de cultura em estado, afeto em emoção, hábito em opinião, multitude em povo, poder constituente em poder constituído – são o interesse definitivo desse livro”

Quadro II: Teorias contemporâneas do populismo (Parte 2)

	Formas de representação	Ações, elementos estratégicos	Inimigo	Efeitos
Ernesto Laclau (1977, 1985a, 1985 b, 2013) Mouffe (2018)	Primus inter Pares, laço libinal com líder, inscrição de demandas, nome (singularidade)	Demandar, Articular, Antagonizar, Discurso (Capturar significados, articular)	Antagonismo (ilegítimos) Agonismo (Legítimos)	Incorporação dos despossuídos na vida política, democratização (positivos) É sintoma de insuficiências democráticas ⁶⁴ (ambíguo)
Nadia Urbinati (2014)	Crítico da representação; narrativa orgânica que um líder incorpora	Simplificação, Polarização, Unificação, Vericalização, esvaziamento da fundação simbólica do poder,	Ilegítimo, Não deve ter poder.	Negativos. Quaisquer efeitos positivos são produto da interação do populismo com outros elementos que o restringem.
Andrew Arato (2013)	Simbólica, Autorização Hobbesiana	Extração do povo autêntico da população empírica, regeneração do corpo político	Inimigo Interno (o corpo social deve ser purificado) Ilegítimo, ameaça existencial	Negativos. É análogo ao Totalitarismo.

⁶⁴ Elemento da análise de Mouffe sobre populismo de direita e pós-política. É plenamente possível dentro do modelo de Laclau que o populismo tenha efeitos negativos, mas esses não são intrínsecos ao populismo, enquanto seu sentido como fonte da democracia radical é.

Beasley-Murray (2010)	Líder Transcendente	Desloca o estado, procura legitimação do líder,	Declarado ilegítimo	Negativos: passividade, legitimação do poder
Arditi (2005, 2010)	Simbólica, Autorização Hobbesiana, Formas tímidas de delegação.	Propaganda (Retórica) Contestação (fronteira)	Varia de legítimo (quando discurso crítico) à ilegítimo (Retórica ou Ameaça)	Crítica os limites da democracia (positivo) Autoritarismo (negativo) Retórica Demagogica (Negativo)
Mudde Kaltwasser (2012, 2017)	Identidade (Populismo de direta) Inclusão (populismo de esquerda)	Movimentos Populares, Partidos, Líderes	Elite Corrupta	Positiva (inclusão material) Negativa (exclusão cultural)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Stratvakis (2014) afirma que o pensamento político de Laclau pode ser organizado em torno de uma crítica do imediatismo. Para sua teoria política, isso implica uma defesa da representação, não apenas como mal necessário e inevitável, mas sim como parte positiva do fenômeno político; parte que não pode ser descartada em um projeto de democracia radical. Essa defesa deve ser contextualizada em um debate com o autonomismo. Acreditamos que essa contextualização ajudaria a desfazer o aparente paradoxo em que nos encontramos, onde a obra de Laclau é tanto criticada por sua ênfase na representação quanto por sua teorização pobre da mesma.

Primeiro, formas mais rígidas de representação ou critérios mais exigentes para julgar a atuação de representativos não implicam na dissolução do problema da autorização e também não invalidariam a noção, presente em Laclau, de que a relação de representação seria constitutiva daquilo que é representado. Em uma genealogia do conceito de representação, Hanna Pitkin (2006), fala sobre um “paradoxo inerente ao próprio significado da representação: tomar presente de alguma forma o que apesar disso não está literalmente presente.” (Idem: 30). A autora

lembra a origem latina do termo *repraesentare* tinha como sentido “tornar presente ou manifesto novamente” (Idem: 17) e seus usos no latim clássico se resumiam quase na totalidade a objetos inanimados, sem quaisquer relações com as instituições políticas romanas. Seu sentido moderno começa a emergir na Idade Média, quando se torna um tipo de encarnação mística, onde o Papa e os seus cardeais “são vistos como a encarnação e a imagem de Cristo e dos Apóstolos” (Idem: 18); em paralelo, é usado para personificar a vida coletiva, em uma conexão abertamente fictícia. O conceito de representação desenvolve-se a partir de uma noção simbólica, de autoridade encarnada ou corpo social representado como “uno”. Essa união é pensada por Hobbes como o ato de autorização, que é, em sua essência, um pacto de obediência e submissão.

Mas se com o desenvolvimento das grandes democracias eleitorais a representação política se diversifica ela ainda “ativa um tipo de unificação política que não pode nem ser definido nos termos de um acordo contratual entre eleitores e eleitos, nem decomposta em um sistema de competição que aponte aqueles que deverão pronunciar o interesse geral de todos” (URBINATI, 2006: 194). Essas formas de unificação são entendidas pela autora como “totalmente simbólicas e construídas politicamente” (Idem: 195). Mas, apesar disso a “emergência do ‘povo’ (os cidadãos) como agente político ativo não se limitou a meramente renovar instituições e categorias antigas.” (Idem: 196), resulta que a representação implica numa inovação com implicações importantes para qualquer teoria política contemporânea. A própria categorização da autora, que destaca o caráter procedimental, também, ao fazer isso, coloca a própria representação em ‘jogo’ no processo de sua consecução, já que “qualquer reivindicação que os cidadãos tragam para a arena política e queiram tornar um tema de representação é invariavelmente um reflexo da luta para a redefinição das fronteiras entre suas condições sociais e a legislação” (Idem: 197). Isso se dá porque a representação desencadeou a separação entre sociedade e estado (Idem: 195).

A teoria de discurso de Laclau e Mouffe tem implicações importantes para o conceito; sua relação com a representação de interesses encontrada alhures e com uma teoria de constituição de identidades coletivas a partir de mecanismos de representação. A partir de uma genealogia do conceito Gramsciano de hegemonia, os autores radicalizam suas implicações dentro do corpo teórico do marxismo, tomando posição em favor de uma perspectiva que dá mais espaço a contingência na explicação de lógicas sociopolíticas; assumindo a impossibilidade de uma determinação última do social, com interesses de

classe determinados por posições fixas em um esquema teórico rígido. Na teoria de discurso de Laclau e Mouffe (2014), a ideia de articulação é central. A articulação entre elementos discursivos envolve a transformação do conteúdo desses elementos pelo ato de articulação: “we will call articulation any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice”⁶⁵ (Idem: 91). Esse conceito permite pensar os interesses sociais como formados paralelamente à identidades e sentidos sociais, dentro de uma prática articulatória que constituiu o terreno da política e que tem claros elementos de representação.

Seguindo a ideia de hegemonia como articulação de demandas diversas em um campo marcado pelo antagonismo, se destaca também o papel processual da representação. A formulação mais relevante de Laclau em termos de representação política encontra-se no livro *Emancipação e Diferença* (2011), publicado originalmente em 1996. Ali é enfatizado que a relação entre representado e representante não é uma transferência de vontade do primeiro para o último, mas sim uma relação de mão dupla em que o segundo tem um papel na constituição dessa vontade. Assim como Pitkin, Laclau descarta qualquer hipótese de transferência direta de vontades, e irá justamente partir da posição de que nenhuma dessas condições (transparência do ato, vontade inteiramente constituída, que o papel do representante seja de mera intermediação) é realizável, isso pelo próprio modo como Laclau entende a política e a ideia de representação.

Laclau faz a distinção do “lugar em que identidade básica é constituída” e do lugar onde são tomadas as “decisões que podem afetar essa identidade” (Idem: 147). Isso reproduz o paradoxo central da representação, como identificado por Pitkin, o que também implica em possibilidades de pensar a relação entre a representação e o espaço político (em sentidos diversos). Justamente por essa distinção entre espaços, existe a distinção de contexto discursivo: “o representante *inscreve* um interesse numa realidade complexa, diferente daquela na qual esse interesse foi originalmente formulado, e, assim fazendo, ele o constrói e transforma. Mas, desse modo o representante também está construindo a identidade do representado.” (Idem: 147). Isso tudo é consonante com a ideia da representação como processo, presente em Urbinati (2006).

⁶⁵ “Chamaremos de articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre os elementos de modo que sua identidade seja modificada como resultado da prática articulatória.”

Já Hardt e Negri (2005) tem no seu conceito de multidão a ideia de uma nova subjetividade política que resiste à representação. Ainda que nas suas intervenção política Negri não deixe de elogiar e oferecer apoio a partidos políticos como o Podemos na Espanha ou o Syriza na Grécia, ambos atuantes dentro dos marcos de um Governo Representativo, sua teoria política visa, justamente, evitar o momento da representação: “as metáforas transcendentais (...) negam que a cooperação possa ser elevada a eficácia do domínio e que a intelectualidade da massa seja capaz de unidade na decisão sobre isso” (NEGRI, 2003: 171). O que visa evitar-se é justamente algum mecanismo de delegação. Essa declaração ainda impõe, a um projeto emancipatório, “unidade de decisão” – o que nos reconduz ao espaço político ocupado pelo Populismo. O debate que segue tem seu primeiro capítulo em um texto de Rancière (2010), em que o autor contrapõe a Multidão dos autores ao seu próprio conceito de povo, central em *O Desentendimento* (1996). Segue a própria resenha que Laclau faz da obra Império (2000), intitulada “Can Immanence explain social Struggle” (2001). Nele, o autor coloca o debate nos termos teológicos presentes na origem do “imanentismo radical”. Para Laclau, qualquer forma radical de imanentismo reduz todo evento a momento de um desenvolvimento universal, assim a visão de Negri e Hardt levaria ao “fim da política”. Laclau (2001:6), ao contrário, pensa a multidão como “construed through political action – which presupposes antagonism and hegemony”⁶⁶, além de representação, mas também: “what is totally lacking in empire is a theory of articulation, without which politics is unthinkable”⁶⁷ (Idem: 7).

Ainda na sua obra mais recente, Negri e Hardt (2009) consideram que a representação política, pressuposta em qualquer estratégia ditada pela hegemonia, envolve relações de hierarquia que corrompem a produção do comum e tem fundamento aristocrático – não democrático (Idem: 305). Rancière (2014: 69) também critica um vício de origem da representação política, instituição oligárquica: “Na história da representação, são sempre os estados, as ordens e as possessões que são representadas em primeiro lugar, seja porque é considerado seu título em primeiro lugar, seja porque um poder soberano lhes dá voz consultiva”. Concluindo, não apenas seguido Negri e Hardt, e o êxodo e da multidão, mas uma crítica à representação já comum na vida teórica do Anarquismo

⁶⁶ “concebido através da ação política – o que pressupõe antagonismo e hegemonia”.

⁶⁷ “o que falta totalmente no império é uma teoria da articulação, sem a qual a política é impensável”.

e do Socialismo, que autores como Beasley-Murray (2010), Arditi (2007; 2010), ou Scott Lash (2007) irão criticar o projeto político que tem como categoria central a hegemonia. Para tanto, insistiram em formas de resistência ou insurreição que não tenham como objeto o assalto ao poder central.

A Primavera Árabe em 2011 e os massivos protestos que seguiram no imediato suceder, do Occupy nos Estados Unidos aos *Indignados* na Espanha, e as práticas participativas nesses protestos reacenderam o debate que contrapõe Hegemonia à Multidão, sendo testemunha disso a publicação do volume *Radical Democracy and Collective Movements Today* (2015). Se por um lado os protestos eram a consolidação de “viral politics” (ARDITI, 2007), ou das “redes de esperança e indignação” (CASTELLS, 2013), e uma volta da energia multitudinária que em muitos momentos recusou e repudiou a representação política dos partidos tradicionais; essa perspectiva sofre o enfrentamento primeiro daqueles que procuram resultados institucionais para tais protestos⁶⁸ e que, na ausência desses resultados, culpam

⁶⁸ Os resultados desses protestos são diversos, ainda que pendendo muito para o negativo. No extremo do escopo, certamente muito dos países da primavera árabe: Guerra Civil com emergência de grupos fundamentalistas (Síria), golpes e novas ditaduras (Egito), ou Guerra Civil, interferência da OTAN, caos generalizado e leilões de escravos (Líbia). No positivo, a experiência islandesa de punição a crimes financeiros; a eleição do Syriza na Grécia – apesar de todas as contradições daquela experiência. No Brasil, a pressão popular conseguiu que demandas de servidores do Ministério Público fossem atendidas (não a PEC 37) e que uma Lei de Delação Premiada fosse aprovada por Dilma Rousseff – seriam fatores fundamentais para o lançamento da Operação Lava-jato. Ambíguo, é certo. A operação é acusada de parcialidade, autoritarismo e messianismo por muitos do meio jurídico; mas teve apoio popular principalmente no seu início. Que a tarifa de ônibus em SP não subisse. Também é herdeira de junho uma greve histórica dos Garis no Rio de Janeiro, com massivo apoio popular. No entanto, quase todo desdobramento subsequente, de Lei Anti-Terrorismo à intervenção Militar no Rio de Janeiro, de ajustes fiscais a reformas da previdência e trabalhista apontam num sentido que no segundo caso não responde a quaisquer demandas populares colocadas em Junho de 2013 e no primeiro atende a um recrudescimento do aparato repressivo do Estado. Tudo combinado e conspirando para um contexto de declínio das condições de vida da população. Esse quadro – regressão nas condições de vida – só torna mais incerto qualquer diagnóstico dos efeitos de Junho de 2013, no sentido de diferenciar o que é continuidade, o que é reação, e o que não é nem um nem outro. Na nossa consideração, o melhor ensaio ainda disponível sobre esses eventos é o de Paulo Arantes *Depois de Junho a Paz Será Total* (2014). É

estratégias heterodoxas pelo percebido fracasso, ou, aqueles que procedem de modo mais sofisticado e aberto, percebendo as contradições desses protestos, com marcados elementos populistas ou nacionalistas⁶⁹ (GERBAUDO, 2017).

As críticas feitas ao populismo, se organizam então entre aquelas que exigem modos mais rigorosos de representação e aquelas que exigem um maior prestígio a formas alternativas de ação política. De certo modo, isso diz respeito a própria posição ambivalente de movimentos populistas diante da representação política: eminentemente representativos, no entanto, devem denunciar o status quo e a distorção de seus instrumentos representativos. Mas muito mais do que isso, refletem a ambiguidade com que o próprio autor enfrentou o tema da representação e a saga populista em sua obra.

2.5 QUADRO INTERPRETATIVO

Pensar o populismo como articulação de demandas particulares (direitos humanos, por ex.) seria o que permitiria imaginá-lo como uma forma de radicalização democrática. Mas esse aspecto não parece garantir, por si só, um vínculo positivo entre populismo e democracia. Devemos procurar no modo mínimo da representação presente na obra de Laclau algumas possíveis soluções: o nome – não necessariamente é uma pessoa, mas certamente é uma singularidade, partido ou emblema. Esse nome, e quem o empunha e mobiliza, não pode arbitrar o que irá representar, para além daqueles que clamam e se identificam com o nome. A hipótese de similitude entre governantes e governados – também dá outro critério, talvez mais fraco, para a representação populista, e confere a ela um princípio de igualdade. Mais do que a articulação sob a lógica da equivalência, a perseverança das particularidades dentro dessa articulação serve de remédio para derivas autoritárias. E mais ainda do que isso, a própria disputa, quando acrescida a ela o elemento heterogêneo – não só como conceito excessivo e radical – e os significantes flutuantes, também pode servir de freio contra o perigo despótico, sempre presente.

presciente seu comentário sobre pacificação. Acompanhamos muito de seu diagnóstico. Comparando junho a seus parceiros globais, parecem repetir um padrão histórico de restaurações conservadoras após períodos de insurgência popular e/ou efervescência cultural – do qual Maio de 1968 na França ou o movimento *hippie* nos Estados Unidos seriam exemplos.

⁶⁹ Uma discussão maior das teses de Gerbaudo e Castells será feita no segundo capítulo.

Na sua conceituação das fontes democracia radical, Laclau não distingue só populismo e liberalismo –mas também pluralismo. Mouffe tenta justamente conter efeitos negativos do “antagonismo” pelo pluralismo, na sua teoria do agonismo. Mas qual seria a específica distinção entre agonismo e uma “contrariedade” dentro dos marcos de uma política liberal? “contrariedade” que seria, para o Laclau de ‘ruptura populista’ (1985), marco de uma política transformista? Tempo a tempo, na sua defesa de populismo, as lógicas da diferença serviram como sinônimo para um discurso do status quo. Mas essas fazem vezes não só para discursos hierárquicos, mas também para relações conceituais, e também pluralistas. Mas não há significação sem lógicas de diferença.

Sabemos que uma série de significantes (que são causas, além de símbolos, imagens e mitos) poderão ser ou ponto nodais, ou significantes vazios que representaram uma cadeia de equivalências. Essa cadeia de equivalências poderá ser uma identidade popular. A liderança populista responderá à essas múltiplas demandas e sua fortuna política dependerá da habilidade em manipular esses significantes. Essa ação política não poderá ser arbitrária porque os significados têm uma historicidade radical; assim, os significantes não são criados de modo arbitrário, mas dependem de culturas políticas anteriores: hegemonias anteriores. Um significante pode perder sua função representativa e ser substituído por outro, que rearticula elementos de uma cadeia, com novos elementos (o opositor de ‘trabalhador’ pode ser tanto o ‘vagabundo’ quanto o ‘patrão’).

E também sabemos que contra o cenário populista muitas coisas se insurgem: as lógicas de diferença, a satisfação de demandas, os significantes flutuantes, a heterogeneidade. E na Espanha atual, a plurinacionalidade, os movimentos autônomos, a lei eleitoral, o nacionalismo de direita, o próprio parlamentarismo (se tomarmos a palavra de Errejón.). O cenário populista, longe de ser algo ‘dado’, por crises (ARDITI, 2010), o que exporia a precariedade das ambições interpretativas de Laclau, é também uma co-produção do investimento radical do populismo: certamente não podemos pensar a demandas como subjugadas à necessidade econômica ou a um sujeito econômico racional – ainda que, em situações de grave recessão e desemprego, esse muitas vezes seja o caso. O próprio encontro populista também começa, por conta própria, a gerar suas demandas. O desafio multitudinário – do qual a investidora populista é uma de muitas possibilidades – justamente coloca em questão quanto esse investimento não teria como consequência “um vazio a preencher, mas um abismo em que se arrisca de precipitar” (NEGRI, 2015: 115).

3 O CONTEXTO ESPANHOL E O MOMENTO POPULISTA

3.1 O CONTEXTO ESPANHOL

3.1.1 Transição e Herança Franquista

Javier Franze (2018) comenta que o discurso do Podemos é justamente mais antagônico quanto mais presentes se fazem as referências ao chamado Regime de 1978. Chamado assim pela promulgação da constituição espanhola nesse mesmo ano, produto dos pactos políticos da transição do Regime autocrático Franquista para uma democracia parlamentar e pluralista. As dores e os movimentos hesitantes nesse processo marcaram a evolução e as limitações da democracia espanhola e – pode-se dizer, da própria esquerda espanhola. Iñigo Errejón (2015: 19) comenta que, nos tempos atuais, vemos uma “deriva desconstituyente con respecto al pacto de 1978”. As largas mobilizações de 2011, assim, fariam possível perceber um momento histórico e – se não revivem opções históricas já descartadas e derrotadas – permitem entender os vários elementos do atual regime espanhol como opções que podem, e talvez devam, ser mudadas. Nesse sentido, o 15-M seria um momento de constituição tal como já mencionado em nossa discussão da teoria de Laclau (1990) que é sempre possível pensar como momento populista. A partir do 15-M, o “regime de 1978” seria objeto de uma investida populista, enquanto “reinscrição retórica” Podemista. Trata-se não tanto de apontar as insuficiências próprias de um processo histórico dado, mas apontar a obsolescência do pacto que o constituiu.

Cabe notar o estatuto quase modelar que esse processo político logrou ter, o que confere as críticas desse mesmo processo um sabor algo revisionista. Negociação feita por forças assimétricas – entre elites econômicas e políticas, alto escalão de sindicatos e partidos políticos – seria exemplo de uma denominada “transição por transação” (SHARE; MAINWARING, 1986). Também foi período de grandes mobilizações e grande repressão, terrorismo para-estatal e separatista, de um franquismo que dominou a sociedade mas já não podia ditar os rumos da mesma, e degenerou-se entre reformismo e um radicalismo que funcionou nos interstícios do Estado e dos aparatos repressivos. Para descrever esse momento, Errejón (2015: 20) usa um tríptico de imagens e conceitos gramscianos: “empate catastrófico”, “revolução passiva” e “transformismo”. O regime ainda detinha o poder repressivo, mas não poderia contar com a cumplicidade da sociedade, e para isso, teve de pactuar com setores da mesma para reformar-se e, nisso, transformar-se.

Através do livro *La Transición Contada a Nuestros Padres* (2011), Juan Carlos Monedero, outro fundador do Podemos, procura dar um sentido novo à transição, respondendo a desafios atuais da democracia espanhola. Na Espanha, as referências a esse momento histórico quase nunca são triviais.

A Guerra Civil Espanhola amiúde foi pensada como antessala da Segunda Guerra Mundial, onde armamentos do eixo foram utilizados contra a população civil. Se reconhece que, independente do julgamento que se faça sobre o subsequente regime do general Francisco Franco, a Guerra Civil serviu para exterminar as forças republicanas. O conflito se inicia com uma tentativa fracassada de Golpe de Estado por parte do lado nacionalista e dura três anos. Durante o regime subsequente, a imagem desse conflito é frequentemente mobilizada, mas de modo peculiar: “En España, sin embargo, la dimensión trágica de la guerra tarda mucho en emerger debido a que la exaltación heroica de la misma lo inunda todo al principio” (AGUILAR, 1996: 136). Os vencedores não resguardam qualquer magnanimidade para com os vencidos, sendo a simbologia máxima dessa postura o Valle de Los Caidos, construído por prisioneiros políticos da Ditadura de Franco. Além de soldados nacionalistas e falangistas mortos durante a guerra, assim como Primo de Rivera – herói maior do falangismo e do ideário franquista nacional-católico – ali também está enterrado o próprio ditador⁷⁰, de acordo com seus próprios desejos, feitos cumprir pelo Rei Juan Carlos I. Assim a Guerra se faz presente na primeira iconografia do regime sem que, no entanto, seu elemento civil seja reconhecido – o franquismo chega a afirmar que se lutou pela Espanha, contra elementos estrangeiros do comunismo internacional.

Porém se primeiramente a estratégia do regime implicava em celebrar a vitória durante a Guerra Civil, no seu momento tardio o regime procura se retratar como garantidor da paz e da prosperidade econômica nos anos 60 e 70. É algo descrito por Paloma Aguilar (1996) como uma

⁷⁰ Só recentemente, no momento final de elaboração desse trabalho, o Governo Espanhol decidiu exumar o cadáver do ditador e retira-lo do grandiloquente mausoléu franquista, enterrando-o junto à esposa e familiares – o que ainda é matéria de polêmica na Espanha. Há também escândalo relativo aos mortos do lado republicano lá enterrados contra o seu próprio desejo e o de suas famílias. SALVADOR, Suzana. Governo Exuma Franco e decide para onde vai se família não se pronunciar. Diário de Notícias, Lisboa, 2018. Disponível em <<https://www.dn.pt/mundo/interior/governo-espanhol-decidira-onde-ficara-franco-se-familia-nao-se-pronunciar-9757709.html>>. Acesso em 24/08/2018.

transição discursiva de legitimidade de origem para legitimidade de exercício. Essencialmente essa foi a tônica da propaganda franquista que, centrada na memória da Guerra Civil, teria influência na transição para a democracia, após a morte do *caudillo* – como se referiam a Franco seus correligionários. Até por crer-se imbuído de um papel histórico redentor, consolidada pelo conflito,

Una de las más graves preocupaciones del régimen era su propia continuidad, la conservación de su legado en el futuro. Por este motivo puso tanto énfasis, desde el principio, en la formación de los más jóvenes mediante la inculcación de unos valores y principios determinados en las escuelas, en los campamentos del Frente de Juventudes, a través de la religión, la enseñanza de la historia, los libros de Formación del Espíritu Nacional (Idem: 175).

O discurso franquista, com sua ênfase na unidade nacional e na religião, logrou cultivar uma mitologia própria que – se posteriormente desbaratado o regime, ainda assim, pelo processo educativo, manuais e monumentos – passou adiante seus valores essenciais.

As bases sociais do franquismo – além das elites econômicas, do Exército e da Igreja Católica – também se encontravam no campo, onde “el apoyo masivo que recibió el Alzamiento en el campo castellano y navarro principalmente” (Idem: 214) era relacionado a uma atitude negativa frente a possibilidade de uma reforma agrária. Assim, “la política agraria proteccionista del novo régimen consolidó las bases de la leatad del campesinado, lo cual encajaba perfectamente con el anticapitalismo agrario, apoyado, al menos retóricamente en los primeros años, en el discurso falangista” (Idem). As transformações na política franquista e a prosperidade econômica que seguiu a transição levam a uma migração interna que retira muito do peso político desses setores agrários e “contribuyeron a desideologizar los conflictos en el campo” (Idem: 215). Os inimigos externos cultivados pelo discurso franquista já não mobilizavam o imaginário nacional com a mesma força. Em um momento anterior o sentido desses processos de deslocamento social são assim resumidos pela autora: “El país se había enriquecido notablemente y una nueva, y esta vez mayoritaria, clase media, había emergido de este proceso modernizador dotando al país de un importante factor de estabilidad social y ayudando a reducir la radicalidad de los conflictos, así como su intensidad, en comparación con la experiencia republicana”

(Idem: 210). Do falangismo, o franquismo herdou um discurso “profundamente paternalista” que, reivindicando a justiça social, apresentava-se como benéfico aos interesses dos trabalhadores (Idem: 357).

Já durante a transição, a Segunda República (1931-39) é constantemente lembrada como exemplo negativo – pela instabilidade, pelos antagonismos, pela falta de moderação e consenso que teria marcado a atuação dos dois “bandos políticos” (Idem: 210). No franquismo tardio, o Rei Juan Carlos I se consolida como uma figura que encarna as duas legitimidades ambicionadas pelo regime (de origem e exercício), e com isso, na transição, tem capacidade de representar-se como elemento reconciliador e fiador da nova ordem democrática parlamentar e sob uma monarquia constitucional (Idem: 175). Monarquia esta que é uma inovação imposta por Franco, não sendo uma instituição presente na Segunda República.

A transição política tem como marcos históricos, políticos e jurídicos a nomeação, pelo Rei, de Adolfo Suárez – membro do governo de Franco – como primeiro ministro; a reforma política que implica na legalização do Partido Comunista Espanhol (PCE) em 9 de Abril de 1977; O Pacto de La Moncloa firmado entre os principais partidos políticos, organizações empresariais e sindicatos, em outubro do mesmo ano; e a aprovação, em 1978, de uma nova Constituição Espanhola. Cabe ressaltar, sobre o pacto de La Moncloa, que além de disposições sobre direitos políticos, também ventura sobre a política econômica, e que, se teve o acordo das Comissões Obreiras (CCOO) – ligadas ao PCE, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) ligada ao Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE) hesitou para enfim assinar o pacto, que nunca foi aceito pela Confederação Nacional do Trabalho (CNT) de linha anarcossindical.

Processos políticos-econômicos de longo escopo explicam o impulso que levou a transição. Externamente, a revolução dos Cravos em Portugal em 1974 teve o papel de trazer esperanças na possibilidade do fim do regime para os opositores do franquismo. Entretanto, ainda que houvesse – e justamente porque houve – esperança e mobilização política para a mudança de regime e democratização da sociedade, a transição também foi marcada por violência política e por uma atmosfera de medo. A ação política que valorizava consenso e compromisso era ela mesmo guiada pela possibilidade de reação violenta por parte dos setores mais renitentes do antigo regime – e na legitimação dos seus próprios cuidados devia fazer lembrar sempre dessa possibilidade. Já em 1981, nos últimos anos de transição, forças militares ocupam o parlamento em uma tentativa

de Golpe, só debelada pela celebrada intervenção do Rei (momento muito celebrado em sua biografia política, lembrado quando é caso de comprovar seu compromisso com o novo regime). A cidade de Valencia chega a ser ocupada por forças militares. Por muito tempo o reconhecimento da violência de forças estatais durante a transição foi dirimido em favor da celebração da atitude de reconciliação que deveria marcar o processo. E, além disso, a ênfase também recaiu, no discurso institucional Espanhol, na denúncia e combate a violência de grupos terroristas como o ETA. Ainda assim, quanto à violência passada, a transição também tinha caráter reconciliador, ainda que “mientras que las fuerzas de centro e izquierda defendían la amnistía como una cuestión de justicia, buena parte de la derecha pensaba que se trataba de generosidad y clemencia” (Idem: 231)

O medo, a violência política, guiaram uma política consensual que valorizava compromissos e moderação na busca por estabilidade. Assim, as instituições políticas da nova democracia espanhola foram construídas em um contraste consciente com as do período republicano anterior: “Se procedió a la búsqueda de nuevas instituciones que pudieran contribuir a estabilizar la situación. Por ello se idearon un Parlamento bicameral (a diferencia del unicameral existente en los años treinta), una ley electoral distinta y una forma de gobierno monárquica en lugar de una republicana” (Idem: 230). É bom lembrar que os aparatos repressivos, no começo da transição, ainda eram aqueles do franquismo. E, foi pactuado também que o judiciário do regime não seria mudado. As elites econômicas e a religiosas, também foram protegidas pela nova ordem institucional emergente. Devemos comentar uma última forma pela qual o medo é uma herança da experiência autoritária, da sua conformação pedagógica e que afeta a própria prática da democracia posterior. Talvez seja o maior sucesso de Franco: “lo que indudablemente logró transmitir con éxito el franquismo fue el miedo a los desórdenes callejeros, la desconfianza en nuestra propia capacidad para afrontar problemas de forma civilizada, incluso el temor a nuestra propia libertad y a la ajena” (Idem: 348). A política deveria se dar por pactos entre agentes civilizados que já não respondem a qualquer conflito anterior, que emane da ação coletiva de cidadãos que tomam as ruas.

Mas nem tudo é continuidade estática, mas sim uma transformação conservadora que responde aos desafios de seu tempo. Como é dito por Sophie Baby (2009: 183):

Pero a lo largo de la transición, sobre todo a partir de 1978, apareció un tercer sistema represivo que

se interpuso entre la mutación del primero al segundo: se trató del sistema propio a la lucha antiterrorista, cada vez más polarizada por el problema vasco, que sacaba sus recursos de los dos sistemas citados, entre la herencia dictatorial y la modernidad democrática. Este proceso complejo de transformación pudo observarse a varios niveles, desde la institucionalización de los principios de la política de orden público hasta su plasmación en las prácticas del mantenimiento del orden, y fue muy amplio el trecho que separó la regla de su aplicación.

Um evento subsequente, que expressa essa transformação *continuista* do sistema repressivo, nos interstícios entre antigo e novo regime, foi a promoção dos GAL (Grupos Antiterroristas de Liberación) pelo Ministério do Interior Espanhol, e o escândalo que se segue a exposição da trama estatal/paramilitar, já no fim dos anos 1980 (Idem).

A guerra civil também foi lutada – do lado nacionalista e falangista – contra os chamados “nacionalismos periféricos”, mas é quase consenso que o franquismo exacerbou as identidades regionais ao reprimi-las. Um fator importante para a estabilidade do novo regime seria então o reconhecimento dessas particularidades numa forma institucional. Mas esse reconhecimento afetava um dos pontos mais sensíveis da ideologia do regime, como atesta Paloma Aguilar (1996: 252):

Todo aquello relacionado con la estructura territorial del Estado fue larga e intensamente debatido. Se trataba del asunto que más polémica iba a suscitar, del mayor problema con que habría de enfrentarse la transición, e incluso la democracia una vez consolidada. De esta forma, se constituyó en el tema que con más poder evocaría las memorias difíciles de la II República, de la Guerra Civil e del propio franquismo, al que la mayoría culpabilizaría de la extrema radicalización que se había ancalzado en el tratamiento de las cuestiones territoriales. Las reivindicaciones autonómicas eran vistas por la derecha, y especialmente por los militares, como un grave atentado contra la sagrada unidad de la patria.

Deferência aos governos exilados catalão e basco já havia sido feita por Adolfo Suárez antes de ratificada a constituição (ROMÃO, 2015: 87), depois disso, com o status das comunidades autônomas garantido, as elites regionais teriam nos partidos regionalistas uma garantia privilegiada de representação. No universo partidário da transição, essas elites tiveram um papel fundamental na formação de blocos e na constituição de pactos. Mas essa negociação também seguiu tênue ante a resistência da linha dura do antigo regime.

Contra uma cultura política que celebra o consenso, a promoção, por parte de intelectuais Podemos, de uma teoria política que parte do antagonismo, não deixa de ganhar um aspecto particularmente subversivo. Mas o questionamento da transição – que já mencionamos ser vista como modelo histórico ainda hoje – parte principalmente das vítimas do franquismo que exigem reparação, reconhecimento, e recuperação da memória histórica:

Foram décadas de silenciamento e de tentativas individuais ou bastante fragmentadas de familiares e descendentes de vítimas da ditadura para impulsionar o direito a saber, a lembrar e à reparação. Contudo, em outubro de 2000, a exumação de uma fossa comum com treze civis republicanos assassinados na região de Bierzo, em León, durante o início da Guerra Civil Espanhola em 1936, serviu como um antes e um depois de uma ação coletiva mais sistemática (BRINGEL, 2015: 63).

Calcula-se que mais de cem mil vítimas do período franquista estejam enterradas de forma semelhante (Idem). Pacto entre forças assimétricas, a transição parece ter legado política espanhola seu estilo e as fronteiras dentro das quais ela transita. Mais que um simples marco histórico, é modelo contestado por aqueles que pretendem fazer da democratização um “processo permanente” (Idem: 64).

3.1.2 O Universo Partidário Pós-Franquista e seus Consensos

O primeiro partido a governar Espanha após o quase meio século de franquismo foi a Union de Centro Democrático - UCD, que teve como líder Adolfo Suarez, primeiro presidente do governo espanhol, entre 1976 e 1981, ex-ministro de Franco. Foi primeiro coalização antes de tornar-se partido. Até pelo nome tacitamente apresentava-se como centrista, além

de democrático, derivando seus quadros de elementos reformistas internos ao regime. Sendo um grupo heterogêneo arregimentado para as tarefas do momento histórico, de certo modo muito ligado ao governo de Suarez, a queda desse significa a morte política do próprio partido. Desde o começo da transição a UCD teve ao seu lado direito a Aliança Popular de Manuel Fraga, ex-ministro de Franco, que em 1982 a substituiu completamente como força opositora no momento de chegada dos socialistas ao poder.

Hopkins (2005) comenta o processo de evolução do sistema partidário espanhol como uma gravitação em direção a um sistema polarizado entre dois partidos, em que o reino da UCD parece algo verdadeiramente transitório e peculiar, ainda mais que imediatamente após sua saída de cena no catastrófico resultado em 1982 (em que perde 157 de 168 deputados). Da quase completa dissolução de sua base eleitoral emerge o direitista Aliança Popular – com mais que o triplo da votação que teve na consulta anterior. Conspira também para isso uma “form of proportional representation with a majoritarian bias which penalizes small parties with dispersed support”⁷¹ (Idem: 8). Assim, o caso espanhol é de uma polarização nacional entre dois partidos, com partidos regionais tendo dominância nas eleições regionais no País Basco e na Catalunha, por exemplo. Essa polarização no âmbito nacional dura desde a transição até a erosão das bases desses partidos após o 15-M – em benefício de dois novos partidos, o *Ciudadanos* e o *Podemos*.

Em 1989, a Aliança Popular é refundada como Partido Popular, no momento agrupando também pequenos grupos de liberais e democratas-cristãos. Assim como foi o caso da UCD, sua relação com o antigo regime franquista é patente:

The PP has both family and ideological roots in Francoism. Apart from Manuel Fraga, ex-minister of Franco and founder of PP's predecessor, Alianza Popular (AP), the majority of its leaders are sons, daughters or grandchildren of leading members of the Francoist political elites. Its political roots lie in the variegated reformist elements of the Francoist state that sought to take part in the new democracy⁷² (BALFOUR, 2005: 147).

⁷¹ “Uma forma de representação proporcional de viés majoritário que penaliza pequenos partidos com apoio geograficamente disperso”

⁷² “O PP tem raízes familiares e ideológicas no franquismo. Além de Manuel Fraga, ex-ministro de Franco e fundador do predecessor do PP, Alianza Popular,

O autor também destaca que, por causa disso, mesmo que o partido repisasse vez por outra temas do discurso franquista agradando sua antiga clientela, menções explícitas ao período ditatorial eram evitadas a todo custo.

Na esquerda política, a consolidação em torno de um partido principal se dá mais cedo, sendo o Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE) uma força já secular na Espanha, presente já em governos da segunda república (1931-39). Seu crescimento se dá em detrimento do Partido Comunista Espanhol (PCE) que, tendo liderado muito tempo a oposição franquista na clandestinidade, adota, durante a transição, uma linha Eurocomunista. O PSOE que emerge na transição já é muito diferente daquele partido histórico, e também sofre um processo de moderação de sua linha política.

A eleição do PSOE de Felipe Gonzales, em 1982, marca o fim da transição, com uma alternância de poder pacífica, onde um partido historicamente anti-franquista, opositor e de esquerda, assume o poder depois de uma vitória convincente nas eleições. Governando a partir daí por 14 anos seguidos, e sendo o partido que mais esteve no poder desde a transição, o PSOE pouco a pouco se identifica com muitas das virtudes da transição, promovendo uma mitologia própria que celebrava também o novo papel que a Espanha tinha na ordem européia, deixando pra trás o isolamento cultural da era franquista. Nesse sentido, uma das atribuições que o PSOE teria era a de consolidação da democracia e modernização econômica, entendida como modernização “of both the public and business sectors, (...) identified with productive efficiency, economic growth, and social welfare, and (...) widely associated with the entry of Spain into the European Community.”⁷³ (RECIO; ROCA, 1998: 141). Isso também implicava em “show proof of their ‘economic orthodoxy’ to avoid capital flight and to earn international credibility.”⁷⁴ (Idem: 140).

a maioria dos líderes do partido são filhos, filhas ou netos de importantes membros da elite política franquista. Suas raízes políticas estão nos variados elementos reformistas do Estado franquista, que pretendiam tomar parte na nova democracia”.

⁷³ “de ambos setores públicos e privados, identificada como eficiência produtiva, crescimento econômico, e bem-estar social, e associada de modo amplo com a entrada da Espanha na comunidade europeia”

⁷⁴ “demonstrar provas de ortodoxia econômica, para evitar a fuga de capitais e ganhar credibilidade internacional”

Essa paulatina identificação com políticas anunciadas como modernizantes, tem seu lado negativo, em que “the support of the government for this speculative ‘boom’ ended up making it appear as the accomplice in some of the fraudulent behaviour associated with this process”⁷⁵ (Idem: 142). O tempo no poder desgasta o PSOE e, como concluem Recio e Roca (1998: 156): “In our view, the experience of Spain cannot be seen as a successful example of putting into practice an alternative model to the dominant neo-liberal one. On the contrary, it demonstrates the cultural success of this model”⁷⁶. Assim, o longo período de mando do PSOE, em que esse partido dispôs de grandes maiorias parlamentares, acabou identificando esse partido com as vicissitudes do poder e do modelo econômico. Um primeiro e grandíssimo sinal desse descompasso entre partido e sociedade foi a bem-sucedida greve de 1988, chamada pelos principais sindicatos espanhóis (CCOO e UGT) contra, dentre outras medidas, “an attempt to introduce a new kind of temporary contract for young people, with even fewer rights than any of the already existing kinds of contract”⁷⁷ (Idem: 146) Mas o partido no poder vencendo as eleições antecipadas para 1989, os sindicatos acabaram por fim assentindo com muitas das reformas.

Ambos os governos do PP, de Aznar e Rajoy, por sua vez, também serão marcados por casos noticiosos de corrupção, a ponto de estes contribuírem para a queda política do segundo num contexto parlamentar já multipartidário. Heywood (2005: 57) argumenta que a atenção maior para um caso de corrupção sobre outro se dá por ciclos de contestação ativados por escândalos, pela exposição da corrupção, e que, se em algum momento essa já não chama atenção, é pela saturação do tema. Ainda assim, argumenta, a corrupção é uma presença constante na democracia espanhola, principalmente no alto-escalão (Idem: 55).

Concluindo, relembramos que a experiência da transição foi um fator moderador para os dois maiores partidos de esquerda, PCE e PSOE, mesmo antes desse último chegar ao poder (ANDRADE BLANCO, 2012). O PSOE recebe ajuda financeira das socialdemocracias europeias, principalmente a alemã. Em 1979, abandona o Marxismo após

⁷⁵ “o apoio do governo ao boom especulativo o fez parecer aliado ao comportamento fraudulento muitas vezes associado com o processo”

⁷⁶ “Da nossa perspectiva, a experiência espanhola não deve ser vista como um exemplo de modelo alternativo ao neoliberalismo dominante. Pelo contrário, é uma demonstração do sucesso cultural desse último”

⁷⁷ “tentativa de introduzir novas formas contratuais para jovens empregados, com ainda menos direitos que as formas contratuais já existentes”

dramática renúncia de Felipe Gonzales. Quando chega ao poder, a experiência de Mitterand na França já indicava o pouco espaço que políticas de estatização ou maior regulação econômica encontrariam no novo contexto econômico europeu. Além disso, devemos mencionar dois fatos que devem ser pesados ao determinar a importância desse partido para entender o contexto espanhol: o PSOE é também o partido que está no governo quando irrompem os protestos do 15-M, e é também o partido do qual o Podemos irá, preferencialmente, retirar eleitores dentre suas bases desiludidas.

Taggart (2017: 235) comenta que Espanha, Grécia e Portugal, compartilhando uma história comum de regimes autoritários de direita, não tem partidos de direita radical (populistas ou neofascistas) bem-sucedidos⁷⁸. Isso pode ser explicado, mas de forma muito limitada, pela adoção, pelos dois principais partidos, de políticas e discursos pouco lenientes com a imigração⁷⁹ (MAGONE, 2008) – se, para tanto, admitirmos a xenofobia como principal ânimo de radicalizações populistas pela direita. Consideramos essa explicação insuficiente, já que não dá conta do conjunto de significantes que “armam” um sistema de polarizações políticas internos à formação discursiva do “regime de 78”, elidindo seus termos principais. Ousamos propor, de forma não exaustiva, fatores que podem contribuir para esse cenário de fraqueza relativa do populismo de direita na Espanha, tomando como base nossa apreciação sumária do contexto histórico desse país, que seriam: (a) relativa força do PP em seu apelo conservador e domínio de símbolos nacionais; (b) a história do franquismo que dá a estes símbolos uma pesada carga que tanto constrange novos atores que queiram manejá-los⁸⁰, ao mesmo tempo que confere força autoritativa como direita para quem já os maneja bem e tem legitimidade histórica para tal; (c) também resulta disso que, pela transição comandada por elementos reformistas do regime, o discurso de direita muitas vezes seja constitucionalista, superficialmente conciliador, do qual a manifestação mais clara seria o Ciudadanos; (d) a posição

⁷⁸ Essa afirmação peremptória não parece ser adequada ao contexto grego, que viu a recente ascensão do partido neofascista *Aurora Dourada*, que tem até suástica própria.

⁷⁹ A Espanha é um importante ponto de entrada para migrantes africanos que pretendem viver na Europa, sendo seus dois enclaves ao sul do mediterrâneo, Ceuta e Melilla, cercados por complexos sistemas de muros e valas. Se tratam das únicas fronteiras terrestres entre União Europeia e África.

⁸⁰ O mesmo não pode mais ser dito sobre os símbolos do regime militar brasileiro, evocados de forma bem-sucedida por Jair Bolsonaro, liderança de extrema-direita e candidato favorito à presidência do Brasil.

interna da Espanha no sistema europeu, que será polemizada como periférica por dirigentes do Podemos – essa também seria a condição para um reclame de símbolos nacionais pela esquerda, contra as duas primeiras condições. Em suma, o PP é um partido suficientemente de direita para não sofrer desafios bem-sucedidos pela extrema-direita.

É uma explicação parcial, mas de qualquer modo, a fraqueza relativa do populismo de direita certamente contribuiu para o sucesso não só do Podemos como partido, mas do 15-M como momento constituinte. É determinante para a articulação, a partir do 15-M, de uma indignação com sistema e suas políticas econômicas, com demandas em torno de direito de moradia, políticas econômicas inclusivas, e contra a corrupção percebida como suprapartidária. Se no mesmo ano, na praça Syntagma em Atenas na Grécia, o protesto anti-austeridade se dividiu entre manifestantes mais identificados a grupos de esquerda e manifestantes desvinculados desses grupos (PRENTOULIS; THOMASSEN, 2015) na Espanha essa segregação não parece ter tomado uma forma tão clara ou sistemática. Também o aproveitamento, por lideranças que aderiram ao Podemos ou não, da janela de oportunidade do 15-M para construção de partidos e movimentos de esquerda, pode ter impedido qualquer elaboração à direita dos conteúdos desses protestos⁸¹.

3.1.3 A Crise Financeira de 2008 e as Origens do 15-M

Se a transição legou um ideário de consenso, moderação e estabilidade para a política espanhola, em que se subentendia um “silêncio reconciliador”, a continuidade estável do regime político produto da mesma conferiu a esses termos sentidos cada vez mais porosos. A entrada na União Europeia marca um período de otimismo em

⁸¹ E de novo podemos voltar ao Brasil para fins comparativos: no caso dos protestos de Junho 2013 no Brasil, poucas lideranças emergiram, e foram incorporadas aos partidos tradicionais, ou formaram por si mesmas novos movimentos de contestação. Os partidos de esquerda foram pouco receptivos a essas lideranças. Em oposição a isso, do movimento pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, lideranças e celebridades já constituídas em torno de movimentos próprios emergiram como atores políticos e, nas eleições de 2016 e 2018, conquistaram cargos em Assembléias Legislativas e na Câmara de Deputados, fortalecidos pela *investitura populista* de Jair Bolsonaro. Seria o caso de uma janela de oportunidades que, não utilizada pela “esquerda” em torno das demandas de Junho – direito a cidade, bens públicos, reforma política – foi utilizada pela direita em torno de demandas anticorrupção, por moralidade pública e por segurança.

que modernidade e democracia se entrelaçam; a adaptação da economia espanhola a novos pactos econômicos também vinha conectada a uma celebração do dinamismo, da profissionalização, da sofisticação; contra a “hibernação” do franquismo, se celebrava uma Espanha cosmopolita, atraente, moderna. Ao mesmo tempo, de uma perspectiva daqueles que se sentiam derrotados diante desses projetos, esse também era um momento “neoliberal”, corrupto, em que, silenciava-se não só sobre o passado, mas sobre alternativas políticas presentes. O momento de crise é aquele em que se torna aparente a convivência desses muitos sentidos que os termos do debate político amalgamaram (“Modernidade”, “Europa”, “Democracia”) e também se torna aparente, para novos agentes políticos, quão custoso é manter uma ordem que privilegie um sentido sobre o outro. É esse tipo de indignação que anima um texto algo militante como “The Spanish Model” (LÓPEZ; RODRÍGUEZ, 2011) presente na *New Left Review* que, a partir do começo das ocupações e protestos na Espanha, procura traçar uma genealogia do modelo econômico e político que produziu a crise e a recessão, mas também a indignação que tomava as ruas reivindicando agora uma “Democracia real”.

No texto, o PSOE é o principal antagonista. O partido deu continuidade a uma política macroeconômica que aprofundava a “especialização” econômica, de tal modo se adaptando ao contexto da “emerging global economy, i.e. high capital mobility and growing competition to capture financial incomes”⁸² (Idem: 8). Assim, as decisões macroeconômicas do Estado espanhol seriam “increasingly determined at European level, structured within the framework of the convergence criteria set for monetary union and the neoliberal doxa consolidated in the Maastricht Treaty and its successors, to which both PSOE and PP governments gave their full support”⁸³ (Idem: 9). Para além de qualquer minúcia do debate econômico, vale apontar aqui o alinhamento geopolítico do Estado espanhol com a União Europeia, e o consenso partidário pressuposto nesse alinhamento. Esse consenso reflete como, desde a consolidação da democracia Espanhola, se irmanaram abertura econômica, modernização e prosperidade como valores de uma sociedade democrática.

⁸² “Economia global emergente, i.e. com alta mobilidade de capital e crescente competição pela captura de remunerações financeiras”

⁸³ “Cada vez mais determinada no nível europeu, estruturada num framework de critérios convergentes estabelecidos em torno da união monetária, e a doxa neoliberal consolidada no Tratado de Maastricht e seus sucessores, ao qual governos do PP e do PSOE deram completo apoio”

Os dois partidos – PP e PSOE – seguiram a política econômica do franquismo tardio, incentivando os mercados de turismo e imobiliário. Foi incentivada a financeirização de propriedades imobiliárias (Idem: 10), tendo os governos locais papel essencial, competindo entre si por investimentos. Nisso, “existing urban hierarchies have been strengthened”⁸⁴ (Idem: 16) e rivalidades territoriais foram exacerbadas (Idem). “Encouraging the rise in property values was considered a matter of state”⁸⁵ (Idem: 17), não apenas perseguidas pelos dois partidos de alcance nacional, como também pelos partidos regionais da Catalunha, por exemplo.

Muito dos beneficiários dos empréstimos públicos eram próximos a políticos a cuja “corruption and nepotism were giving full reign”⁸⁶ (Idem: 17). A legislação que desapropriava pequenos proprietários foi proposta, estabelecida e aplicada com tenacidade (Idem: 17). A relação entre estado e capital, flagrantemente ligava ação política e ação econômica, submetendo a primeira à segunda:

The main mortgage lenders were the country’s 45 cajas de ahorros, semi-public saving-and-loans banks administered by depositors, employees and local political representatives. Regional and district councils could earn important revenues by re-zoning green-fields sites for urban development and selling the land to a property developer, who would pay for it with a loan from a caja run by the same councillors or their friends⁸⁷ (Idem: 17).

O caso espanhol é reconhecidamente paradoxal, em que um país originalmente com alta taxa de propriedade própria tenha sofrido, recentemente, com uma crise imobiliária. Como os autores chegam a afirmar, “this position of negative savings, coupled with high investment

⁸⁴ “Hierarquias urbanas existentes foram encorajadas”

⁸⁵ “Encorajar o aumento do valor de propriedade era uma questão de Estado”

⁸⁶ “corrupção e nepotismo foi dado rédea livre”

⁸⁷ “Os maiores concessionários de hipotecas eram *Casas de Ahorros*, bancos de poupança e empréstimo geridos por depositantes, empregados e políticos locais, Conselheiros regionais e distritais podiam obter receitas importantes através do re-zoneamento de zonas para desenvolvimento urbano, e vendendo essa propriedade para empreiteiros, que pagavam com fundos emprestados pelas próprias *Casas de Ahorros* geridas ou por esses representantes regionais, ou por amigos deles.”

in housing and infrastructure, again strains the interpretative framework of orthodox economics”⁸⁸ (Idem: 11). Já em 2005 e 2007 um ciclo de protestos contra o aumento do custo de moradias ocorreu nas maiores cidades da Espanha, sob o Slogan “V de Vivienda” (Idem: 17).

É o PSOE que está no poder quando a crise atinge a economia espanhola de modo a “[bring] Spain face to face with the fragility of the economic structures underpinning its long decade of prosperity, and the PSOE with the aporias that were the foundation of its politics”⁸⁹ (2011: 25). A primeira reação à crise é débil: “The socialist government of José Luis Rodríguez Zapatero first denied the very existence of the crisis, and then implemented moderate countercyclical fiscal stimulus measures against it”⁹⁰ (ROMANOS, 2017: 132). As hesitações do partido no governo causam a impressão de incompetência (Idem) e em maio de 2010 sua estratégia muda, em prol de medidas de austeridade. Uma reforma constitucional estabelecendo o princípio de estabilidade orçamentária com vistas a combater o déficit público é aprovada com apoio dos dois principais partidos. Zapatero irá declarar, em memória, que essa reforma foi feita após demandas do Banco Central Europeu para que medidas fossem tomadas para restabelecer a credibilidade dos títulos europeus (Idem: 134).

O Governo Zapatero primeiro segue a política de socialização dos prejuízos, e depois adota medidas de austeridade – que, do ponto de vista de López e Rodriguez (2011) – só transfere os prejuízos do setor privado para o orçamento do estado. Havia notória pressão externa para a aprovação de medidas dessa natureza, do já mencionado Banco Central Europeu e – conjecturam os autores – até dos EUA:

Apparently after further arm-twisting from the Obama White House, he [Zapatero] announced a drastic austerity programme: public-sector wages were slashed 5 per cent, benefits and pensions cut, investment projects cancelled, the retirement age

⁸⁸ “essa posição, de poupança negativa, junto a alto investimento em habitação e infraestrutura, também tenciona o enquadre interpretativo de uma economia ortodoxa”

⁸⁹ “deixar a Espanha face a face com a fragilidade das estruturas econômicas que sustentaram sua longa década de prosperidade, e o PSOE diante das aporias que fundavam sua política”

⁹⁰ “O governo socialista de José Luis Rodríguez Zapatero à princípio negou a própria existência da crise, e então implementou medidas de estímulo fiscal contracíclicas moderadas contra ela”

raised, wage bargaining restricted, sackings made simpler⁹¹ (Idem: 24).

Pressionados entre a base nos sindicatos e suas alianças partidárias, as lideranças sindicais acabaram assinando um acordo com o governo, efetivamente concordando com parte das medidas avançadas por Zapatero (Idem). O cenário para a irrupção do 15-M parecia pronto: quase sem fissuras nas instâncias representativas e de governo, uma política econômica extremamente impopular era adotada, em um contexto de crescentes carências populares agravadas pelo quadro recessivo. Romanos (2017:132) destaca além do crescente desemprego, a queda da remuneração, aumento de desigualdade, aumento de dependência em programas sociais, e é a esse quadro que se acrescenta o pacote de austeridade.

3.2 A TRAJETÓRIA DO 15-M

3.2.1 O 15-M e as Lutas Globais

Em 17 de dezembro de 2010, na Tunísia, Mohamed Bouazizi, pequeno comerciante na cidade Sid Bouzid, ateou fogo ao próprio corpo em protesto contra a polícia e o governo. Sua autoimolação é filmada pelo seu primo e divulgada pelas redes sociais. Uma série de protestos inicia-se após o ato. Esses protestos levam a queda do ditador Ben Ali, após 23 anos no poder. Protestos no Egito, contra a ditadura daquele país, seguem. No Cairo, os acampamentos da praça Tahrir se tornam simbólicos de todo o movimento. Protestos no resto do chamado “Mundo Árabe” seguem. Onde ditadores e governos não caem, a situação se degenera em guerra civil em variadas intensidades. Esse conjunto de eventos ganhou o nome de Primavera Árabe. No outro lado do Mediterrâneo, protestos na Espanha e na Grécia irrompem inspirados por esses eventos. “Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizada pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias”

⁹¹ “Aparentemente, após insistência da Casa Branca de Obama, ele [Zapatero] anunciou um drástico programa de austeridade; salários de setores públicos foram reduzidos em 5%, benefícios e pensões foram cortados, projetos de investimento cancelados, idade de aposentadoria aumentada, a capacidade de negociação dos trabalhadores restrita, o processo de demissão facilitado legalmente”

(CASTELLS, 2013: 8). Acampamentos na Espanha são, por exemplo, nomeados em homenagem à praça Tahrir (Idem).

Na Espanha, cenário imediatamente anterior aos protestos é aquele que, do lado do governo se prioriza a “recapitalização das instituições públicas e a redução do estratosférico déficit público a fim de preservar a participação da Espanha na eurozona.” (Idem: 86), nesse suceder de ações “os sindicatos estão confusos, ao mesmo tempo que políticos e partidos são desprezados pela grande maioria dos cidadãos.” (Idem: 86).

Nas redes sociais, se organizam para debates antes dos protestos “alguns deles tinham participado da linha de frente da campanha em defesa da liberdade na internet e contra a Lei Sinde, aprovada pelo governo para impor o controle e a censura de ISPs e de seus usuários. (...) Outros eram veteranos dos movimentos por justiça global” (Idem). A plataforma se consolida como “grupo de debates e ação” Democracia Real Ya, que “baseava-se numa rede descentralizada de núcleos anônimos em diferentes cidades” (Idem: 87). O grupo também promovia reuniões presenciais, e, aproveitando a data das eleições municipais marcada para 22 de maio de 2011, conclamam, em março, um protesto a ser feito uma semana antes dessas eleições. Esses protestos que seriam finais conhecidos como “15-M”. “O apelo não teve apoio de nenhum partido político, sindicato ou associação da sociedade civil e foi ignorado pela mídia. Foi divulgado basicamente pelas redes sociais da internet” (Idem: 88). Em Puerta del Sol, Madrid, os manifestantes decidem ocupar a praça e mantêm-se lá discutindo o “significado de ‘democracia real’”(Idem). Esse acampamento será conhecido como *acampada sol*. Os protestos reúnem dezenas de milhares nas principais cidades espanholas (Madrid, Barcelona, Valência), as ocupações contando com números consideravelmente inferiores de participantes – compreensivelmente.

Após esse momento inicial, o modelo de protesto por ocupação espalha-se pela Espanha, chegando a mais de 100 cidades (2013: 89). O movimento “ganhou vida própria” nas palavras do pesquisador espanhol, o que quer dizer, também, em certo nível, auto-referencialidade, nome (15-M ou Indignados), e também uma temporalidade própria: uma cronologia das ocupações, suas rotinas, hábitos, processo políticos. Isso também diz respeito a uma relação de representação não só do próprio movimento, mas entre movimento e sociedade: dados de pesquisa de opinião citados por Castells (Idem: 91-2) indicam um apoio majoritário aos protestos (66%) as suas demandas (81%) e que seriam demandas relevantes para a sociedade (84%). Também essencial ao momento 15-M era que os respondentes da pesquisa, na sua maioria, não achavam que o

movimento poderia se tornar violento (74%); integrar-se a partido político já existente (68%) transforma-se em um partido (69%), ou que sequer tinha um viés político em particular, esquerda ou direita (58%). Tudo isso dá conta de um movimento que é percebido pela sociedade como não-violento, pouco faccioso, geralmente relevante e representativo das demandas e da indignação dessa própria sociedade. Se colocamos a questão das consequências do protesto, aceitando-as em termos amplos, que não é de constituir-se em organização particular mas permitir a disputa aberta de “significantes flutuantes”, todos esses indicativos apontam num sentido positivo. Seguindo a teorização de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2014), os primeiros sinais de um “momento populista” se apresentavam, faltando ainda a ação política que a traduziria em termos de mudança efetiva de hegemonia e de regime.

Além desse aspecto que pode ser dito “contingente”, também havia no 15-M, e desde sua concepção, um elemento antagônico, em que a indignação cidadã confrontava o regime, os políticos, os privilegiados pelo atual sistema, as instituições de representação (dos partidos ao parlamento). E, nesse confronto, também se apelava a uma identidade comum, do cidadão ordinário, não filiado a qualquer organização política (GERBAUDO, 2017: 99).

Uma pequena antecipação é permitida aqui: não só os políticos foram antagonizados pelos apelos aos protestos e nos protestos em si, mas os banqueiros. A identificação entre elites financeiras e políticas se dá também na imagem, comum na reportagem política anglo-saxônica, das “revolving doors” – as portas giratórias em que transitam agentes do mundo financeiro para o mundo político, com desavergonhada promiscuidade e pouca atenção ao aparente conflito de interesses que acarretam essas ações⁹². A crítica, através dessa imagem, das relações corruptas entre poder financeiro e político, se faz presente não só nos protestos do 15-M e dos posteriores protestos do *Occupy Wall Street*, mas também em discursos de dirigentes do Podemos e em documentos do partido. Além disso, é pertinente ao antagonismo o termo *Bankster* – neologismo, também da língua inglesa, que coloca junto à imagem do banqueiro aquela do Gângster: se não foi criação do período do *Occupy Wall Street*, certamente teve nesse período seu apogeu.

⁹² No Brasil, a figura de Henrique Meirelles parece ser exemplar disso: do Governo para o *Boston Group*, e de volta ao governo. Também o escândalo causado quando figuras do governo que, se presume, guardam informações muito qualificadas sobre bens e contas públicas, prestam consultoria para grupo privados, recebendo, para isso, remuneração elevadíssima.

Para Donatella Della Porta (2015: 2) “el 15M representa un punto crítico en el desarrollo de los movimientos sociales. Su elemento más distintivo ha sido la adopción de las acampadas como forma de acción y simultáneamente como elemento organizativo”. Os acampamentos que tomaram praças pelas principais cidades espanholas resistiram à repressão policial em muitos casos por semanas e até meses. Implicaram em um “salto qualitativo” nos protestos, com repercussões não só para a prática dos protestos e seu cotidiano, mas para seu próprio discurso e suas demandas: “Con la difusión de las acampadas, los activistas desarrollaron su conceptualización como prefiguración de una sociedade diferente” (Idem: 3). Apesar de não serem novidade no cenário político espanhol, há um caráter inovador nesses protestos, que consiste em “placing these encampments in the centre of the cities, as well as in their (massive) magnitude. Indignados encampments became sort of mini-republics (...) organized around different tasks and facilities that largely replicated the ‘Tahrir Square model’”⁹³ (ROMANOS, 2017: 139). O tamanho sem precedentes (nacionais) desses acampamentos é o que os tornam essenciais na interpretação do elemento pré-figurativo dos protestos, implícitos neles uma ação política de “caráter autoreflexivo” (CASTELLS, 2013: 114), contendo decisões coletivas tomadas por assembleias e divisão de tarefas e cooperação entre redes e ativistas. É desse modo que o 15-M convida uma interpretação centrada nos repertórios dos protestos (TILLY, 1986), dando a esse repertório uma implicação política própria e autorreferente. Com o prosseguimento dos acampamentos, houve um processo de descentralização, e agora as ocupações se davam em bairros, tentando promover assembleias para discutir os problemas próprios a cada localidade – no entanto, esse processo viu os números de participantes diminuir (ROMANOS, 2017: 140).

Além das ocupações, os “escrachos” também se tornam comuns após o 15-M, na dinâmica criada pela massiva mobilização e pelos novos engajamentos. Prática onde manifestantes protestam em frente à residência de políticos, de modo a constrangê-los (ROMANOS, 2017: 139), foi muito utilizada por militantes da Plataforma de Afectados por las Hipotecas (PAH), que inclui no seu repertório a resistência contra

⁹³ “fazer esses acampamentos no centro das cidades, e também no seu tamanho massivo. Os acampamentos dos indignados se tornaram como que pequenas repúblicas (...) organizadas em torno de diferentes tarefas e instalações que largamente replicavam o ‘modelo Praça Tahrir’”

despejos e dentre seus líderes Ada Colau, que depois será prefeita de Barcelona com apoio do Podemos.

A PAH é um dos grupos mais ativos no período considerado. Surge em 2009 no rescaldo da crise financeira e suas implicações – precarização e crise habitacional – mas também é resultado de um contínuo ativismo em torno do direito a moradia desde pelo menos 2003. A plataforma se encontrou em uma relação de benefício mútuo com o 15-M no sentido de que esse “has facilitated the recruitment of a large number of people into the PAH activities and organizational structure, while the 15M movement has adopted the protests against evictions as its own and used its networks to give visibility to the calls for action over the housing problem”⁹⁴ (Idem: 142). Romanos cita os “escrachos” como uma prática algo deslocada no repertório de não-violência do 15-M. Além disso, a PAH também promoveu a ocupação de prédios, realocando famílias despejadas no que foi chamado de “programa social da PAH” (Idem: 143).

Breno Bringel (2015: 70) enfatiza as inovações que esse momento representou em relação a tradição dos movimentos sociais espanhóis:

O primeiro é a criação de plataformas e coletivos abrangentes e transversalizantes, constituídos sem siglas de partidos, movimentos e sindicatos. O segundo, a ruptura parcial com os canais, formas e atores convencionais de mediação ativista e de difusão dos protestos, convocados virtualmente de maneira mais descentralizada. Por fim, o 15-M produz um tensionamento na orientação eminentemente sociocultural dos movimentos sociais espanhóis (pouco capazes de interpelar a sociedade como um todo e desafiar as estruturas de poder), introduzindo um certo pragmatismo político praticamente inexistente antes. Esses elementos podem ser vistos como signos de uma re-configuração do ativismo na Espanha, com repercussões na conformação dos atores, das ações e dos enquadramentos sociopolíticos e processos de significação.

⁹⁴ “Facilitou o recrutamento de um número maior de pessoas para as atividades da PAH, e para a sua estrutura organizativa, enquanto o movimento 15-M adotou o protesto contra despejos como parte de suas demandas e usou suas redes para dar visibilidade as convocatórias em torno do problema da moradia”

Desse ponto de vista, a amplitude dos protestos, em termos de apresentar demandas das mais variadas, não deve ser vista como uma fraqueza, mas com uma força. O encontro na praça, de diversas demandas, subjetividades, protestos, dava conta do fracasso da agenda pública. Nesse sentido, uma prática do repertório dos protestos é demonstrativa desse argumento:

Hubo un momento muy significativo en la Puerta del Sol, em el que mucha gente escribía en un post-it una situación individual em primera persona y la pegaba ahí. (...) era gente yendo a decir: tengo este problema. Pero la puesta em común de estos problemas contribuyó a situarlos como problemas de la agenda pública que ya no podían ser ignorados (ERREJON; MOUFFE, 2015: 63).

Se tratava não só postular reivindicações que pudessem ser atendidas a partir de uma política pública específica, mas de, no ato de demandar, evidenciar não só a parcialidade do sistema político, sua falta de representatividade. E, talvez, apresentar um ao outro a pluralidade de demandas como uma realidade própria, “independente do poder”, que se encontravam na praça, conhecendo e expressando os problemas que cada um enfrentava no transcorrer da recessão e da austeridade.

“Las élites envejecieron com el 15-M” (Idem), diz Errejón, porém os protestos populares não eram, em si, já uma vitória. Dessa perspectiva o dirigente do Podemos acusa “un sector minoritario (...) muy identificado com las teorías de la multitud” (Idem: 67). Tratava-se então de urgentemente colocar “las preguntas gruesas: la construcción de voluntad de poder, la cuestión del Estado” (Idem: 68). Através dessas perguntas, e das respostas a elas, o 15-M poderia ter um impacto positivo. Afinal, o Partido Popular tem em 2011, após o 15-M, seu melhor desempenho eleitoral, ganhando o controle das duas casas do parlamento. Em 2013, propõe a “Ley orgánica de protección de la seguridad ciudadana”, aprovada em 2015, que aumenta as multas ou penas de condutas já criminalizadas, além de criar novas categorias criminais, em uma ampla lista que incluiu, mas não se restringe a, protestos em frente a casa do parlamento, ocupação de espaços públicos, interrupção de despejo e difusão de imagens de agentes do Estado⁹⁵. A lei ganha o

⁹⁵ Material político, produzido pela plataforma No Somos Delito, que resume as disposições da lei quanto a infrações e possíveis multas. Disponível em:

apelido de *Ley Mordaza* e a plataforma cidadã *No Somos Delito* se organiza contra ela⁹⁶. Também o Podemos atua contra a lei, tentando, através de emendas, abrandá-la⁹⁷. É uma resposta legal aos novos repertórios de protesto do 15-M. Como indica Romanos (2017: 137) essa lei não parece responder nem à preocupação da “opinião pública” nem a qualquer acréscimo de violência relativo ao aumento do volume de protestos e ocupações. Parece sim refletir uma tendência geral, como observa Donatella Della Porta (2015: 5): “la reducción de derechos sociales ha ido acompañada de un menoscabo de las libertades políticas y civiles.” – tarefa que uniria todos “partidos de governo”, independente da filiação política professada.

E com a eleição dos conservadores, as medidas de austeridade continuaram e se intensificaram:

In the first three months in office, the new government froze the salaries of civil servants and the minimum wage, limited the spending of all state institutions, announced a 40 per cent cut in public investment and presented a ‘very aggressive’ labour reform (...) that eased employment protection and limited the scope of collective bargaining (...) Shortly thereafter, the government announced an additional cut of 10,000 million euros in the education and health budgets, which had already been cut by 21 and 14 per cent, respectively⁹⁸ (ROMANOS, 2017: 133).

<https://nosomosdelito.net/sites/default/files/public_files/documentos/resumen_grafico_ley_mordaza.jpg> Acesso em: 07/06/2018

⁹⁶ Lei anti 15-M, também foi um termo usado, como é o caso de matéria do periódico *El pais*

<https://elpais.com/politica/2013/11/19/actualidad/1384872214_880594.html>. Acesso em: 07/06/2018.

⁹⁷ O Podemos apresentou mais de 120 propostas para alterar dita lei, conforme a notícia: <https://www.lasexta.com/noticias/nacional/120-enmiendas-podemos-ley-mordaza-pide-prohibir-uso-pelotas-goma_201802285a971fb60cf2daf6912346ab.html>. Acesso em: 07/06/2018.

⁹⁸ “Nos primeiros três meses no cargo, o novo governo congelou os salários dos funcionários públicos e o salário mínimo, limitou os gastos de todas as instituições do Estado, anunciou um corte de 40 por cento no investimento público e apresentou uma reforma trabalhista ‘muito agressiva’ (...) que facilitou a proteção do emprego e limitou o alcance da negociação coletiva (...) Pouco depois, o governo anunciou um corte adicional de 10.000 milhões de

O período imediatamente posterior ao 15-M é marcado pela continuação das políticas que levaram à insatisfação popular e ao protesto. Quando essas políticas são confrontadas ao processo de longa escala da transição e inserção da Espanha no capitalismo global, são ainda mais intensas no seu continuísmo. A esse quadro são acrescentadas políticas que visam dificultar e penalizar a mobilização popular e a organização de protestos e formas de resistência.

O 15-M empoderou novos atores, estabeleceu novos repertórios que, usados no protesto, continuaram a ser um recurso viável de mobilização, independente da crescente ameaça de sanções legais. Fez-se tradição e discurso, e subsequentemente, com a formação do Podemos e outros grupos políticos (Ganemos, Partido X), atingiu algum grau de institucionalização. O ciclo de protestos, aliás, não se restringiu ao ano de 2011:

Mobilization has caused a change in the field of social movements with the rise of new actors (e.g. local assemblies, collective self-management initiatives such as consumer cooperatives and food banks, the so-called ‘tides’ on labour sectors such as health and education) and the strengthening of existing ones (among others, the Platform of those Affected by Mortgages and the wider movement against evictions). These more specific actors managed to keep high standards of mobilization until mid-2013⁹⁹ (ROMANOS, 2017: 138)

É uma trama complexa de atores que procuraram dar um sentido ao 15-M e que, a partir desse sentido comum, continuam ativos. O autor considera o 15-M dentro de um ciclo de protestos que os próprios eventos de maio de 2011 iniciam, mas que até hoje repercutem na Espanha, agora

euros nos orçamentos de educação e saúde, que já haviam sido reduzidos em 21 e 14 por cento, respectivamente”

⁹⁹ “A mobilização provocou uma mudança no campo dos movimentos sociais com o surgimento de novos atores (por exemplo, assembleias locais, iniciativas coletivas de autogestão, como cooperativas de consumidores e bancos de alimentos, as chamadas “marés” nos setores trabalhistas, como saúde e educação) e o fortalecimento dos já existentes (entre outros, a Plataforma dos Afetados pelas Hipotecas e o movimento mais amplo contra os despejos). Esses atores mais específicos conseguiram manter altos padrões de mobilização até meados de 2013”.

através de formas institucionais do qual o Podemos é o exemplo mais destacado. Cabe por último destacar as “mareas”¹⁰⁰ (marés), protestos que atraíram apoio popular em torno da defesa do “comum”, contra medidas de austeridade, nelas “values of equality, inclusiveness and dialogue were practised within deliberative and participatory conceptions of democracy.”¹⁰¹ (DELLA PORTA, 2017: 264) sendo assim uma clara repercussão que o 15-M teve no que poderiam ser protestos mais tradicionais. Ativistas veteranos tanto do 15-M quanto das Mareas seriam os primeiros a aderir à iniciativa Podemos.

A grave situação do desemprego na Espanha foi muitas vezes lembrada quando era ocasião de tornar compreensíveis os protestos do 15-M. É, por exemplo, pelas alarmantes estatísticas, que reportavam que quase metade dos jovens estavam empregados, que Castells (2013) começa seu capítulo sobre o 15-M. Contrapondo o “resgate dos bancos” à austeridade subsequente, muito do protesto por uma “democracia real” ganha sentido. A cidadania reagiria a uma traição do pacto social (DELLA PORTA, 2015: 5), ou ainda, no caso, uma inversão dele: a socialização de prejuízos, com o resgate de bancos sendo feito com fundos públicos (Idem). “Democracia real”, contra uma inversão do pacto e uma política distorcida de distribuição de riquezas, que as canaliza de toda a sociedade para seus elementos mais ricos e privilegiados. Protesto também por condições de vida, contra desemprego e despejos. Um último elemento de uma lista que não é exaustiva, o protesto contra a corrupção, uma vez que essa consegue simbolizar tudo: descaso, privilégio, fraude, falta de transparência e democracia. Colocado diante desse quadro, o protesto parece inevitável, assemelhando-se a uma implosão – expressão transparente e espontânea de um desagravo social e das angústias do povo. No entanto, essa percepção é duplamente desatenta: primeiro, frente à história dos movimentos sociais na Espanha; segundo, frente ao grau de consenso que a ordem política grassou obter, desde a transição. Fascinados diante da indignação, não vemos a cuidadosa construção que

¹⁰⁰ Sendo um grupo de 13 ondas de protestos classificados por cor, cabe destacar os de maior adesão e impacto: marea blanca (contra privatizações de hospitais) marea verde (pela educação pública) e roja (protestos dos desempregados em favor de renda básica e outros programas sociais) ver a wikipedia do 15M para informações básicas sobre esses protestos. Disponível em <https://15mpedia.org/wiki/Lista_de_mareas>. Acesso em: 04/08/2018

¹⁰¹ “Valores de igualdade, inclusividade e diálogo foram praticados dentro de concepções participativas e deliberativas de democracia”

permitiu sua expressão virtuosa no 15-M, e também afinal quão difícil foi encontrar a gramática própria a essa manifestação de descontento.

3.2.2 O 15-M como Movimento de Redes

Um protesto massivo com foi o 15-M nasce já “sobre-interpretado”, com seus participantes tendo interpretações próprias dos eventos que transcorrem e agindo de acordo. Com as assembleias e convocatórias, se produziu também um massivo material com uma miríade de interpretações já entrepostas ou ainda possíveis de serem derivadas de; ainda, se admitirmos a posição de Castells (2013), trata-se de um movimento fortemente autorreflexivo, o que apenas exarceba essa inevitabilidade da interpretação: o próprio ato de interpretação é um de construção de subjetividade de dentro para além dos protestos. O que transcorre após o momento histórico é a sedimentação dos sentidos, em interpretações com variados graus de oficialidade e respaldo político e/ou científico. Um primeiro efeito disso, que foi já anunciado pela própria interpretação dos agentes do 15-M, foi seu agrupamento com outras manifestações do período, e também sua inserção numa lista dos muitos “efeitos” da crise financeira de 2008. Consolidados os protestos, as diversas interpretações cada vez mais sedimentam-se dentro de diferentes tradições, cada qual dando um sentido próprio as recentes lutas globais, a partir de diferentes questionamentos prático-teóricos.

Na introdução de seu volume sobre os protestos globais, em que inclui o caso brasileiro, Paolo Gerbaudo (2017) identifica três leituras consolidadas desses. A primeira seria neo-anarquista ou autonomista, representada por David Graeber (2011), Raul Zibechi (2013), Marina Sitrin e Dario Azellini (2014), dentre outros. Esses procuram nos protestos uma adesão ao anarquismo, uma valorização da horizontalidade e da ação direta. Falham em perceber o caráter marginal que a doutrina anarquista teria, afinal essa aparece mais “in the guise of a residual ideological element, inherited from movements past.”¹⁰²(Idem: 13) A segunda leitura seria a marxista, empreendida por Slavoj Žižek (2012), Alain Badiou (2012) e Jodi Dean (2012) e não podendo identificar nos protestos um reflexo imediato de suas perspectivas, questionam muito de suas práticas políticas. Os autores aqui são mais centrados na academia

¹⁰² “Como um elemento ideológico residual, herdado do passado dos movimentos”

que nos movimentos, fingem não ver o ocaso do ideário comunista¹⁰³. Uma terceira incluiria o trabalho anterior do sociólogo italiano, de viés tecnopolítico, que se pergunta sobre o repertório dos protestos, suas redes, sua dependência em novas tecnologias, tendo o cuidado de não procurar nos protestos uma “política ideal”, mas um reflexo das práticas e instrumentos disponíveis. Essa perspectiva incluiria Manuel Castells (2013). Apesar de se incluir nesse grupo, autor pretende com seu novo livro romper com essa perspectiva, ou ir além dela, defendendo o figura do cidadanismo como um tipo específico de política – que, veremos, é populista – emergente dos protestos, que não pode ser “reduced to the affordances of digital communication alone; any evaluation needs to encompass the totality of contemporary social experience, and its emerging desires and fears at a time of systemic crisis.”¹⁰⁴ (GERBAUDO 2017:15).

Os eventos da Primavera Árabe, e seus contágios europeus e norte-americanos, também levaram o debate Negri-Laclau a uma nova intensidade. O volume *Radical Democracy and Collective Movements Today: The Biopolitics of the Multitude versus the Hegemony of the People* (KIOUPKIOULIS; KATSAMBEKIS, 2015) reflete esse momento intelectual. No texto “Autonomy and Hegemony on the Squares: The 2011 Protests in Greece and Spain”, Marina Prentoulis e Lasse Thomassen (2015) defendem que esse seja um debate que contrapõe ênfases estratégicas em autonomia ou em hegemonia. Esse debate refletiria as opções históricas e disposições políticas das multidões que ocuparam as praças. Os autores afirmam que, se o ponto de vista da autonomia se perguntava sobre os repertórios dos protestos, ao da hegemonia interessava a eficácia e a consequência dos mesmos. Essa consequência e eficácia, claro, deve ser interpretada não tanto em termos de propostas políticas específicas ou um plano de ação, mas em termos de constituir um polo opositor ao regime, onde podem ser “inscríticas” demandas não atendidas ou historicamente ignoradas.

Ora, a perspectiva de Castells (2013) se opõe frontalmente a perguntas sobre a eficiência do protesto; essa não poderia ser um critério

¹⁰³ Retratado por Gerbaudo como “Lost cause of the Soviet Union” – referência irônica à lamentação da “Lost Cause of the Confederacy”, lado perdedor, escravocrata, da Guerra Civil Americana. Por se permitir essa astúcia, Gerbaudo parece nutrir pouquíssima simpatia pela causa.

¹⁰⁴ “reduzida somente aquilo que é permitido pela comunicação digital, qualquer avaliação dele [o cidadanismo] deve compreender a totalidade da experiência social contemporânea e seus medos e desejos que emergem em tempos de crise”

de julgamento, ao menos não o único. Focando-se na faixa etária da “maioria dos Indignados”, 20 a 35 anos, o autor reconhece um conjunto de valores que tiveram proeminência nos protestos. Esses valores advêm de uma perspectiva “não produtivista” presente em práticas de economia alternativa, que enfatizam o “valor de uso da vida sobre o valor comercial” (Idem: 101). Também havia uma “busca de um significado para a vida” (Idem), e tanto para as atividades de protesto quanto para essas atividades econômicas valiam os valores que versavam sobre a “construção de autonomia do indivíduo e a conexão em rede de indivíduos autônomos para criar novas formas de vida compartilhadas” (Idem). Para o autor, esses também eram ideias democráticas, de organização social.

Os militantes rejeitavam lideranças seja por experiência pessoal, seja por repúdio ao que era observado no alto escalão da política institucionalizada (Idem: 102): “essa busca por autenticidade por uma nova geração que entrou na política rejeitando a realpolitik define fundamentalmente o próprio movimento” (Idem). Essa, ressalva o autor, não era uma perspectiva unânime, ainda que, para ele, era a perspectiva definidora do movimento. Essa rejeição de lideranças implicou em dar poder às “tomadas de decisão de assembleias”, ainda que essas tivessem “poder meramente simbólico” (Idem: 103), já que membros tinham liberdade de descumprir qualquer ordem. Nas assembleias, o repúdio às lideranças e à política formal dos partidos, emergia: “Havia uma pressão coletiva exercida pelos participantes contra qualquer tentativa de ideólogos e pretensos líderes usarem a assembleia para fins de propaganda” (Idem). Nas assembleias o princípio de decisão por consenso muitas vezes conduziu ao bloqueio de decisões por minorias intransigentes e nisso “o movimento reaprendeu antigas lições históricas” (Idem: 104). Ainda assim, Castells vê virtude na ineficiência: não se trata de afinal “decidir” ou “resolver” problemas, ou chegar a uma unidade ideal, mas, sim desenvolver uma atividade aprendizado democrático que vive pelo “comprometimento pessoal” (Idem: 116). De novo, retomamos o tema do protesto pré-figurativo, que já tem em si uma idealização de seus valores, uma encenação deles – no diálogo, no consenso, na cooperação e na formação de redes. A não-violência vira a figura que, por analogia, diz respeito ao conjunto dos valores das ocupações e assembleias:

é por isso que a não-violência é uma prática fundamental, pois o mundo não violento não pode ser criado pela violência (...) Por pensarem que

essa lógica não produtivista do movimento é a transformação mental mais importante, eles aceitam a lentidão do processo e se preparam para uma longa jornada pois a falta de pressa é uma virtude (...) ‘somos lentos porque vamos longe’ foi um dos lemas mais populares do movimento (Idem: 116).

Castells parte da premissa de que o poder nas sociedades modernas se exerce através de redes, programas de acordo com os valores e interesses de atores habilitados para tal (Idem: 12). Em contraponto a isso, “o contrapoder, a tentativa deliberada de alterar as relações de poder, é desempenhado reprogramando as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo que se alteram as redes de resistência e mudança social” (Idem: 14). Logo, ganham relevância na análise do autor as redes de comunicação alternativa que emergiram durante os “movimentos de praça” nome usado para a esses protestos globais ocorridos no início da década. Essas redes não necessariamente são independentes de plataformas controladas por corporações como *Facebook* ou *Twitter*, entretanto, em um primeiro momento, essas redes sociais online tiveram papel essencial na organização dos protestos. Após o início destes, novas redes começam a se formar tendo como ponto de partida a presença física e o trabalho cooperativo dentre ocupações e assembleias (CASTELLS, 2013: 15).

O autor enfatiza diversos aspectos comuns entre esses eventos de mobilização e indignação popular. A sua listagem não resulta sistêmica, assim, deve ser reordenada para ser melhor sintetizada – agrupando alguns aspectos, mas também dissecando outros –, levando em consideração aqueles mais presentes nas mobilizações que ocorreram na Espanha. Primeiro, são movimentos conectados em redes, de muitas formas. Redes sociais, redes ativistas formadas previamente ou após a ocupação das ruas. Ao ocupar os espaços urbanos, se tornam movimentos:

O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das

redes de comunicação; mas ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para os seus cidadãos (2013: 160-1).

Ainda de acordo com Castells, o espaço de autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. A passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação nesse espaço criado pela mobilização.

Uma outra característica é que se tratam de movimentos tanto locais quanto globais, com demandas e organizações locais, mas também em comunicação aberta com movimentos globais, o 15-M citando e sendo inspirado pelo “movimento da Islândia” (Idem: 87), onde após o debacle do sistema financeiro daquele país a população pressionou os políticos para uma solução que não fosse onerosa a cidadania. Castells também nota que a ocupação das ruas cria seu próprio tempo, ordenado pelas necessidades políticas e pelas práticas ativistas internas a ocupação, ao mesmo tempo que “referem-se a um horizonte de possibilidades ilimitados” (Idem: 161) pela esperança e imaginação suscitadas pela mobilização e engajamento político comum. Também é suscitado o companheirismo, para enfrentar o medo. Além de serem movimentos no geral espontâneos, são virais, e em princípio pouco ou nada violentos, e são profundamente autoreflexivos. Sendo autoreflexivos, muitas vezes tendo momentos de questionamento interno, também tendem a ser pouco pragmáticos, com ênfase menor em demandas explícitas e maior em insatisfação difusa, em demandas descentralizadas e desarticuladas.

Assim, a horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal. Ainda que por isso se afastem da política instituída, são movimentos profundamente políticos, pretendendo transformar o Estado mas não apoderar-se dele. Voltam-se ainda para mudar valores na sociedade – é essa a grande conclusão, inclusive, que Castells tem sobre os eventos da Espanha: trata-se de reinventar a democracia.

Essa é, em vários sentidos, uma análise antinômica àquela que vê um momento populista no 15-M¹⁰⁵. A recusa à busca do poder, um

¹⁰⁵ Mesmo a perspectiva de Bringel (2015), que ao falar do pragmatismo e da interpelação da sociedade como inovações do momento 15-M, teria que ser muito cuidadosamente entretecida, desmontando os significados usuais de “pragmatismo” para ser entendida no mesmo registro que o testemunho de Castells.

foco na alteração da sociedade e de seus valores, sendo refratário a lideranças ou à representação política. Se tratava de um momento destituente? “A nova subjetividade apareceu na rede” (Idem: 102) e sua “mensagem-chave foi a rejeição a todas as instituições políticas e econômicas que determinavam a vida das pessoas” (Idem: 96). Rejeição ampla resulta em prazo longo, e a visão de longo prazo do movimento resulta que “o(s) projeto(s) do movimento pode(m) ser encontrado(s) com mais facilidade no discurso de seus atores, e não em demandas específicas, que só representavam a visão temporariamente predominante nas assembleias locais que decidiram sobre elas” (2013:99), fechando o arco narrativo anti-populista – adeus às demandas. Será explícito, então, o confronto com essas posições quando for o caso de apresentar o 15-M como momento populista.

3.2.3 O 15-M como Momento Populista

The Mask and the Flag, livro do sociólogo italiano Paolo Gerbaudo (2017), talvez seja, até mais que o supracitado livro de Castells, aquele que empreendeu o maior esforço na tarefa de apresentar os eventos do começo da presente década como um fenômeno singular e novo, em suas práticas e preceitos, como *movimentos globais*. Para tanto, esses eventos marcam um momento de inflexão histórica que – após a crise e a recessão global – põe em questão o tipo de ordem social sobre o qual as pessoas vivem, e potencializam o desejo e a possibilidade de mudá-la.

O autor italiano retira do 15-M o que seria o ponto nodal do conjunto dos protestos, o que dá uma centralidade aos eventos da Espanha¹⁰⁶: “We can approach the demand for democracy, or rather for ‘real democracy’, as expressed in the Spanish protest group ‘Democracia Real Ya!’, as the nodal point of the citizenist ideology of the movement of the squares”¹⁰⁷ (GERBAUDO, 2017: 62). Nas práticas discursivas dos muitos grupos que tomaram parte nos movimentos que surgiram na última década e que foram protagonistas dos protestos massivos de 2011 (Primavera Árabe na Tunísia, Egito e outros países, Indignados na Espanha, Occupy nos EUA), os valores que circulavam em torno desse

¹⁰⁶ É nossa suspeita de que, tanto para Castells quanto para Gerbaudo, por sensibilidades pessoais e por facilidade de pesquisa, os protestos Europeus acabam ganhando uma preeminência no panorama traçado por eles.

¹⁰⁷ “Podemos abordar a demanda por democracia, ou melhor, por ‘democracia real’, como expressa pelo grupo espanhol Democracia Real Ya como o ponto nodal da ideologia cidadanista do movimento das praças”

ponto nodal seriam os de participação, soberania, horizontalidade, cidadania (Idem).

Para Gerbaudo, uma visão puramente formalista do populismo ignora o núcleo ideológico do mesmo, isso é a “Soberania Popular”, conceito que tem história política própria, que populistas também partilham com republicanos (Idem: 74). Os populistas não imporiam as restrições que os republicanos elencam ao princípio (Governo Misto, Estado de Direito). Como prova da consistência ideológica dessa reivindicação do princípio de soberania popular, Gerbaudo lembra de demandas de movimentos populistas por plebiscitos e outras formas de democracia direta (Idem: 76) e a crítica de Rousseau à representação política em favor de assembleias abertas a todo os cidadãos. Ausente nesse debate proposto estão as formulações de Claude Lefort (1983: 17) sobre o local vazio do poder em uma democracia. Elide assim às repercussões teóricas que as complicações que uma prática democrática deve implicar ao conceito de Soberania. Quando esta não é mais representada no corpo do rei, a questão de sua substância e visibilidade são deslocadas; a vontade popular não é um dado evidente; processos decisórios em uma democracia formal – ou poliarquia – dependem de um circuito do qual a representação política é apenas fim. Exemplos: Liberdade de informação, expressão, amplo debate, circulação livre de informação, acesso à educação formal, etc. (URBINATI, 2014. MANIN, 1997); também, a própria representação política incide na sua fonte de legitimação, e a distorce (LACLAU, 1996). De acordo com esses autores, a soberania popular é também produto dos próprios processos de representação (que não excluem protestos e reivindicações). Em conclusão, “Soberania Popular” é justamente o tipo de objeto inefável que convida à abordagem formalista de Laclau, já que à vontade popular podem ser assignados conteúdos diversos correspondentes a diversas formas de subjetivação políticas (o povo honesto, os trabalhadores, a nação, que quer trabalho, segurança, educação, etc). Não poderia ser, portanto, um conteúdo ideológico “evidente” que distinguiria o populismo como doutrina política específica, com história e sistematização teórica próprias.

Mas e se no caso dos “movimentos de praças” tratamos sim de um populismo específico, de novo estilo e com doutrina própria? Esse seria o “Cidadanismo”, que Gerbaudo (2017: 76) qualifica deste modo:

The peculiarity of citizenism, vis-à-vis other forms of populism, is its libertarian twist. The reclaim of popular sovereignty is enforced in a bottom-up

manner starting in the individual level through the re-appropriation of citizenship, reflecting the legacy of neo-anarchism and its intermixing with populist themes, and more generally the individualizing tendencies of contemporary societies.¹⁰⁸

O cidadanismo apresenta uma mistura sincrética de liberalismo, republicanismo e social-democracia: direitos individuais, participação e ênfase na base material da cidadania (Idem). Na Europa, em que populismo quase sempre é sinônimo de direita radical, não deixa de se ler um exultante otimismo na reedição do populismo feita por Gerbaudo, pela sua interpretação das vozes nas praças, sendo este socialdemocrata, inclusivo, participativo, igualitário, algo anarquista, algo iconoclasta.

Também é característica da ideologia dos “movimentos das praças” uma visão antagonista da política e da sociedade, que divide o conjunto dos cidadãos, uma maioria social, a uma oligarquia corrupta, que “stands accused of depriving citizens of democracy, their right to collective self-determination, and forcing them into a situation of gross economical inequality that diminish their liberty and dignity”¹⁰⁹ (Idem: 77). A auto-representação dos movimentos, em discursos, muitas vezes expressa um desejo autoconsciente de retratar o manifestante médio como não-partidário, comum, ordinário, respeitável, parte da sociedade e seguidor de costumes (Idem: 103). Isso de certo modo compartilha temas comuns do populismo, como discutidos por Mudde e Katwasser (2012) – que tem “povo puro” como conceito chave do populismo – e Taggart (2002) – para o qual todo populismo tem algum conceito de “heartland”: retrato idílico da comunidade e de seus valores autênticos. Ainda assim, Gerbaudo destaca que essa aspiração à normalidade, muitas vezes censurando a expressão de demandas “divisivas”, é matizada por valores republicanos, progressistas, e também por práticas colaborativas e participacionistas, herdadas das tendências neo-anarquistas do movimento (o autor faz caso de contrapor o “movimento das praças” ao

¹⁰⁸ “A peculiaridade do cidadanismo, vis-à-vis outras formas de populismo, é seu giro libertário. A retomada da soberania popular é imposta de baixo para cima, começando no nível individual pela reapropriação da cidadania, refletindo o legado do neo-anarquismo e suas misturas com temas populistas, e, de modo mais geral, as tendências individualizantes de sociedades contemporâneas”

¹⁰⁹ “é acusado de privar os cidadãos da democracia, o seu direito à autodeterminação colectiva e forçá-los a uma situação de desigualdade económica grosseira que diminui a sua liberdade e dignidade”

movimento altermundista da virada do século, e também às tradições de esquerda que valorizavam o marginal, o excluído, o diverso).

É notável que o papel cumprido pelo antagonismo era aquele de simbolizar a negatividade do social:

In a world marked by extreme levels of economic and political inequality, the movement of the squares has identified the central conflict of society as that between the citizenry and the oligarchy, understood as the concentrated power of economic and political elites, responsible for depriving democracy of its substance¹¹⁰ (Idem: 64).

Nos termos de *Hegemonia e Estratégia Socialista* (LACLAU; MOUFFE, 2013), o social nunca poderia ser pleno por causa do antagonismo, e esse argumento pode ser mundanizado, ou tornado populista, quando pensamos na democracia: essa não poderia ser plena por causa da ação antagônica de oligarquias políticas e financeiras. O autor, em outro momento (GERBAUDO, 2017: 78), retratando a viragem populista dos protestos atuais como uma forma de compromisso do espírito radical dos protestos de outrora, destaca o papel que o “capital financeiro” tem nos discursos dos “movimentos das praças”, recuando de posições anticapitalistas mais amplas.

Esse antagonismo social é pensando agora em termos de os de baixo contra os de cima, em oposição a esquerda/direita (Idem: 78). Esse descarte da oposição política clássica pretende fazer um apelo comum, que opõe povo à política. É uma lógica de fusão que “is premised on an iconoclastic moment; a dismissal of all pre-existing left-wing identities and a bonfire of their worn-out iconographies”¹¹¹ (Idem: 109).

E se a oposição era entre os de baixo e os de cima, quem ocupava essa segunda posição? “in movement discourse, bankers were depicted

¹¹⁰ “Em um mundo marcado por níveis extremos de desigualdade política e econômica, o movimento das praças identificou o conflito central da sociedade como aquele entre cidadania e oligarquia, entendido como o poder concentrado de elites econômicas e políticas, responsáveis por retirar da democracia sua substância.”

¹¹¹ “tem como premissa um momento iconoclasta; uma rejeição de todas as identidades esquerdistas pré-existentes e uma fogueira de suas iconografias desgastadas”

not just as a greedy self-serving elite, but also as an arrogant one”¹¹² (Idem: 79). É precisa, nesse sentido, a caracterização de Mudde e Kaltwasser (2012), do antagonismo moral centra ao populismo: povo puro/elite corrupta, nesse sentido não sendo uma crítica sistêmica, no sentido de defender uma alternativa radical, como esboça, sem enfatizar, Gerbaudo. Kazin (1998: 78) ao discutir o populismo americano do século XIX, formula

Like almost every popular movement that arises from an aggrieved middling group, the Populists drew inspiration from their vision of a more prosperous, more egalitarian past. To be self-consciously in the middle, after all, is to perceive oneself being squeezed or at least being perched insecurely between two social extremes – and to fear falling below¹¹³.

É afinal esse “Squeezed Middle” (GERBAUDO, 2017: 56) que é parte da base social dos movimentos estudados pelo autor italiano, junto com a geração perdida (*Lost Generation*) e os novos pobres (*New Poor*). Um dos movimentos nas ruas espanholas em 2011 se chamava *Juventud Sin Futuro*, que denunciava a falta de oportunidades no contexto da crise e severa recessão sofrida pela Espanha, onde quase metade da juventude estava desempregada (LOPEZ; RODRIGUEZ, 2011). O tropo que diz que hoje vive a primeira geração que terá menos bem-estar que seus pais se torna comum no jornalismo, e, afinal “the lost generation is a victim of intergenerational inequity, in which precarious young people are facing shrinking welfare provisions and rising cost of living compared to their parents”¹¹⁴ (GERBAUDO, 2017: 56). O autor destaca que a proeminência de empobrecidos foi maior nos movimentos de países como Egito e Turquia, e confessa que o uso do termo é mais contencioso que a

¹¹² “Banqueiros eram representados não só como uma elite gananciosa e que agia em proveito próprio, mas como uma elite também arrogante”

¹¹³ “Como quase todo movimento popular que emerge de um grupo médio aflito, os populistas tomaram inspiração de uma visão de um passado mais próspero, mais igualitário. Estar de modo auto-consciente no meio, afinal de contas, é se perceber como exprimido – ou ao menos estar empoleirado entre – dois extremos sociais, e ter medo de cair [em status social]”

¹¹⁴ A geração perdida é uma vítima da desigualdade Inter geracional, no que pessoas jovens em situação de precariedade enfrentam uma redução de benefícios sociais e aumento de custo de vida, em comparação com seus pais”

referência à juventude e à classe média, que protagonizaram os protestos. A ausência da classe trabalhadora organizada foi notável e na Espanha e na Grécia os movimentos eram notavelmente refratários aos sindicatos estabelecidos (Idem: 58).

Outro aspecto populista clássico seria a oposição à representação (URBINATI, 2014). Essa não deixou de ocorrer nos protestos do 15-M – primeiro, retratando os partidos estabelecidos como juntos num polo antagonico, chamando-os pelos nome comum PPSOE, e os acusando de sequestrar a soberania popular (GERBAUDO, 2017: 82); segundo, promovendo formas alternativas de organização política. Ainda assim, essas práticas repercutem a posição ambivalente do populismo frente a representação política, já que: “This movement’s political investment in direct and participatory democracy did not equate to a wholesale rejection of representation”¹¹⁵ (Idem: 84). Na leitura dos documentos produzidos por essas assembleias o tema da “restauração” da democracia corrobora com quem destaca a natureza algo reativa do populismo, mas também ali estão presentes exigências de expansão e adaptação da democracia representativa para melhor atender às condições sociais atuais, inclusive exigindo práticas de democracia online. Gerbaudo exprime desse modo a contradição: “The paradox here is that while the assemblies that produced these documents mostly followed neo-anarchist consensus procedures, the content of their deliberations was adamantly populist, demanding restoration of a popular sovereignty and opening-up of the state”¹¹⁶ (Idem). Ao contrário de uma crítica radical, é presente nessas manifestações a ideia de que as instituições democráticas e representativas não são fundamentalmente falhas, mas sim que foram distorcidas pela oligarquia (Idem: 85).

Elemento fundamental para entender o 15-M como momento populista é o nome de massa (mass-name): os movimentos muitas vezes procuravam estabelecer um nome que os identificasse – como “Indignados”, “Occupy Wall Street”, “Aganaktismenoi”, “Nuit Debout” – além de recorrer a símbolos comuns, dos quais as bandeiras nacionais tiveram proeminência:

¹¹⁵ “O investimento político desse movimento em democracia direta e participativa não foi equivalente a uma recusa total da representação”

¹¹⁶ “O paradoxo aqui é que, enquanto as assembleias que produziram esses documentos no geral seguiam procedimentos neo-anarquistas de formação de consenso, o conteúdo dessas deliberações eram explicitamente populistas, demandando a restauração da soberania popular e a abertura do Estado”

Occupy, Indignados, Aganaktismenoi, and similar terms did not possess inherent meaning in isolation. their nature was performative and contextual, since their meaning depended on the actual circumstances in which they were utilised and on what protest participants made of them in any specific event¹¹⁷ (Idem: 110).

Assim, esses nomes funcionariam como superfície de inscrição para demandas, afetos (indignação, esperança, medo), e antagonismos, numa leitura densa do momento político em que os participantes das ocupações transitavam.

Ao retomarem uma noção de identidade popular sincrética e inclusiva, de apelo amplo ao conjunto dos cidadãos – excessão às elites identificadas nos discursos, os movimentos das praças tentaram adaptar um imaginário de mobilização popular às condições de “individualization and liquidity of contemporary digital societies by foregrounding the notion of citizens and citizenry, with their emphasis on the individual and the grassroots”^{118,119} (Idem: 90). A adoção desses termos, “cidadão” e “cidadania”, de acordo com Gerbaudo, transparece “a vision of the universal subject as something that emerges organically from individuals and their personal networks”¹²⁰ (Idem: 91). O autor enfatiza em diferentes momentos onde essa adoção de discurso populista não leva a uma acepção modernista do povo (Idem: 91, 102) ainda assim, há contradições entre princípios de unidade e diversidade e uma auto-

¹¹⁷ “Occupy, Indignados, Aganaktismenoi, e termos similares não possuem um significado inerente, quando isolados. A sua natureza é performativa e contextual, já que seu significado depende nas circunstâncias próprias no qual eles foram utilizados e do que participantes de protesto fizeram neles em um determinado momento”

¹¹⁸ “individualização e liquidez das sociedades digitais contemporâneas, destacando a noção de cidadãos e cidadania, com ênfase no indivíduo e nas bases [grassroots]”

¹¹⁹ Aqui parece ser o momento ideal para destacar uma ausência marcante dessa discussão de Gerbaudo sobre o cidadanismo: o anonimato como princípio cidadão – como estratégia, desejo ou aspiração – que poderia ter sido herdado da prática hacker e que se faz representado pelas máscaras no título do seu livro. É talvez uma questão acessória, podendo parecer pouco pertinente à discussão sobre populismo e cidadania. Mas é contenciosa e merecia consideração.

¹²⁰ “uma visão do sujeito universal como algo que emerge organicamente do indivíduo e de suas redes pessoais”

percepção do protesto como apelando à massa de indignados, à comunidade nacional.

Na Espanha, ocorre um atrito que expõe parcialmente os termos desse conflito:

the most famous manifestation for this contradiction between principles of unity and of diversity was an incident at Puerta del Sol during one of the first days of the occupation, when a feminist banner was removed because it was felt to be too factional and not keeping in with the ‘ecumenical’ spirit of the camp¹²¹ (Idem: 101).

Como explicar esse insólito incidente? Os protestantes tomam consciência de si e do próprio protesto em termos de representação política: a manifestação e a ocupação não só “convidam pessoas da rua” para participar de assembleias, mas apresentam-se diante dessa população. Para tanto a representação não é pensada tão somente em termos de diligência militante. Algum tipo de identidade entre manifestantes e população é pretendida: os indignados faziam explícitos clamores à maioria moral, sua moralidade sustentada pelo fato de ser uma maioria, comum, cidadã, ordinária (Idem: 99). Esse apelo não é apenas para representar demandas reais ou urgentes, mas para, por essas demandas, identificar-se de algum modo com o “povo” – ainda que referido como “cidadão”.

Mas não seriam enormes ambições semióticas desse discurso? “Popular identity necessarily transcends specific social categories; it ideally appeals to all”¹²² (Idem: 97) – assim, a imagem do movimento talvez deva purgar-se de tudo que fosse faccioso ou diversionista. Outros entendimentos interpretativos de Gerbaudo também permitem afirmar a relação de representação, pensada pelos manifestantes nos seus atos, como uma forma de identificação com o cidadão comum: “This assertion of numerical superiority is key to understanding the new sense of

¹²¹ “A mais notável manifestação dessa contradição entre princípios de unidade e diversidade foi um incidente na praça *Puerta del Sol* nos primeiros dias de ocupação, em que um banner feminista foi removido porque se sentiu que se tratava de algo muito faccioso e pouco coerente com o espírito ‘ecumênico’ do protesto”

¹²² “a identidade popular necessariamente transcende categorias sociais específicas, idealmente apela a todos”

possibility, opened by the succession of mass uprisings”¹²³ (Idem: 100). O movimento se identificava com os *muitos* e por isso mudou de uma postura de defesa da dignidade de minorias para uma que concentrava-se em fazer avançar o “legitimate power of the majority”¹²⁴ (Idem).

O momento da “representação” seria, justamente, aquele que confere um sentido populista aos protestos. A crítica da representação não é de que ela é falha, mas distorcida pelos mecanismos vigentes, aos quais devem ser acrescentados mecanismos plebiscitários, decisões vinculadas, etc., assim como formas mais colaborativas de mandatos políticos. Mas o momento representativo ocorre quando o protesto é pensado como acréscimo à representação política fracassada. O protesto se apresenta, tem discurso, imagem, e precisa pensar-se não somente como reativo, como dissenso, mas como discurso. Uma forma política que se apresenta ao conjunto da cidadania e então recorre a uma retórica populista, um estilo próprio à valores populistas: “they tried to coach protest movements in the language of common sense, normality, reasonability, and respectability”¹²⁵ (Idem: 103). Assim, o protesto se apresenta à sociedade, implicando também em auto-policiamento e na defesa de métodos não-violentos; evitando práticas que supostamente atraíram a repulsa da opinião pública (Idem: 106). Cabe ressaltar aqui o argumento mais pragmático, esposado por Prentoulis e Thomassen (2015: 220), de que a presença dos protestos na mídia tornavam inevitável alguma forma de representação, principalmente na eleição de porta-vozes¹²⁶.

Nesses termos, a participação política não deveria ser pensada como substituição da representação, nem como uma contradição da mesma. Nas ocupações de praças, uma exige a outra:

Rather than the people, in its variation as Citizenry, coalesces from a bottom-up call to arms (auto-convocatoria) relying on the active participation and continued contribution of thousands of individual citizens who offer the movement not just cumulative resources, such as their physical presence in protest events, but also qualitative and

¹²³ “essa asserção de superioridade numérica é chave para o entendimento desse novo senso de possibilidade aberto pela sucessão de levantes de massa”

¹²⁴ “poder legítimo das maiorias”

¹²⁵ “tentaram guiar os movimentos de protesto pela linguagem de senso comum, normalidade, razoabilidade e respeitabilidade”

¹²⁶ Havia uma recusa generalizada, no 15-M, em nomear porta-vozes (CASTELLS, 2013: 102).

incalculable ‘assets’ such as their dedication, their personal networks, their digital connectivity, or their reputation¹²⁷ (GERBAUDO, 2017: 103).

Assim, para o autor, o termo “cidadão” imprime à prática populista um sentido muito mais republicano e participativo, que também repercute na ausência de lideranças marcadas, e que também pretende tomar a representação política algo da ordem do contínuo, não do discreto: talvez desse modo deveríamos ler o aspecto pré-figurativo dos “movimentos das praças”, a meio caminho entre um “cenário populista” e o “êxodo” das multidões.

O argumento de Cristina Flesher Fominaya (2014) é essencial a essa discussão porque coloca outro ponto de contenda e encontro entre autonomia e populismo: a questão da espontaneidade dos protestos. Como vimos, a impressão de espontaneidade é potente e algo necessária à legitimação da indignação: os protestos ocorrem a contrapelo da ordem política e do discurso institucional. Espontaneidade e expressividade se exigem um ao outro, e aqui a multidão encontra o cenário populista. Mas é caso que o 15-M tem seus precursores e historicidade própria (BRINGEL, 2013). Esses precursores, além do *Global Justice Movement* tão referido como contraposto por Gerbaudo, seriam as mobilizações do “V de Vivienda” (LOPEZ; RODRIGUEZ, 2011: 17) as mobilizações pela justiça e memória das vítimas do franquismo (BRINGEL, 2015: 65), as mobilizações pela liberdade na internet (CASTELLS, 2013: 89), dentre outros.

Flesher Fominaya (2014: 13) então se decide contra qualquer narrativa espontaneísta. Nisso, faz a mesma contraposição que anima a hipótese de Gerbaudo, entre 15-M e mobilizações anteriores do *Global Justice Movement*. A pesquisadora considera que na experiência do 15-M:

there is an evolution (both strategic and perhaps ideological) which combines prefigurative practices of radical democracy within social

¹²⁷ “Ao invés de “povo”, em sua variação como cidadania, coalesce de um *auto convocatoria* desde as bases, fiando-se na participação ativa e contribuição continuada de milhares de cidadãos individuais que oferecem ao movimento não apenas recursos acumulados, como sua presença física em eventos dos protestos, mas também ‘bens’ qualitativos de valor incalculável, tais quais sua dedicação, suas redes pessoais, sua conectividade, e sua reputação”

movement spaces with a highly organized attack on the illegitimacy of representative democratic institutions, using the courts (both national and international) and the law to hold politicians and officials accountable for their actions within the legal frameworks of the state itself.¹²⁸

Assim, as várias práticas deliberativas do 15-M podem ser interpretadas não como uma recusa completa da representação e a construção de um contrapoder separado dos aparatos estatais, mas como uma forma de reivindicar a democracia e denunciar a corrupção de suas instituições pelos agentes políticos na Espanha.

Um último elemento populista seria o nacionalismo e o reclame da soberania nacional. No contexto europeu, na luta contra medidas de austeridade que partiam de entidades supranacionais, isso ganha um relevo específico, mas também contradições muito claras. Na Grécia, já havia divisões entre militantes politizados à esquerda e outros militantes, sendo a bandeira nacional uma das formas de distinção entre os campos em protesto. O contexto espanhol, em sua herança franquista, intervém e, de certo modo, borra o cenário proposto por Gerbaudo (2017: 122): “the Spanish national flag, known as the *Rojigualda* and introduced in 1978 at the end of the dictatorship, was never seen at protest camps and Indignados demonstrations¹²⁹”. Mas o cenário não se mantém assim por muito tempo, uma vez que, timidamente, símbolos nacionais emergem nas *Mareas Ciudadanas* de 2012 e 2013, largos protestos em prol de serviços públicos. Mas mesmo ali, a bandeira mais vista era a republicana, que reclama a luta antifascista na Espanha, e também polemiza contra a monarquia e sua histórica relação com o *caudillo* Francisco Franco. A história se impõe, afinal. Mas Gerbaudo considera que “this patriotic vein of the 15-M movement would later be reflected in the discourse of Podemos, whose leader Pablo Iglesias made frequent references to the

¹²⁸ “há uma evolução (tanto estratégica quanto ideológica) que combina práticas pré-figurativas de democracia radical dentro de movimentos sociais com um ataque bastante organizado na ilegitimidade de instituições representativas, usando as cortes (nacionais e internacionais) e a lei para fazer que os políticos e membros do governo sejam responsabilizados pelas suas ações dentro do enquadramento legal do próprio Estado”

¹²⁹ “A bandeira nacional espanhola, conhecida como *Rojigualda* e introduzida em 1978 no fim da ditadura, nunca fora vista em acampamentos e protesto dos *Indignados*”

homeland (*patria*) in a left-wing re-imagining of patriotism¹³⁰ (Idem: 123).

Um elemento populista ausente, central na distinção de Urbinati (2014) entre movimento popular e populismo, é a da procura por líderes. Um movimento populista se ofertaria para líderes, investiria imediatamente na política representativa como está colocada; não contestando instituições, mas ocupando elas; não interagindo com instituições como parte do circuito de uma prática reivindicatória, mas sim tendo a conquista do poder institucional como objetivo, incorporando novas demandas à vida política das instituições. O objetivo do populismo, para Urbinati, se encontra além daqueles da manifestação popular – mas é também mais focado: concentra-se na aquisição de poder em benefício de apoiadores de um líder. Tanto a rejeição à líderes, quanto a falta de “pressa” nas assembleias, seriam contraditórias com essa característica fundamental do populismo, como teorizado pela autora italiana. O procedimento vagaroso, pouco objetivo, aberto e propositalmente ineficiente contradiz uma mobilização estratégica que se vale da crise como atalho para o poder e para a hegemonia.

Mas se hipótese de Gerbaudo é vital, é porque apenas no 15-M não há apenas um cenário populista¹³¹, entendido como o evento em que massas indignadas se oferecem passivamente a uma oportuna investidura populista. Na sua interpretação dos protestos, vários movimentos coerentes são dados, em um sentido já populista – mas esses movimentos não são *passivos*. Se antecipa, em muitos sentidos, um momento constituinte, de investidura. Implica que seja possível e profícuo pensar representação no populismo como incorporação de demandas, aceitando nesses princípios de autonomia, participação política, reflexividade. Mas a questão é muito mais contenciosa que isso; não basta observar, como o fazem Prentoulis e Thomassen, que os significantes através dos quais buscam ser representados os presentes no 15-M são “sufficiently abstract and vague to be able to include just about everybody”¹³² (2015: 224), mas

¹³⁰ Essa veia patriótica do movimento 15-M logo mais se manifestaria no discurso do Podemos, cujo líder Pablo Iglesias faria referências frequentes a pátria, em uma re-imaginação de esquerda do patriotismo”.

¹³¹ De novo, reiteramos: cenário populista, no nosso uso, seria a percepção esquemática de um *momento populista*, ou ainda, a leitura anacrônica, do ponto de vista da investidura já consolidada, que posiciona os autores idealmente, teatralmente, e passivamente, como “objetos de um investimento” – e não como “investidores de um objeto”.

¹³² “Suficientemente abstratos e vagos para incluírem praticamente todo mundo”

que existe, por trás dessa vagueza, alguma deliberação; que seja, afinal, uma *interpelação popular*. Nesse sentido, as “preguntas gruesas” intuídas por Íñigo Errejón (ERREJÓN, MOUFFE 2015: 68), sobre vontade de poder e Estado, ganham novo relevo, e se tornam centrais ao projeto populista.

4 FORMAÇÃO DO PODEMOS

4.1 O PARTIDO DOS UNIVERSITÁRIOS

O 15-M implicou numa variedade de práticas e valores renovados no protesto e na ocupação do espaço comum. Se com organizações como a Plataforma de Afectados de las Hipotecas (PAH), Democracia Real Ya!, e com as ondas de protestos como as “mareas” dando prosseguimento ao ímpeto das mobilizações, entre esse ativismo e a política institucional que precedeu e sucedeu o 15-M, abria-se um abismo. A continuidade dos protestos implicou em um perfil mais militante de seus aderentes e deu seus discursos (MARZOLF, GANUZA 2016: 93. No teatro da grande política, o imediato suceder da mobilização cidadã foi a continuidade do programa político da austeridade. Pablo Iglesias (2015a: 18) oferece um diagnóstico de esgotamento da mobilização. A continuidade da política tradicional seria um sintoma das limitações do pensamento em torno do 15-M. Novas técnicas políticas eram exigidas. A experiência latino-americana oferecia novos instrumentos teóricos para intervir nesse contexto (idem: 21). Assim, a partir de uma insuficiência percebida do ciclo de protestos, se pretende uma intervenção política com novos elementos, tendo por objeto a disputa do poder institucional com a intenção de prosseguir ali a luta contra a austeridade. Não se pretendia, também, um movimento “testemunhal”, mas um partido capaz de ganhar, ser governo, liderar.

O Podemos tem como marco de fundação o Manifesto *Mover Ficha* lançado em 12 janeiro de 2014, com 30 signatários. *Iniciativa* fundada quase três anos após os eventos iniciais do 15M, “tem entre os seus principais promotores alguns professores de Ciência Política da Universidade Complutense de Madrid” (ROMÃO, 2015). Nesse momento, o partido pode ser descrito como uma:

convergence of 15M militancy, from the trotskyist organization Izquierda Anticapitalista (...) and a group of Political Science professors at Universidad Complutense de Madrid, (...) who drew important lessons from the Latin American experiences known as the Pink Tide governments, and intended to translate those populist responses into pressure against neoliberal globalization in the

European context¹³³ (AGUSTIN; BRIZIARELLI, 2018: 7).

disso deriva-se um certo senso internacionalista do papel do partido, já que, resistindo as medidas de austeridade imposta na Espanha pela União Europeia, participava assim de uma luta global que incluiria – na perspectiva de seus proponentes – os governos do sul europeu, e que, além disso, inspirava-se em experiências da América Latina. Essas experiências seriam relevantes ao contexto espanhol já que, nos dois continentes, se lutava contra o neoliberalismo em favor da soberania popular e nacional.

Seu líder e face mais visível é Pablo Iglesias, cientista político, apresentador de TV.

Since the beginning of the crisis political talk shows had experienced a boom on Spanish television. Iglesias managed to carve out a place for himself on TV: audience rates rocketed when he appeared on screen. His secret was a critical discourse, not too original, but straightforward, emphatic, and down-to-earth, perfect for intervening in heated discussion¹³⁴ (RENDUELES; SOLA, 2018: 33).

A tradução desse estilo pessoal para o agrupamento político pertenceria muito bem à saga do populismo. Essa favoreceria a linguagem direta como fator de identificação e empatia com o povo. Assim, ganha fama como *tertuliano* – convidado habitual em debates televisivos, comentarista. A televisão, mesmo com a competição de novas

¹³³ “convergência de militantes do 15M, da organização trotskysta Izquierda Anticapitalista (...) e um grupo de professores de ciência política da Universidade Complutense de Madrid (...) que retiraram importantes lições das experiências Latino-Americanas conhecidas como governos da Maré Rosa, e pretendiam traduzir essas respostas populistas em pressão contra a globalização neoliberal no contexto europeu”.

¹³⁴ “Desde o começo da crise talk shows políticos experienciavam um boom na TV espanhola. Iglesias conseguiu imprimir sua marca na TV: o índice de audiência disparava quando ele estava no ar. Seu segredo era ter um discurso crítico, não muito original, mas direto, empático, e simples, perfeito para a intervenção em debates acalorados”

tecnologias, continua sendo um potente meio de formação de consenso, meio de informação preferido pela maioria dos espanhóis, e Iglesias saberia disso (Idem). É a partir do seu próprio programa *La Tuerka* que o cientista político madrileno obtém uma fama inicial e convites para participar de outros shows, com maior audiência. Estaríamos então no território na democracia de audiências (MANIN, 1997: 220) com suas implicações personalistas? Há sinais de que sim: é tão central sua fama para o sucesso inicial do Podemos que, nas eleições europeias, primeiras em que a iniciativa participa, é seu rosto, e não qualquer símbolo partidário, que está impresso na cédula eleitoral (Idem: 34). Membros do partido justificaram a atitude afirmando que Iglesias, naquele momento, era uma marca mais forte que a marca Podemos, recém lançada. Além de *La Tuerka*, apresentará também o programa de mesa redonda *Fort Apache*, no canal *HispanTV* – vinculado ao governo Iraniano.

Iglesias é trabalhador intelectual e midiático, e o grupo dirigente do Podemos é de trabalhadores intelectuais. Por ocasião da assembleia de Vista Alegre, primeira assembleia do partido que reuniu milhares de militantes, o diário *El País* aponta a proeminência de cinco figuras¹³⁵: Luis Alegre, Camila Bescansa, Iñigo Errejón, Pablo Iglesias e Juan Carlos Monedero são todos professores na Universidade Complutense de Madrid. Alguns desses dirigentes formam um ponto de interlocução entre a experiência recente da esquerda latino-americana e as esperanças futuras da esquerda sul-europeia. A atuação desses, inclusive, foi denunciada por publicações como o *El País*, na Espanha, e a revista *VEJA*, no Brasil¹³⁶. Os jornais espanhóis *El País* e *El Mundo* promovem dura campanha de desconstrução do Podemos. Dentre esses intelectuais, além de Pablo Iglesias cabe mencionar o dirigente Iñigo Errejon – autor de tese doutoral, defendida em 2012, sobre o governo do MAS (Movimento Al Socialismo) na Bolívia – e o ex-dirigente Juan Carlos Monedero, que saiu do Podemos justamente após um escândalo

¹³⁵ MANETTO, Francesco. Los cinco de Podemos. *El País*, Madrid, 7 nov. 2014. Disponível em: <https://elpais.com/politica/2014/11/07/actualidad/1415344779_200609.html>. Acesso em 02/08/2018.

¹³⁶ TEIXEIRA, Duda. Militar boliviano diz que Podemos seria braço do tráfico venezuelano. *Revista Veja*, 8 mai. 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/militar-boliviano-diz-que-podemos-seria-braco-do-trafico-venezuelano/>>. Acesso em: 14/10/2018.

envolvendo consultorias prestadas ao governo Venezuelano, através do Centro de Estudios Políticos y Sociales (CEPS).

O papel do pensamento de Laclau parece especificamente estratégico:

Embora no imaginário de Podemos circulem ideias que podemos identificar com autores variados como David Harvey, o autonomismo italiano, a epistemologia do Sul, além dos argumentos e posicionamentos adaptados dos governismos latinoamericanos, o autor que permitiu fechar, em 2014, uma tática política com fundamento teórico de corte “nacional-popular” foi Ernesto Laclau, mais do que qualquer outro (SCHALVELZON, 2015a: 16).

A experiência dos “governismos latino-americanos” por exemplo, parece ser filtrada pela noção de populismo. Iñigo Errejón é um personagem central nesse aspecto; sua tese doutoral é completamente baseada no referencial gramsciano, e em muitas de suas declarações e artigos publicados pelo CEPS as categorias políticas de Laclau se fazem presentes: populismo, antagonismo, significantes vazios. Além disso, é comumente referido como “grande estrategista” do partido: “O plano estratégico do Podemos, hoje a maior força eleitoral projetada da Espanha, é inteiramente baseado nessa concepção hegemônica, que vem de Gramsci, Laclau e Errejón.” (CAVA, 2015: 8).

Podemos se lança como uma iniciativa, e nesse sentido sua proposta pretende ser mais ampla que de um partido: “Apoyarme en esta iniciativa significa apoyarme para que busque un proceso de unidad, un proceso de unidad con todas las fuerzas políticas y sociales que durante esos años se han enfrentado a las políticas de austeridad” (IGLESIAS, 2014). O discurso segue com exemplos dos tipos de forças políticas consideradas para essa unidade “organizaciones políticas generalistas”, como Izquierda Unida, movimientos sociales e iniciativas ciudadãs. Iglesias diz que “submetera-se” a uma primária, com qualquer candidato pertencente a ampla coalizão de movimentos antiausteridade que pretende abarcar na iniciativa Podemos. O Podemos, afinal, seria um método, e um método simples: “Que le diga la gente”¹³⁷. Assim, nesse momento,

¹³⁷ PODEMOS. Presentación de PODEMOS. intervención completa. 16-01-2014 Madrid, 2014. Disponível em: <<https://youtu.be/vNOsg6KF3Ts>>. Acesso em: 02/08/2018.

pretende-se uma ampla união de movimentos sociais, unidos em um método que implica uma democracia interna amplíssima. “La gente”¹³⁸, substituto apto para o termo “povo”, sem as implicações muitas vezes nacionalistas desse último termo. Mas ainda haveria de se decidir o programa, e, aliás, decidiria a própria existência ou não do Podemos, como estressam nesse momento fundante tanto Iglesias quanto Miguel Urban, outro dirigente do Podemos, ligado à *Izquierda Anticapitalista*. Os dirigentes também destacam que aceitariam doações tão somente de cidadãos enquanto cidadãos, não de empresas. Assim, a cidadania seria acionista do partido. Nesse mesmo evento, a liderança carismática é reiterada por Juan Carlos Monadero: “Y a mi Pablo Iglesias me emociona”¹³⁹.

Entretanto, independente de suas aspirações – em um momento de resistência global a medidas de austeridade, pretendendo representar os 90%¹⁴⁰ e a diversidade em termos de origens militantes – a composição social do agrupamento é notavelmente homogênea: são, na maioria, professores, alunos, pesquisadores, trabalhadores intelectuais, em suma:

No estamos hablando del Estado Islámico, no estamos hablando de ningún brazo armado; por el contrario, (...) no podemos hacer es negar aquello de donde vienen y desde dónde hablan: la Universidad Pública. Tampoco podemos negar que las disciplinas sociales que atraviesan su formación, y la de muchos de nosotros/as, como las Ciencias Políticas y la Sociología, son disciplinas que surgen por y para el conocimiento del orden social y su transformación (GORDO LÓPEZ, 2015: 12).

¹³⁸ No diálogo entre Mouffe e Errejón (2015:122-124) há uma larga troca em torno do uso do termo “la gente” pelo Podemos, comparado com Povo ou Cidadania. A teórica belga considera o uso de “la gente” essencialista, problemático. Cidadania seria também um termo mais brando, institucional, e “povo” tem marca do franquismo.

¹³⁹ PODEMOS. Presentación de PODEMOS. intervención completa. 16-01-2014 Madrid, 2014. Disponível em: <<https://youtu.be/vNOsg6KF3Ts>>. Acesso em: 02/08/2018.

¹⁴⁰ PODEMOS. Presentación de PODEMOS. intervención completa. 16-01-2014 Madrid, 2014. Disponível em: <<https://youtu.be/vNOsg6KF3Ts>>. Acesso em: 02/08/2018.

O diário El País dá notícia da composição dos 62 membros eleitos do *consejo ciudadano* do Podemos¹⁴¹, após a assembleia de Vista Alegre em novembro de 2014. Seria esse o órgão que auxiliaria Pablo Iglesias, secretário geral. De acordo com a notícia, 20 membros são ligados, como estudantes, técnicos ou professores, à Universidade Complutense de Madrid. A lista não é aleatória, mas elencada. O periódico não dá motivos para isso, mas notamos que as primeiras posições são de fato concedidas aos mais visíveis membros da organização. Iglesias não é membro do conselho e portanto não é “elencando”, sendo citado antes de todos. Seguindo-o no topo, Errejon e Monedero formam com ele um triunvirato de cientistas políticos dessa universidade. À Camila Bescansa, que dá aulas de metodologia na mesma instituição, é assignada a terceira posição e ela divide com Errejon a responsabilidade pela estratégia eleitoral. Dez membros listados com formação em ciência política explicitada no perfil oferecido pelo El País. Além da formação profissional, a militância também é uma característica destacada pelo periódico: Sete membros referidos ao movimento social Juventud sin Futuro. Três à Plataforma de Afectados de las Hipotecas (PAH) – em três registros diversos – incluindo o advogado da PAH, Rafa Mayoral, agora também deputado pelo Podemos, e a companheira de Pablo Iglesias, Irene Montero, ativista da Plataforma. Dois membros do Sindicato Andaluz dos Trabajadores (SAT). Seis membros participes das mobilizações contra o plano Bologna, que visava integração universitária e que militantes compreenderam como projeto privatizador das universidades. As informações dadas pela matéria não são sistematizadas, de tal modo que são imprecisas, e permitem apenas uma aproximação impressionista do que é, afinal, o Podemos e seu *consejo ciudadano*. Mas como qualquer imprecisão nesse caso, seria no sentido de uma subnotificação de informação sobre formação profissional ou militância, pode-se dizer considerável a proeminência de profissionais intelectuais, como formação concentradas nas humanidades, além do ativismo em torno da universidade. Isso também implica que esse é um grupo relativamente jovem, com muitos militantes nos seus 20 ou 30 anos de idade. Entretanto, devemos limitar-nos em nossas comparações pela falta de parâmetros estabelecidos na própria matéria do El País.

Óscar García Agustín e Marco Briziarelli, organizadores de volume sobre o partido (2018), destacam o momento de formação do

¹⁴¹ Los 62 de Podemos. El País, 2014. Disponível em: <https://elpais.com/politica/2014/11/15/actualidad/1416083204_351563.html>. Acesso em: 23/08/2018.

mesmo como um de possibilidade e urgência, no contexto espanhol, em que, após o 15-M, temia-se uma restauração bem-sucedida da ordem pelos partidos dominantes no regime: “By the end of 2013, the enthusiasm and the social and political energies that put under siege the so-called Regime of 78 (...) seemed to be experiencing a dangerous *impasse*”¹⁴² (2018:5). Não deixa de ser um elemento destacado nos discursos dos seus dirigentes. Legítima o papel do partido como tradutor e fiador de uma indignação popular, e, ainda, como conservador da mesma.

Outro aspecto desse senso de urgência, é destacado por Íñigo Errejón em conversa com Chantal Mouffe (ERREJÓN; MOUFFE, 2015: 57). Nela, se comenta sobre a importância de disputar símbolos nacionais, pressupondo que esses possam ser capturados e de mobilizados por uma saída radical de direita. Isso está claramente ligada a “abertura do regime” que implicou e foi implicada pela a crise, a austeridade, e as manifestações e greve e conflitos. Se tratava de aproveitar uma oportunidade, ocupando símbolos em disputa, impedindo uma deriva conservadora – na hipótese mais prevalente, restaurando o status quo pela resignação promovida pelos partidos da ordem, numa conjectura mais imaginativa, uma captura populista de orientação oposto àquela do Podemos. De novo, não deixa de ser um discurso que dá um papel crucial ao Podemos, que, enfrentando a ordem pela esquerda, garante a “resistência” de demandas e bens democráticos, que de outro modo seriam ameaçados e destruídos.

Bringel (2015: 60) diz que o ano de 2014 entrará para a história espanhola como o “ano do Podemos”, em que o partido experimenta uma ascensão notável e algo inesperada. O resultado nas eleições ao Parlamento Europeu surpreende, onde um partido com três meses de existência, ainda pouco organizado em termo nacionais, chega à 8% dos votos e ganha 5 vagas (das 54 às quais a Espanha tem direito). O autor dá três motivos para esse sucesso. O primeiro, seria o “efeito Syriza” em que o discurso antiausteridade ganha vulto na Europa. Uma entidade tão distante da cidadania e foco de tanto da crítica que lança o Podemos assim parece o alvo ideal, longe também das muitas polêmicas nacionais que marcariam os subsequentes anos. É uma eleição que diz respeito às graves medidas de austeridade, e a percebida perda de soberania, nacional e popular. O ciclo é, para o Podemos, virtuoso, já que o partido “contribuiu a uma revitalização das forças sociopolíticas contestatórias na Europa e

¹⁴² “Ao final do ano 2013, o entusiasmo e as energias sociais e políticas que colocaram sob cerco o chamado Regime de 78 (...) pareciam estar passando por um perigoso *impasse*”.

(...) foi afetado e beneficiado, ao menos em seus primeiros meses de existência, por eles” (Idem). Ainda que crítico das políticas da União Europeia, e da forma como elas são decididas e implementadas, o Podemos se destaca como partido europeísta¹⁴³.

Outro fator seria a própria estratégia do partido, entendida como comprimida em quatro pontos: (1) atacar os dois partidos (2) ampliar acesso à disputa política (3) “gerar novos alinhamentos com pretensões majoritárias e enquadramentos sociopolíticos a partir de demandas presentes na sociedade e no debate político (...) mas carentes de articulação sistemáticas no campo político institucional” (Idem) e assim (4) canalizar o descontentamento. Assim, a sustentação de que o partido seria um método (IGLESIAS, 2014), ou também um dos possíveis instrumentos do 15M de acordo com Monedero¹⁴⁴, tem sentido, se ligando ao segundo ponto: sua forma “democrática” seria um modo de permitir o acesso à política pela cidadania. O antagonismo também está implícito nessa estratégia, e, junto dele, a articulação de demandas como formação política *por excelência*. Se tratava então tanto de uma estratégia política como elemento valorativo do conceito de democracia defendido pelos líderes e expressado pelo partido.

O terceiro e último fator seria o “Espaço midiático e comunicativo gerado pelo partido” (Idem: 61), que se subdivide em três dimensões: (1) criação de plataformas (2) presença na mídia hegemônica (3) ativismo nas redes sociais. Primeiro, seria essencial o programa La Tuerka, de Iglesias. No segundo caso, mesmo a “perseguição” por órgãos da imprensa, seria de algum modo benéfica aos membros do partido, que precisavam, antes de tudo, ganhar notoriedade. Cabe notar que algum antagonismo com a mídia hegemônica já se fazia notar nas primeiras declarações de seus líderes. O último aspecto é dependente tanto de “especialistas” do partido quanto da própria militância em sua presença nas redes sociais, em que as redes e plataformas já compostas durante o 15M serviram muitas vezes de apoio à investidura do Podemos.

O Podemos pretendeu construir uma clivagem entre povo e casta e sobrepor essa a uma entre esquerda e direita. Íñigo Errejón é muito claro nesse sentido, e dentro do Podemos é quem é mais firme nesse ponto. Diz que as bandeiras de esquerda estavam desgastadas, revestidas de certa

¹⁴³ Mas talvez não seja o caso, como sonham Antonio Negri e Raul Sanchez Cedillo (2015: 43), de “Recuperar Frankfurt para a democracia”

¹⁴⁴ PODEMOS. Presentación de PODEMOS. intervención completa. 16-01-2014 Madrid, 2014. Disponível em: <<https://youtu.be/vNOsg6KF3Ts>>. Acesso em: 02/08/2018.

melancolia e resignação. Em seu diálogo com Chantal Mouffe (ERREJÓN; MOUFFE, 2015: 67) afirma que “la frontera que dibuja una mayoría democrática nueva no se expresa con palabras izquierda-derecha”. No entanto, é o mesmo Errejón que cita o cantor cubano Silvio Rodríguez em discurso emocionado¹⁴⁵, figura notável da cultura militante esquerdista latino americana. Em evento de lançamento do partido, citam Pablo Neruda, Che Guevara e Salvador Allende, além de Julio Anguita, histórico dirigente da Izquierda Unida e secretário geral do Partido Comunista de España de 1986 a 1998. Terminam tudo com música de Paco Ibañes, cantor com histórico de resistência contra o franquismo¹⁴⁶. No fim da assembleia de Vista Alegre, o momento é ainda mais afetivo e nostálgico: cantam juntos a música “L’Estaca”, do autor catalão Lluís Llach, música que marcou a resistência ao regime, cantando a podridão do mesmo¹⁴⁷. Isso tudo parece ostensivamente esquerdista! E certamente, quando do primeiro evento público do partido, diz Iglesias “está claro que somos pessoas de esquerda”¹⁴⁸.

Esse jogo com o termo “esquerda” se confunde ainda mais quando, de novo no contexto de seus diálogos com Mouffe, Errejón (Idem: 77) diz que “todas las experiencias populares en América Latina han sido heréticas y al hacerlo han roto también las reglas de identificación”. Certo que, sim, o populismo foi resistido e difamado desde a esquerda também, mas parece que, para o dirigente do Podemos, a depender da ocasião cabe ou ao PSOE ou a algum grupo trotskista o papel de representar o conjunto do pensamento da esquerda.

E afinal, os esforços para ir além de uma identificação como esquerda parecem ter sido em vão: “the electorate has always perceived Podemos as a left or far-left party” (RODRÍGUEZ-TERUEL et al, 2016:

¹⁴⁵ ESNOTICIA. ÍÑIGO ERREJÓN (Unidos Podemos) - Discurso de la DERROTA | Elecciones 26J, 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/nMwui94o21E>>. Acesso em: 02/08/2018

¹⁴⁶ PODEMOS. Arranca la 2ª fase: es la hora de la participación ciudadana, video completo, 2014. Disponível em: <<https://youtu.be/6bfPGdRwtYY>>. Acesso em: 02/08/2018. A referência menos de esquerda feita nesse evento foi, provavelmente, ao autor de pequeno príncipe, Antoine de Saint-Exupéry, feita por Monedero.

¹⁴⁷ DOWNFORD. "L'estaca - Lluís Llach" por PODEMOS con Pablo Iglesias, J.C Monedero, Pablo Echenique, 2014. Disponível em: <<https://youtu.be/v8NcgLSxSEY>>. Acesso em: 02/08/2018

¹⁴⁸ PODEMOS. Presentación de PODEMOS. intervención completa. 16-01-2014 Madrid, 2014. Disponível em: <<https://youtu.be/vNOsg6KF3Ts>>. Acesso em: 02/08/2018. Discurso de Juan Carlos Monedero, minuto 8:50.

19). Uma a cada três pessoas colocariam o partido no extremo inferior de uma escala de 1 a 10, justamente a posição assignada à esquerda (Idem). O eleitor médio do Podemos, ainda de acordo com a mesma pesquisa, está à direita do partido (idem). Isso não deixa de ser notado internamente no partido, e dirigentes ou apoiam deixar de evitar a identificação com a esquerda ou tentar ampliar o apelo ao voto moderado (Idem), e é assim que as disputas futuras entre Errejón e Iglesias são compreendidas pelos autores referidos.

4.2 ORGANIZAÇÃO

4.2.1 Os Círculos

Ainda que a jornada do Podemos seja breve, tendo o partido quatro anos, a enorme velocidade de sua transformação tem efeitos curiosos. Rendueles e Sola (2018) notam que a tarefa colocada pelos intelectuais dirigentes era a de criar um partido *ex nihilo*, e notamos isso primeiro no senso de urgência – próprio a como se construiu discursivamente a relação de Podemos e Europa; Podemos e austeridade; e Podemos e 15M, mas também na pressa com que se procurou *ganhar*. “Que se queden con la bandera roja y nos dejen en paz. Yo quiero ganar”¹⁴⁹, diz o líder, intempestivo. Na ocasião de lançamento do partido, disse também que era óbvio que ali estava gente de esquerda: a questão não era essa. Mas esse espírito e ambição levaram o partido adiante. E curiosamente, chegamos a 2018 com um dos primeiros volumes lançados sobre o partido, *Podemos and the New Political Cycle: Left-Wing Populism and anti-establishment politics* (2018), onde, nenhum artigo trata especificamente dos círculos, ou da relação do Podemos com o 15-M¹⁵⁰. A sua conformação como partido populista ocorre mais ou menos cedo na sua trajetória – se confiarmos na literatura disponível sobre o mesmo.

Breno Bringel (2015: 74) divide a estrutura do Podemos em três níveis:

¹⁴⁹ PICAZO, Sergi. Pablo Iglesias: "Que se queden con la bandera roja y nos dejen en paz. Yo quiero ganar". Público, Política, 24 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.publico.es/politica/iglesias-quiero-ganar-dejen-paz.html>>. Acesso em: 24/08/2018.

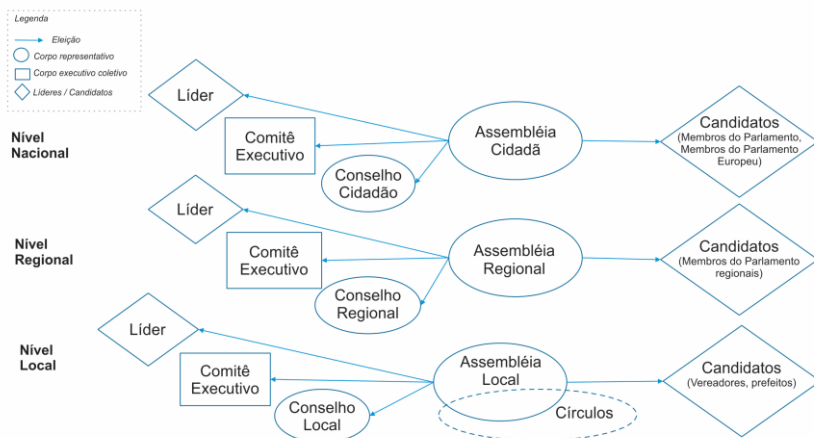
¹⁵⁰ Não deixam de citar o 15-M, entenda-se. Mas esse tem proeminência como crise ou oportunidade, e aparece muito menos como modelo, nas discussões sobre estratégia populista encontradas no volume. É mais contexto que objeto.

Assembleia cidadã: base social e geral do Podemos, composta por todos indivíduos inscritos ao partido que se constitui, formalmente, como o principal órgão decisório; os órgãos de direção, quais sejam: Conselho Cidadão (órgão de direção política com funções executivas, dividido por áreas e responsabilidades), e Secretária-Geral (principal representação política e institucional do partido, é responsável pela coerência interna e pela coordenação das áreas executivas do Conselho Cidadão); os círculos, agrupamento de base local/territorial próximos porém autônomos em relação ao partido, que reúnem, a partir de critérios setoriais e/ou geográficos, indivíduos e grupos diversos e diferentes formas de organização.

Segundo a autor, a relação entre esses níveis ou planos de organização internos ao partido sofreu diversas mudanças e viveu diferentes configurações durante sua curta história – que já dobrou em extensão desde o momento em que Bringel escreve suas ponderações. Primeiro, há o momento dos círculos, depois, com a formação da assembleia e a decisão sobre a organização do partido, há um momento de esvaziamento dos círculos em benefício de uma estrutura mais centralizada, pronta para a mobilização eleitoral. Outros autores, no entanto, notam que o Podemos continua sendo um caso à parte no cenário partidário espanhol, devido a “its early attempts to resemble a social movement and attract the support of the indignados. (...) include new means of broadening party membership and promoting participation through direct mechanisms.”¹⁵¹ (RODRÍGUEZ-TERUEL et al, 2016: 9).

¹⁵¹ “suas tentativas iniciais de se parecer um movimento social e atrair apoio dos indignados. (...) incluindo novos modos de ampliar a afiliação partidária e promover participação através de mecanismos diretos”

Figura 2: Estrutura Partidária do Podemos



Fonte: RODRÍGUEZ-TERUEL et al, 2016.

Os círculos são espaços de deliberação que repetiriam as assembleias do 15-M e seriam razão para o sucesso do Podemos:

Como se vincula esa nueva identidad con el imaginario indignado? El secreto inicial del proyecto de Podemos fue poner al servicio del partido la misma metodología de protesta de los indignados. En lugar de la plaza, Podemos lo haría en los círculos. (...) La noción de auto-organización es lo que garantizaba el anclaje del partido en la sociedad civil, es lo que le daba su metodología democrática. (MARZOLF GANUZA, 2016: 103).

Para Rendueles e Sola (2018: 37) os círculos ainda que importantes e que através deles o Podemos tenha “generated a great social effeverscene”¹⁵² que implicava em “intense public scrutiny of the diferent programs and projects of the organization”¹⁵³ com milhares votando através de mecanismos online, ainda assim, nesse mesmo período “Podemos was basically an election-campaign team whose

¹⁵² “gerado uma grande efervescência social”

¹⁵³ “intenso escrutínio público dos diferentes programas e projetos da organização”

leninist centralism was key for its successful rise”¹⁵⁴. Assim, o momento posterior, populista ou eleitoral, estaria completamente pressuposto já no momento dos círculos. Entendendo o partido-movimento como manifestação própria à modernidade política, Bringel (2015: 73) conclui que “no caso do Podemos, dois elementos tencionam sua constituição e seus rumos enquanto partido-movimento. O primeiro está associado a ‘forma-partido’ adotada e o segundo relaciona-se à retroalimentação entre o Podemos e os movimentos sociais”. Negri e Sanchez Cedillo (2015: 49) versam sobre “verticalizar a horizontalidade” que implicaria não só a tomada das instituições mas com isso uma mudança de visão, que deve ser mais gradualista. Talvez os autores tenham em mente as dificuldades enfrentadas por governos latino-americanos de esquerda: “A guerra de movimento não compensa se as posições conquistadas (...) não possam se manter”. Assim, criticam sutilmente a pressa em ganhar dos dirigentes partidários.

4.2.2 Vista Alegre I e II

A Assembleia de outubro de 2014 é marcada pela ambição eleitoral, e pela percepção, presente em diversos discursos proferidos por seus líderes de que era possível uma vitória da esquerda, que era possível constituir maioria. É nesse assembleia que se afirma a “hipótese Podemos”, uma máquina de guerra eleitoral que a partir de um “núcleo irradiador” tomaria de assalto o Estado, indo das praças às instituições. O partido seria uma organização verticalizada, em que lideranças tinham suas decisões ratificadas por plebiscitos. (LLORENTE, 2016).

Nesse momento também são votadas pelo conjunto dos filiados cinco documentos que farão parte do programa político do Partido. Mais de 38 mil pessoas participam do processo. Na ordem de mais para menos votadas: Garantir a educação pública, com processo deliberativo da comunidade educacional para uma reforma da educação garantindo salários dignos e acesso universal; Medidas anticorrupção, com agravamento de penas e nova tipificação penal para crime de financiamento ilegal; Apoio ao direito dos moradores, contra impunidade financeira e ações predatórias de despejo; Garantir o direito de saúde pública para todos, cidadãos e imigrantes, independente do status legal; Auditoria e reestruturação da dívida pública, feita por especialistas independentes, sobre o controle da cidadania. Além disso, Pablo Iglesias

¹⁵⁴ “Podemos era basicamente um time de campanha eleitoral cujo centralismo leninista foi a chave para sua ascensão bem-sucedida”

é eleito secretário geral do partido com 88,6% dos votos, descontando abstenções, tendo participado da votação 107.488 pessoas dos mais de 250 mil inscritos no partido na época¹⁵⁵. O líder do partido também teve vitórias contundentes em outras votações: o seu agrupamento “Claro que Podemos” venceu as votações próprias de Documento Político, Ético e Organizativo, e seus principais nomes – Luis Alegre, Carolina Bescansa, Íñigo Errejón, e Juan Carlos Monedero – foram eleitos com folga para o conselho cidadão, o corpo representativo do partido em nível nacional (PODEMOS, 2014c).

Sabariego crítica a verticalização do Podemos como inconsistente com o próprio movimento estratégico pretendido pelo partido. Ainda que se reivindique a experiência do 15-M, não se segue a experimentação democrática daquele, pela verticalização e rigidez da estrutura partidária. Para além desse reclame, interessa notar como o analista equaciona o problema:

Por un lado, la apelación abstracta, estética, al 15m y los movimientos sociales, por otro, el temor a que una vinculación orgánica directa con las luchas sociales en curso aleje a Podemos del centro sociológico en intención de voto. Lo problemático en esta paradoja es que, aunque se juegue con las reglas que Podemos ha impuesto, ocupar la centralidad en un tablero en el que la izquierda representativa del mismo se mueve en el ámbito de la socialdemocracia, es situarse a la derecha, o entre la derecha y los socialdemócratas y atender al centro sociológico del voto más que a las necesidades de las personas atacadas por un sistema, basado hoy no en la protección y garantía de los derechos humanos sino en su eliminación, cuando en el discurso se ha sustituido la dialéctica izquierda-derecha por la de abajo-arriba y en el seno del partido se ha impuesto esta de arriba hacia abajo sin deliberación previa en los círculos, tan siquiera consulta (SABARIEGO, 2015: 268).

¹⁵⁵ RIVEIRO, Aitor. 95.311 personas eligen a Pablo Iglesias secretario general de Podemos. El Diario, 2014. Disponível em: <https://www.eldiario.es/politica/personas-Pablo-Iglesias-incontestable-Podemos_0_324767662.html>. Acesso em 24/08/2018.

O partido se equilibra entre reivindicar uma maioria social, representada pelo 15-M (ver CASTELLS, 2013), mas ao mesmo tempo, as condições dessa reivindicação entram em contradição com as práticas do movimento. E tudo isso deve ser feito enquanto recusa uma posição “esquerdista”, tentando confrontar a polarização política representando os “de baixo”.

Entendendo anti-política como uma forma de confronto com a política estabelecida, enfatizando conflito e mobilização fora e contra as instituições de poder, Agustin e Briziarelli (2018: 16) concluem que “the compound nature of the organization, that is, being both party and movement, means that it embraces anti-politics in interesting ways”¹⁵⁶. Assim, o Podemos crítica a representação política, em prol de participação popular, transparência e a accountability, e, no entanto, constitui-se como organização política verticalizada (Idem). Há no caso do Podemos, enquanto-partido movimento, uma recusa a aceitar a “organização diárquica” como defendida por Urbinati (2014), a confusão entre o momento dos movimentos sociais e o momento do partido (Arato, 2017), e – ousamos – o esvaziamento do simbolismo da ordem social (URBINATI, 2014); todos sinais de uma operação populista, de *ataque* às instituições de uma democracia liberal, ataque visto como preocupante pelos autores mencionados, independente do sucesso em seu objetivo, ele poria em risco os valores de um governo constitucional.

Se impunha, também, o *trade-off* entre maiores números de militantes, maior acesso à votação ou maior ativismo dos círculos: “the lack of symmetry between the intense activism of the members of the circles – relatively few in number – and the great mass of sympathizers – not very committed on a day-to-day basis – posed an uncomfortable dilemma”¹⁵⁷ (RENDUELES; SOLA, 2018: 38). A estrutura e ambição nacional do partido colocavam limites ao grau de participação que os círculos e os militantes ou simpatizantes poderia ter no destino do partido, aumentando o papel da liderança.

Acompanha a paulatina perda de protagonismo dos círculos uma ênfase de que cabia ao partido “ganhar”, que era necessário construir uma

¹⁵⁶ “a natureza composta da organização, isto é, sendo tanto partido quanto movimento, significa que ela adota a antipolítica de maneiras interessantes”

¹⁵⁷ “a falta de simetria entre o intenso ativismo dos membros dos círculos - relativamente poucos em número - e a grande massa de simpatizantes - pouco comprometidos no dia-a-dia - representavam um dilema desconfortável”

“máquina de guerra eleitoral” de tal modo a “tomar o céu de assalto” (IGLESIAS, 2014b). Nesse sentido, o consenso, tão caro como princípio e valor das assembleias do 15-M, perde seu favor em prol de efetividade tática, em termos de capacidade de tomar decisões estratégicas com facilidade, evadindo deliberações. No discurso que marca o auge da primeira assembleia de Vista Alegre, o líder do Podemos chega a equivaler consenso e censura (IGLESIAS, 2014b). É um jogo retórico, claro, já que *consenso* aqui diz respeito a duas localizações em duas diferentes formações discursivas. Primeiro, o consenso neoliberal, o consenso europeu, o consenso dos técnicos, o consenso entre os partidos da ordem e o grande consenso da transição. Segundo, a prática do consenso no 15-M onde era “el símbolo de una acción política orientada al entendimiento, a la preocupación por lo común”. (MARZOLF; GANUZA, 2016: 93)

4.3 CRONOLOGIA ELEITORAL

Nas primeiras eleições que o partido disputou, em maio de 2014, para o Parlamento Europeu, obteve 8% dos votos e conquistou 5 cadeiras. Essas eleições foram anteriores às deliberações que deram forma mais concreta ao partido em outubro, vale destacar. É lançado um programa (PODEMOS, 2014) elaborado através de formas plebiscitárias e colaboração na *web*, que dá sustento a candidatura europeia. É uma candidatura anti-sistema, que procura valer-se do descrédito das instituições europeias, vistas como burocráticas, pouco transparentes, instrumentos de uma autocracia financeira. O sucesso do Podemos nessas eleições resulta em um ciclo de intensa cobertura midiática, que é oportunizado pelo partido e suas lideranças.

Para as eleições municipais de 2015, seguiu-se uma estratégia de apoiar plataformas cidadãs em diversas cidades, sem comprometer diretamente o nome do partido. Não lança diretamente candidatos, mas apoia candidaturas de frentes de grupos anti-establishment, ecologistas e radicais, em alguns casos, como Barcelona, são eleitos nomes que mantêm distância crítica do Podemos como Ada Colau, militante anti-despejo de postura autonomista. Esse é um plano diverso ao da “máquina de guerra eleitoral”, mas relacionado a ele. O propósito explícito, na estratégia geral do partido, era “preservar forças” para a eleição de dezembro de 2015, já que o partido não estava completamente organizado em várias localidades, optando assim por apoiar movimentos autônomos. Nesse processo, a imagem do Podemos dos círculos e do 15-M retorna.

“Foi 15-M salvou o Podemos”¹⁵⁸ chegam a afirmar Sandra Arencón Beltrán e Bruno Cava. Para esses autores, se trata de uma inflexão que revitalizou o partido depois do desgaste que resultou da assembleia de Vista Alegre, as divisões ali expostas, e a forma política resultante da deliberação, muito mais próxima a estrutura de um partido tradicional, do que esperava parte considerável dos militantes e simpatizantes do Podemos. Já outros autores percebem essa estratégia eleitoral, das plataformas, como uma necessidade decorrente do ordenamento político e eleitoral espanhol: “In many Spanish regions, party competition differs substantially from the national level because left–right competition overlaps with the centre–periphery cleavage, and national parties contend with (usually left-oriented) regional forces¹⁵⁹ (RODRÍGUEZ-TERUEL et al, 2016: 8). Outra vantagem é a aliança com novos atores que surgem nesses contextos regionais (Idem), expandindo o conjunto de demandas e grupos representados pela plataforma partidária.

Entretanto, com a consolidação do partido no território nacional, no preparo para as eleições gerais de 2015, as desavenças que marcam a opção política pela verticalização reaparecem:

Following the regional and local elections, the party launched its campaign for the 2015 general election. By then, some dysfunction was beginning to fester: the candidate selection process was highly questioned, internal participation was extremely low, and conflicts between the central and regional committees ran rampant¹⁶⁰ (Idem: 8)

¹⁵⁸ CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Arencón. Foi o 15M que salvou o Podemos. Universidade Nômade, 2015. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/foi-o-15m-que-salvou-o-podemos/>>. Acesso em: 24/08/2018.

¹⁵⁹ “Em muitas regiões espanholas, a competição partidária difere substancialmente do nível nacional, porque a competição esquerda-direita se sobrepõe à clivagem centro-periferia, e os partidos nacionais enfrentam forças regionais (geralmente orientadas à esquerda)”

¹⁶⁰ “Após as eleições regionais e locais, o partido lançou sua campanha para as eleições gerais de 2015. A essa altura, algumas disfunções começavam a emergir: o processo de seleção de candidatos era altamente questionado, a participação interna era extremamente baixa e os conflitos entre os comitês centrais e regionais corriam desenfreados”

Nas eleições gerais de dezembro de 2015, o partido chega ao patamar de 20,6% dos votos. O fracasso dos partidos em formar uma coalizão de governo levou a novas eleições em junho do ano seguinte. Para tal eleição, formou-se a coalizão eleitoral “Unidos Podemos”, entre o Podemos e a Izquierda Unida. No entanto, apesar do desgaste de todos os partidos na nova eleição, e contra previsões de que conseguiria superar o PSOE e se tornar a segunda força em termos eleitorais na Espanha, o patamar eleitoral do Podemos não se alterou significativamente, tendo as duas principais legendas do Unidos Podemos mais votos separadas em 2015 do que unidas em 2016.

Tabela 1: evolução do desempenho eleitoral do Podemos em termos de porcentagem e número total de votos.

	Eleição geral de 2016	Eleição geral de 2015	Eleições regionais de 2015-16	Eleição europeia de 2014
Andalusia	18.6	16.9	14.8	7.1
Aragão	19.7	18.6	20.6	9.5
Astúrias	23.8	21.3	19.1	13.6
Baleares	25.4	23.1	14.7	10.3
Canárias	20.2	23.3	14.5	11.0
Cantábria	17.7	17.8	8.9	9.2
Castela e Leão	15.5	15.0	12.1	8.2
Castela-Mancha	14.6	13.6	9.7	6.4
Catalunha	24.5	24.7	8.9	4.7
Comunidade Valenciana	25.4	25.1	11.4	8.2
Estremadura	13.0	12.6	8.0	4.8
Galícia	22.2	25.0	19.1	8.4
Madrid	21.2	20.9	18.6	11.4
Múrcia	14.4	15.2	13.1	7.6
Navarra	28.3	23.0	13.7	9.3
País Basco	29.1	26.0	14.8	6.9
La Rioja	16.6	15.8	11.2	7.5
Espanha	21.1	20.7	-	8.0
(milhão de votos)	(5.05)	(5.18)	(2.77)	(1.25)

Fonte: RODRÍGUEZ-TERUEL et al, 2016.

Ao observar a tabela dividida por comunidades autônomas, percebemos que a presença do partido eleitoral do partido cresce de modo generalizado desde as primeiras eleições até a eleição geral de 2015. No entanto, sua presença pela Espanha é desigual, havendo grandes flutuações de votos entre as regiões, tendo o partido tendencialmente mais votos em regiões com grandes centros urbanos como Catalunha e Madrid. Depois disso, na última eleição, os números se estabilizam, com leve queda. Essa queda acontece apesar de a coligação eleitoral com a Izquierda Unida, que teve 3.68% dos votos na eleição anterior, o que torna essa estabilização muito mais problemática, do ponto de vista do Partido. Assim, Errejón considerou que a aliança não trouxe resultados, e isso se

tornou um ponto de desacordo na contenda futura entre o secretário político e Iglesias¹⁶¹.

O apoio angariado através dessa intensiva bateria de eleições no seu primeiro biênio é diverso e reflete algo das bases sociais do 15-M (RENDUELES; SOLA, 2018: 41). Além de atrair apoio dos afetados pela crise econômica, como desempregados e famílias empobrecidas, também teria o apoio de jovens de classe média insatisfeitos com o status quo. Mais que classe ou renda, a variável que tem uma relação mais contínua com o voto no partido é a percepção da própria situação econômica: quanto pior a percepção dessa situação, maior a probabilidade de votar no Podemos.

Os autores percebem como problemática a relação do partido com um discurso de classe média. Esse se tornaria proeminente pelo “decline of the labor movement”¹⁶² (Idem: 42), que é mais um dos processos de longa duração que marcam a economia espanhola e a colocam em um destino comum com muitos outros países desde os anos 1980. Vimos como opções políticas tomadas desde o fim do franquismo tiveram relação com isso (LOPEZ; RODRIGUEZ, 2011). Isso explicaria, de acordo com Rendueles e Sola (2018: 42), que o partido tenha um apoio desproporcional entre estudantes, já que esses se tornam fonte primária de ativismo político. Também explicaria, ainda de acordo com os autores, a presença – que outrora seria incômoda ou incomum – de um argumento “meritocrático” no discurso progressista espanhol. Contudo, a partir das pretensões populistas da estratégia do Podemos, vis-a-vis 15-M, esse discurso meritocrático deve conviver também com apelos a maiorias sociais, aos cidadãos comuns, ordinários, que, pela própria definição, não seriam imbuídos de um mérito específico, salvo ser a parte dos sem-parte (RANCIÈRE, 1996).

Após o ciclo de eleições, ocorre uma cisão na liderança do Partido que o reconduz a um processo de disputa quanto a estratégia e sentido comum do partido. Também ocorrida em Vista Alegre, a nova assembleia viu o grupo que havia comandado e saído vitorioso do primeiro processo constituinte dividido em facções. De um lado, o líder Pablo Iglesias, de outro, Iñigo Errejón, o estrategista. Monedero já afastado do partido em outro momento convulsivo, dá declarações de

¹⁶¹ BASTEIRO, Daniel. Las cinco diferencias entre las propuestas de Errejón y Iglesias para Podemos. El Español, 2017. Disponível em <https://www.elespanol.com/espana/politica/20170113/185731894_0.html>. Acesso em: 24/08/2018

¹⁶² “Declínio do movimento dos trabalhadores”

apoio a Iglesias. Luís Alegre, a Errejón (sendo antes disso refratário ao estrategista). Camila Bescansa afasta-se dos cargos que tinha na estrutura partidária e evita dar declarações sobre o processo. Analogamente afasta-se o responsável pelo programa econômico do partido, Nacho Álvarez. A disputa entre seus principais nomes é notavelmente desprovida de qualquer ponto ideológico mais proeminente, tendo havido negociações extensas antes do voto. Pablo Iglesias ameaça sair da liderança caso suas teses não sejam aceitas. O fracasso – relativo – de não ter conseguido ultrapassar, como previsto, o PSOE, e a possibilidade de aliar-se a esse partido, é combustível e tema desse segundo processo, sobrepondo-se a questões políticas mais estruturais. Enquanto o grupo de Errejón enfatizou a moderação e o pluralismo dentro do partido – principalmente depois de derrotado –, o grupo de Iglesias enfatizou a combatividade. Dentro dessa dicotomia muitos articulistas interpretaram esse segundo congresso do Podemos. Correndo por fora, o Grupo dos Anticapitalistas, sempre independentes, representados por Miguel Urban, tiveram uma votação significativa, em torno de 10% dos votos dos inscritos. Iglesias mantém-se secretário geral com 89% dos votos, que totalizam acima dos 155 mil, entre válidos e inválidos.

Mas como atuou o partido depois de obter poder parlamentar? Os impasses de sua criação e consolidação persistem nos mesmos termos? Seriam observáveis as características de um movimento populista, de uma operação populista? Seriam valorizados os valores do 15M?

A entrada nas instituições implica no compartilhamento de regras de etiqueta mais ou menos formalizadas, que seriam justamente antagonizadas pelas deputadas do Podemos como símbolos dessas próprias instituições e suas insuficiências políticas e sociais (MARTINEZ GUILLEM, 2018: 83). Isso se daria por práticas performativas diversas (Idem). Desde abdicar das benesses usuais de cargos políticos, até adicionar a juramentos formais palavras de ordem. Também a informalidade, no vestuário e no uso de tratamentos pessoais como *tú*, endereçando outros congressistas pelo primeiro nome e demonstrações públicas de afeto estariam num rol de comportamentos que “place ordinary people closer to, if not within, the making of politics”¹⁶³ (Idem: 84). De modo geral, isso tudo levaria a um embotamento que confundiria palco e bastidor, com os líderes e ativistas do partido capitalizando no acesso a locais de poder e decisão, contestando e apropriando-se de sua dimensão simbólica (Idem: 84).

¹⁶³ “colocam as pessoas comuns mais perto, se não dentro, da tomada de decisão política”

A autora percebe isso como uma influência do 15-M, como uma tentativa de trazer as práticas do movimento ao parlamento. Os parlamentares sofreriam críticas de que se tratariam de gestos teatrais e vazios, que usavam as instituições para publicidade pessoal e, além disso, desviando o foco de assuntos mais prementes. No geral, uma postura infantil e pouco profissional (Idem: 85). No entanto, a autora considera que, para além do que seria “mera performance” nesses gestos, eles poderiam, seguindo o 15-M, marcar uma “important alternative move towards cultural logics that place common access to resources at the basis of their identitarian claims”¹⁶⁴ (Idem: 89).

O entendimento do poder estatal como recurso ao qual se tem acesso e que se pretende expandir esse acesso, é muito cara à noção de populismo de Urbinati (2014). Também está implicada aqui a crítica, compartilhada por Arato e Cohen (2017), da confusão entre lógicas de movimento e lógicas de partido e Estado. Mas poderia o movimento do 15-M, no seu repertório expandido e em seus valores compartilhados, ser resumido a uma “lógica de movimentos” própria ao populismo? Todo e qualquer compartilhamento ou troca entre uma esfera ou outra levaria a completa ruptura da fronteira que os separa, e das estruturas que os articulam em uma democracia virtuosa?

O conflito entre Errejón e Iglesias, se confiarmos em notícia do *El País*¹⁶⁵, também nos conduz à questionamentos similares: Iglesias “pone en el centro de la acción política la protesta en la calle. Iglesias no quiere diputados, sino ‘activistas institucionales’, que deben estar en todos los conflictos sociales” enquanto Errejón enfatiza o compromisso político, como estratégia de apelo às maiorias sociais. Iglesias, portanto, tem um entendimento mais tradicional, e populista, de movimento no Estado. Errejón, que pese sua formação laiclauniana, usa o populismo como fator moderador, ainda no aguardo das massas¹⁶⁶.

¹⁶⁴ “importante movimiento alternativo para as lógicas culturais que colocam o acesso comum aos recursos na base de suas reivindicações identitárias”

¹⁶⁵ DE BLAS, Elsa García. Las ponencias de Iglesias y Errejón recrudescen la guerra en Podemos. *El País*, 14 jan. 2017. Disponível em: <https://elpais.com/politica/2017/01/13/actualidad/1484336155_182983.html>. Acesso em: 24/08/2018.

¹⁶⁶ Um debate instigante tem ocorrido na academia espanhola, na sombra da experiência do Podemos. Se trata da contraposição entre republicanismo e populismo. Algo disso é antecipado por nadia Urbinati (2014), quando a autora comenta o papel reativo do *populus* nos fóruns da república romana. filósofo da Universidade Complutense, José Luis Villacañas, lança um livro sobre *Populismo* (2015), título homônimo, em que opõe ao populismo o

Esses conflitos se dão no contexto da paulatina normalização do Podemos, com a ascensão do Ciudadanos¹⁶⁷ também interrompendo o desdobrar preciso de sua estratégia transversal. Ao fim desse processo Emmanuel Rodrigues (2016), historiador e sociólogo, editor da Traficantes de Sonhos, importante editora de esquerda espanhola, declara o “fracasso do Podemos”¹⁶⁸. No sentido de que o partido estabeleceu também para si um propósito algo irrealista: ganhar. Grandes mobilizações marcaram as campanhas do Podemos e sua origem, no entanto, o apelo à maioria social não teria se concretizado nos termos de uma investidura populista. O partido agora perdeu porque se tornou mais um, tendo tido momentos de brilho no seu começo com os “círculos” e nas suas campanhas municipalistas. Todavia, o discurso muito focado na vitória se provou uma ilusão e alguns dos governos municipais apoiados pelo Podemos uma desilusão (Idem).

republicanismo. O autor, em outras ocasiões, criticou duramente Pablo Iglesias e tomou o lado de Íñigo Errejón, com quem inicia interlocução. Além disso, Villacañas publica artigo que contrapõe retórica republicana e populista (2017). Antes desse debate, já havia sido autor de uma dura crítica (2010) a Laclau. Um dos capítulos da coleção *Podemos and the New Political Cycle: Left-Wing Populism and anti-establishment politics*, assinado por Óscar Garcia Agustin (2018) organizador da mesma, justamente versa sobre populismo e republicanismo, supondo uma possível articulação entre esses paradigmas políticos. Por fim, ressaltamos o destaque de Paolo Gerbaudo (2017) aos elementos republicanos do discurso dos “movimentos das praças”. Se trata assim de um debate em que coabitam ativismo político e interesse acadêmico. Porém, escapa aos prósitos desse trabalho qualquer avaliação dos méritos das alegações desses autores, feitas de divergentes perspectivas com diferentes propósitos.

¹⁶⁷ O desgosto com o Ciudadanos transparece na discussão sobre o partido no programa Fort Apache. Ali ele é classificado como partido de direita ou extrema-direita. Mas também se reconhece que consegue ter um discurso centrista e generalista convincente, que captura com alguns limites a indignação com a classe política e interrompe assim o caminho ascendente do Podemos. No entanto, com o transcorrer do tempo, a aliança de Ciudadanos e PP mancha sua imagem “neutra” e “anticorrupção”, e já não pode ser procurado apenas no Ciudadanos as razões da estagnação do Podemos, em torno de 20% dos votos. HISPANTV. Fort Apache - Diseccionando a Ciudadanos, 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/KlcwnLV-H4Y>>. Acesso em: 03/08/2018

¹⁶⁸ RODRÍGUEZ, Emmanuel. Porque o Podemos fracassou. Universidade Nômade. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/porque-o-podemos-fracassou/>>. Acesso em: 03/08/2018.

Agústin e Briziarelli (2018: 8), organizadores do volume que enfatiza o populismo e Podemos, consideram que o horizonte diante do partido seria um em que esse deve “still decide whether it wants to keep tying itself to a narrative of contingent urgency and a progressive kind of reactionarism triggered by the crisis, or instead promote itself as a long-term Project of social change”¹⁶⁹ (AGUSTIN, BRIZIARELLI, 2018:8). O que queira dizer “reacionarismo progressista” não parece aplicar-se a quaisquer das posições dos líderes na contenda de 2016. O caso parece ser mesmo, não obstante, de que o “assalto ao céu” não ocorreu, ao menos não do modo imaginado, mas que o partido tenha, de modo bem-sucedido, encontrado seu espaço no contexto de uma Espanha agora multipartidária. Já em 2015, nas eleições regionais, o partido apoiou o PSOE, declarando estratégica a retirada do PP do poder local (RODRÍGUEZ-TERUEL et al, 2016: 8). Com o fim do governo de Rajoy, o Podemos apoia a investidura de Pedro Sanchez¹⁷⁰, e assim aceita um papel de coadjuvante, ainda que essencial ao tênue equilíbrio do novo governo socialista. E talvez fosse o caso do partido abraçar, ao invés de repudiar, sua normalização, como movimento e partido. Iglesias declara terminada a “hipótese Podemos” depois das eleições de 2016.

¹⁶⁹ “ainda decidir se querem continuar se associando a uma narrativa de urgência contingente e a um tipo progressivo de reacionarismo desencadeado pela crise, ou se promover como um projeto de longo prazo de mudança social”

¹⁷⁰ Pedro Sanchez em sua história particular de liderança no PSOE consegue restaurar algo da imagem do partido, entrando em conflito com dirigentes históricos (moderados) do mesmo, sendo favorável a uma possível coligação com o Podemos que se realiza com a queda de Rajoy – por sua vez soterrado pela corrupção e empáfia de seu governo.

5 A HIPÓTESE PODEMOS

5.1 REPRESENTAÇÃO

A apreciação do Podemos como partido, em termos de composição social, organização interna e atuação política, concede ao pesquisador um retrato que coloca em questão o papel da representação no populismo. Como iniciativa intelectual, a Hipótese Podemos surge de uma interpretação dos eventos do 15-M e de um “novo momento histórico” na Espanha; tratava-se de, a partir da formação de um partido, de dar não só uma tradução institucional aos movimentos populares, mas dar um sentido histórico, dar consequência, ao 15-M, em torno de um discurso contestatório que deslocasse os termos do debate político espanhol. Como vimos, essa interpretação tem como base a noção da insuficiência, do desgaste, da estratégia “movimentista”. Também é notado o desgaste da “esquerda”, tanto no nível institucional partidário, onde o partido tradicional de Esquerda (PSOE) aplica medidas que prejudicam a classe trabalhadora, quanto em um aspecto mais incerto, simbólico e imaginativo.

Pela noção de “populismo” a intervenção podemista tratava de capturar os significantes, “flutuantes”, impedindo uma re-articulação transformista (GRAMSCI, 2011). Essa captura se daria não só pela representação de demandas, mas pela representação do estilo (MARTINEZ GUILLEM 2018). A composição do partido por membros de uma juventude engajada, trabalhadores e universitários, também reflete, parcialmente, os próprios grupos formativos dos “movimentos das praças”: uma geração que experencia a grave queda de expectativas representada pela crise global do capitalismo (GERBAUDO 2017: 56). Pela interpretação e estratégia do partido, a representação deveria alcançar além da juventude indignada, procurando traços de solidariedade em uma cidadania desaperançada.

Diversas perspectivas, então, informavam o potencial de um partido, a construção de um momento constituinte. Uma *investidura populista*, no entanto, implica atar esses nós em torno de uma máquina política que protagonize os desafios de seu tempo. Para além da urgência, há um elemento intempestivo. A urgência se traduz em uma formação ativista que procura conter o avanço de uma restauração, em dois *fronts*, nacional e europeu. No *front* nacional, tratava-se de uma polêmica contra o “regime de 78”, no *front* europeu, era questão de somar-se a uma luta antiausteridade, composta de partidos e movimentos. A investidura é intempestiva porque visa romper com termos colocados pelo debate, com

as regras típicas de filiação política, operando uma “re-descrição retórica” (HOWARTH 2006: 80) das demandas e dos atos de demanda frente ao regime e às instituições político-financeiras da austeridade.

Antes de prosseguir, no entanto, importa recolocar o nosso debate normativo nos termos colocados pela breve experiência do Podemos. Retomemos então a hipótese populista:

Existían posibilidades para un populismo de izquierdas en España? Si asumimos que bajo determinadas condiciones (en nuestro caso de crisis orgánica), se puede generar discursivamente una identidad popular politizable electoralmente, en nuestro país se daban esas condiciones. Se trataba, en nuestro caso, de agregar las nuevas demandas derivadas de la crisis en torno a un liderazgo mediático capaz de dicotomizar el espacio político. No es difícil, con los elementos dados, entender nuestra hipótesis. En España había una crisis orgánica y de régimen que había generado las condiciones para la articulación de un discurso dicotomizador capaz de construir con los materiales ideológicos nuevos del 15M un sujeto popular frente a las elites (IGLESIAS, 2015a: 20).

Nessa hipótese estão concentrados, numa proposta política clara, vários temas tratados na nossa revisão da literatura sobre populismo. Primeiro, o elemento histórico do populismo, como decorrente de uma conjuntura de crise. Segundo, os elementos propriamente políticos do populismo: a identidade do representado sendo constituída pela relação de representação (LACLAU, 2011); o papel da liderança; a dicotomização do espaço social e, por fim, o populismo como articulação de demandas.

A sua inserção em um contexto eleitoral merece polémica. Primeiro, estão postos os termos que permitiram a crítica de Andrew Arato (2013: 161) à Laclau: até que ponto essa relação de representação não é apenas um subterfúgio autoritário? Ou seja, até que ponto essa relação de representação não é uma de imposição de uma identidade? Antes de responder esse questionamento, cabe desenvolver seus termos. A questão colocada não é apenas que a hipótese populista, gerada por essa concepção de representação, se entendida como um subterfúgio autoritário, levaria apenas ao despotismo de um líder, depois talvez de uma esperança ilusória. A questão se torna ainda mais grave quando

entendermos do que se trataria esse despostismo: a relação populista não conseguiria gerar uma forma de representação que imprimiria à política uma dinâmica de empoderamento popular ou prosperidade. Ela seria viciada em si mesma e não resguardaria qualquer poder de inovação política. Na perspectiva de Arato, essa inovação inexistente – a dinâmica seria a de uma “regeneração do corpo político” (Idem) e o seu exemplo histórico seria o terror revolucionário de 1793-4. É evidente que o teórico expõe um caso limite que deriva de sua interpretação da obra de Laclau, não abrangendo toda e qualquer experiência populista, até porque essas ocorrem em diversas capacidades – como partido, movimento, regime –, só na última ocasião detendo os instrumentos repressivos capazes de impor uma “regeneração” nesse sentido. Mas nós precisamos entender a crítica de Arato, ainda que ela não pareça realista quando pensada no caso espanhol, uma vez que aponta exatamente o cerne e a dimensão do problema: como a representação empoderaria o representado, numa dinâmica virtuosa, progressista, de expansão de direitos e maior liberdade?

Na hipótese Podemos, qual a capacidade de influência e auto-constituição da própria identidade popular? Consideramos que ponto chave para responder esse questionamento seja entender o populismo como articulação de demandas. Essas constituem-se cada qual no seu contexto histórico próprio, em interações de diversas ordens com instituições e grupos de outras demandas, e só pela investitura populista ganhariam a identidade popular suplementar, expressão da negatividade social e do antagonismo ao poder. A própria dinâmica do momento populista já é constituinte e já é autorepresentativa, entendida que seja como “espaço de autonomia” (CASTELLS, 2013) ou como “ideologia cidadanista” (GERBAUDO, 2017). Ainda assim, Laclau reconhece que não cabe ao nome “selecionar” demandas – o Partido ou a “liderança midiática” deve se submeter aos anseios que marcam os investimentos afetivo da nomeação.

Outra crítica emerge da própria postulação da hipótese. Qual o grau de reflexividade e autoconsciência do populismo? Uma vez tornado teoria e estratégia, razão política, antes de simples análise tipológica, novas exigências se impõem ao projeto político. Iglesias deve responder como teórico e líder partidário, não podendo estabelecer qualquer divisão entre as funções. Isto se impõe pela própria carga estratégica que o populismo ganha na teoria de Laclau, os termos dessa estratégia desenvolvendo-se na longa elaboração da teoria em 30 anos de contextos flutuantes entre Europa (Inglaterra) e América Latina. A centralidade dessa questão é enorme e foi subestimada por quem melhor a colocou:

Benjamin Arditi, em sua resenha de *Razão Populista*. A estratégia populista transparece àqueles que são objeto dela, a saber, as maiorias sociais, os povos, as demandas? Entram em jogo o investimento afetivo e a plenitude ausente, os mitos políticos:

Let me underline that what is at stake here is not whether plenitude is truthful or not, for Laclau is quite right in describing it as a myth. It is, instead, the instrumentalism that seeps into the theory of politics-as-populism. The masses believe in the dream of plenitude and the leaders, who know better, do nothing to disturb this belief because it can be put to good use. This vision of politics as a process occurring in two different and asymmetric cognitive tiers, one of leaders and intellectuals who understand how the world works and another of the masses who believe in the promise of plenitude, gives some credence to critics who always saw populism as a vertical, top-down politics conducted by unscrupulous leaders and their entourage to advance their own agenda¹⁷¹ (ARDITI, 2010: 495).

Para enfatizar de novo: o autor subestima o próprio questionamento. Logo após colocá-lo, procede em concluir a resenha elogiando o trabalho e a importância teórica de Laclau. Mas se os líderes do Podemos são intelectuais e conhecem a teoria, eles estariam na mesma condição de Laclau, tratando de mitos políticos¹⁷². E se são necessários os mitos, quem acreditará neles, e quem os analisará? A questão de Arditi

¹⁷¹ “Deixe-me sublinhar que o que está em jogo aqui não é se a plenitude é verdadeira ou não, pois Laclau está certo em descrevê-la como um mito. É, ao contrário, o instrumentalismo que se imiscui na teoria da política como populismo. As massas acreditam no sonho da plenitude e os líderes, que sabem melhor, não fazem nada para perturbar essa crença, porque ela pode ser bem aproveitada. Essa visão da política como um processo que ocorre em dois níveis cognitivos diferentes e assimétricos, um de líderes e intelectuais que entendem como o mundo funciona e outra das massas que acreditam na promessa de plenitude, dá algum crédito a críticos que sempre viram o populismo como uma política vertical, de cima para baixo, conduzida por líderes inescrupulosos e sua comitiva para avançar sua própria agenda”.

¹⁷² Em debate no programa *Fort Apache* sobre a transição, Iglesias, Errejón e outros intelectuais professam a necessidade de criar novos mitos políticos, haja visto a crise do regime de 78. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=724kr9sihE8>. Acesso em: 29/07/2018.

implica de certo modo a mesma distopia de Arato. A resposta a ela tem o mesmo objeto: qual a capacidade de influência dos próprios representados?

E agora a questão é colocada em termos de autoconsciência, de capacidade de expressão política e julgamento. Porém, não podemos ter resposta a isso no que importa os representados porque investigamos os representantes. O que sabemos vem das demandas, consolidadas em documentos do partido, e sua relação com movimentos. Também não podemos ter respostas conclusivas a partir dos resultados eleitorais. Mas temos explorado a questão em termos de dois registros discursivos que tratamos ao longo desse trabalho: as práticas políticas dos líderes do Podemos, em seus discursos para militantes e discursos eleitorais, e suas próprias análises do que essas práticas consistem. A hipótese estabelecida por Iglesias na revista inglesa está no segundo campo. Entendemos que essa divisão irá se confundir muitas vezes pela própria particularidade de se tratar de um partido com dirigentes e militantes que são também teóricos e intelectuais¹⁷³. A projeção que Iglesias teve foi relacionada à sua participação em programas de TV, onde transparecia indignação em falas de modo simples e direto. Mas, a TV tem limites de tempo e forma; se debate com pessoas com níveis e tipos de formações diversas e deve-se aspirar a uma linguagem comum. Deve se passar o conteúdo pretendido no tempo que se tem, que é precioso pelo acesso direto que se tem as pessoas muitas vezes em sua casa e em seu tempo de lazer. A boa fala

¹⁷³ Artefato máximo dessa confusão é o tweet crítico de Errejón e a ironização viral subsequente, sobre uma *hashtag* que se traduziria como “escreva como Errejón”. O tweet em questão: “La hegemonía se mueve en la tensión entre el núcleo irradiador y la seducción de los sectores aliados laterales. Afirmación - apertura.”. Exemplo de um longo hábito de publicar frases com essa forma e conteúdo. Curioso que, de certo modo, repetindo a lancinante sobreposição de registros dessa questão, comentamos assunto (que assumimos, se afinal entendemos o tweet) é o mesmo do tweet: até que ponto a relação de representação é ou afirmação, ou abertura. Seria condescendente imaginar que a ironia que Errejón sofreu nas redes seja fruto do não entendimento de sua frase (E também ninguém está obrigado a entender). Diria que a ironização ocorre porque o público percebeu (1) como uma deselegância se autodesignar como “núcleo irradiador” (2) como uma a impropriedade de um dirigente conjecturar publicamente estratégias que assumem para si essa posição de “núcleo irradiador”. É de certo modo uma pequena revolta populista, contra a linguagem indireta e truncada de políticos profissionais e intelectuais. Mais informações disponíveis em <<https://www.elperiodico.com/es/politica/20150622/mofas-sobre-errejion-y-su-nucleo-irradiador-4296243>>. Acesso em: 05/08/2018

política viraliza também se for simples e direta, e não tomar tempo de seu consumidor: ele a vê imediatamente e a repassa imediatamente. O próprio Iglesias lidera programas de TV como o *Fort Apache* e *Otra Volta de la Tuerka* que são marcados pela extensão de suas conversas entre pessoas de formação afim e linguagem compartilhada: militantes, intelectuais, políticos, jornalistas.

A exposição contínua dos líderes do Podemos ao julgamento e ao escrutínio público exacerba essa fratura. Nem todos se interessarão por sua produção intelectual e suas falas para diversos públicos, mas o trabalho jornalístico muitas vezes polemizará uma suposta duplicidade. O centro da investida contra o Podemos pela mídia, está em provar que se trata de um partido de intelectuais radicais de esquerda que, afinal, tiveram relações e financiamento de governos latino-americanos que guarneceriam uma imagem negativa para o público espanhol. Iriam, de modo firme e contínuo, questionar sua autenticidade e credibilidade, num verdadeiro bombardeio midiático (FRANZÉ, 2018: 53). Monedero sairá do partido após escândalos em torno de impostos devidos ao estado espanhol por consultorias prestadas à ALBA – *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra America*¹⁷⁴.

A reavaliação do populismo também se insere em um esforço de crítica contra a própria categoria de manipulação (FERREIRA et al, 2010). No trabalho de Jesús Martín-Barbero (2009) essa reavaliação está aliada também a uma das tradições populares e da cultura de massas na América Latina. O debate em torno da “manipulação” também é co-extensivo ao debate sobre o papel da mídia e, nesse sentido, uma nova carga pejorativa recai sobre o populismo, agora como democracia de audiências (MANIN, 1997). Entretanto, teorias de manipulação midiática generalizada ou manipulação populistas caem em descrédito na medida em que damos maior ênfase à agência política do povo, relações de representação de interesses, hegemonia, formas de resistência cultural, e, ao mesmo tempo, a carga metafísica dada a uma “consciência de classe” perde respaldo político e teórico. A crítica de Ardití (2010) aproxima-se de críticas do populismo como manipulação política, mas tem uma importante diferença que não permite que ela seja descartada ou vilipendiada. O autor não supõe a efetividade dessa manipulação, mas sim a crença na possibilidade dessa manipulação, ou ainda, o pressuposto

¹⁷⁴ MANETTO, Francesco. Podemos co-founder denies illegally funding party via consulting work. El País, 20 feb. 2015. Disponível em <https://elpais.com/elpais/2015/02/20/inenglish/1424452714_654036.html>. Acesso em: 05/08/2018.

básico da relação de manipulação, que é extensão, por analogia, das relações de representação, de uma relação de sujeito e objeto.

Assim, a leitura dos documentos do Podemos deve estar atenta ao registro discursivo do mesmo, o público pressuposto, o sujeito de elocução que por vezes aparecem nos textos. A própria vagueza do populismo, como proposta por Laclau (2013) daria às demandas a capacidade de imprimir nele sua marca e, assim, as massas manipulam de volta. É por isso que o autor apostará no populismo como estratégia em um projeto de democracia radical. Quanto os líderes e os textos de Podemos estão abertos a essa inscrição apropriadora? Teriam os estrategistas do partido, na sua pressa eleitoral e antagonica, ignorado essa questão essencial à construção de uma investidura populista?

5.2 DEMANDAS

O manifesto *Mover Ficha* (PODEMOS, 2014a) termina com dez pontos, que concentram entre eles diversas demandas. Tomamos como exercício desconstruir esses dez pontos em “demandas”, e para isso retiramos certas ênfases retóricas. Pelo próprio agrupamento, imagina-se, os autores pensaram essas demandas como contíguas, em reforço mútuo. Por exemplo, “moratória” e “auditoria” são pensados como momentos da mesma ação, e estão sobre a alçada de “soberania popular”. As dividimos, entretanto, em três demandas diferentes pois é possível observa-las independentemente. O mesmo vale para a oposição às privatizações, que pode ser um princípio único e uma demanda unificada contra qualquer privatização mas, efetivamente, são demandas separadas de grupos distintos, que haveriam de ser unidas pelo esforço político. Nosso empenho por decuplar essas demandas é não só ilustrativo da dificuldade analítica que provém da análise desse documento, e também não é apenas uma tentativa de demonstrar certo “exagero” de desejo daqueles que assinaram o manifesto *Mover Ficha* e com isso iniciaram o fenômeno Podemos. Nosso critério por vezes é gramatical – as demandas são articuladas por conjunções (no formato “... e ...”). Nosso esforço é didático, pretendendo ilustrar que a articulação de demandas ocorre em vários níveis. Notamos, por exemplo, a conexão entre uma demanda pelo fim da privatização da saúde sendo articulada com uma demanda pelo fim da violência contra as mulheres, como contingente, ainda que se possa admitir entre elas uma contiguidade. Agora, “liberdade de orientação sexual” está por vezes tão fortemente articulado à “combate a homofobia” que muitas vezes se apaga o trabalho político que permite pensar essas duas coisas como uma relação óbvia. Se procedêssemos desse modo,

chegaríamos à conclusão que nas duas páginas finais de um manifesto de cinco páginas se concentram 45 demandas.

Essas demands seriam: (1) Soberania Popular, (2) Revogação do artigo 135 da constituição espanhola – que versa sobre pagamento prioritário da dívida do Estado¹⁷⁵ (3) Moratória da dívida com fins de (4) fazer uma auditoria cidadã da dívida¹⁷⁶ (5) imposto sobre transações financeiras (6) controle do movimento de capitais (7) nacionalização dos bancos privados (7) oposição à austeridade do PP no governo nacional e do PSOE nos governos autonômicos (8) Por consequência, uma Europa justa, dos direitos e da democracia (9) Democracia real, baseada na soberania dos povos, ou seja, apoio ao plebiscito da Catalunha de 9 de novembro de 2014 (10) salários e pensões dignas (11) impostos progressivos (12) punição da fraude fiscal (13) contra demissões em empresas beneficiadas pelo governo (14) repartição justa de trabalho, inclusive doméstico e outros trabalhos não remunerados (15) Direito à moradia. (16) "Hay que impulsar un parque de vivienda pública" (17) "así como un modelo de alquiler social seguro y digno" (18) fim dos despejos (19) "y aprobando la dación en pago retroactiva, como exige la Plataforma de Afectados por la Hipoteca." (20) Una candidatura que rechace a privatização de serviços e bens públicos como: educação (21) saúde, (22) justiça (23) transporte (24) informação (25) "la vivienda o la cultura" (26) e que defenda a reversão dessas privatizações (27) e aposte em sua gestão democrática (28) "Una candidatura que defienda una democracia radical donde los referéndums vinculantes y las ILP formen parte destacada de un nuevo ordenamiento jurídico tras un proceso constituyente." (29) Combate à violência machista (30) direito das mulheres ao próprio corpo, manter a legalidade do termino de gravidez (31) liberdade de orientação sexual e (32) combate à homofobia (33) mudança no modelo produtivo, para que esse esteja a serviço das pessoas (34) reconversão ecológica da economia (35) nacionalização e socialização das empresas energéticas (36) soberania alimentar (37)

¹⁷⁵ Medida que lembra a Emenda Constitucional 95, no Brasil, que ficou conhecida como "PEC do Teto de Gastos", que também foi objeto de repulsa por movimentos sociais antiausteridade.

¹⁷⁶ Aqui, os signatários se miram no exemplo do Equador, que executou uma auditoria de sua dívida externa entre 2007 e 2008, caso que ganhou fama e admiração na esquerda global. Seguiu-se uma bem sucedida reestruturação da dívida. Grande parte da dívida foi considerada ilegítima, seja pelos termos do contrato dessa dívida, seja pelas implicações sociais da mesma. Justamente os autores do manifesto usam o termo "dívida ilegítima".

direitos de cidadania a todos, estendido à imigrantes (38) onde ninguém seja invisível – ou seja, que o imigrante também seja além de tudo respeitado e representado (39) rechaço à intervenções militares, saída da OTAN, defensora das relações solidárias entre os povos (40) uma candidatura que seja resultado de um processo participativo aberto à cidadania. (41) baseada em critérios de presença de ativistas (42) com rotatividade de cargos (43) “e ingresos equivalentes al salario médio” (44) “Una candidatura con compromiso de transparencia y rendimiento de cuentas”, (45) “cuyos recusos financieros sean independientes de la banca privada y de los “lobbies”.

É uma miríade de demandas que se encontram em diversos graus de elaboração e consistência, que se na sua gramática implicam o Estado e exigem dele um papel preponderante, mas não se limitam a isso. Isto é, não necessariamente se satisfazem através de um confronto com o Estado e com outras instituições de controle, e com a formalização pela via legal, mas sim se comprazem a partir de uma reivindicação de “justiça” e transformação social, tendo um elemento simbólico de reiteração de uma identidade cidadã. Se trata aqui da relação ambivalente entre populismo, poder, estado e narrativa, corretamente percebida e elaborada por Beasley-Murray (2010).

Outros documentos partidários emergiram de processos que sejam mediados já tanto pelos mecanismos de democracia interna que a organização adotar, quanto pela própria marca “Podemos” dentro do crivo de sua inserção tumultuosa no debate político espanhol. Isso implica que os vários elementos dispersos nestas quarenta e cinco demandas serão articulados e colocados em termos de propostas que já não visam apenas a manifestação do dano (RANCIÈRE, 1996) mas sim uma particular contestação do poder como alternativa política estruturada nos marcos de um partido político, apoiado pela mobilização dos círculos. Supõe-se que isso implicaria uma depuração e uma articulação maior de demandas. Porém, o que se observa é – ainda que numa gramática mais contida e cuidadosa – uma explosão de demandas. O documento final do Programa Organizativo (PODEMOS, 2014b) é dividido em seis eixos, em 56 subseções. E agora, as demandas não diziam respeito apenas ao Estado espanhol, mas sim à União Europeia¹⁷⁷.

¹⁷⁷ Curiosamente, dentro dessas demandas, o banimento da tauromaquia, dado curioso já que as duas assembleias do Podemos se deram em uma *casa de toros* (Vista Alegre). Os animais haviam sido esquecidos no manifesto inicial do Podemos.

Por isso, o procedimento com relação às demandas, dentro de uma hipótese populista, não pode tomá-las em seu isolamento e quanto menos dedicar-se a isolá-las por algum tipo de interesse heurístico. Se o populismo surge de demandas não atendidas e as agrega, o estudo do populismo, no entendo, não pode ser minucioso quanto às demandas, mas a partir da formação discursiva em questão estabelecer um critério claro. No ambiente populista, demandas em diversos graus de formulação coabitam. Estabelecido um significativo vazio, um nome suficientemente atraente, um processo de identificação social e afetiva se estabelece. O populismo, como qualquer hegemonia, irá proceder pela articulação de demandas, mas terá dentre elas pontos nodais, significantes flutuantes, já que não será um sistema puro de equivalências – afinal, a expansão sem limites da equivalência levaria a uma “subversão do princípio de equivalência enquanto tal” (LACLAU 2013: 305). Assim, muitas demandas podem ser agregadas ao nome “Podemos”, mas o processo de significação que estabelece o laço essencial entre demanda e significativo vazio não pode ser pressuposto pelo mero anúncio de demandas, mas percebido na relação total de significação, que leva em conta a construção do significativo Podemos no campo do antagonismo.

Adicionalmente, gostaríamos de relembrar da nossa discussão inicial acerca de demandas, que essas não incluem apenas proposições acertadas e convencionadas por fortes movimentos da sociedade civil. Por exemplo, Laclau admite que ressentimentos também serão demandas (2013). O ressentimento é uma figura central no estudo de nacionalismos de direita, muitas vezes entendidos como populistas (BETZ, 1993). Demandas por reconhecimento ou representação também ocorrem e, afinal, será que a demanda por “democracia real” emergente do 15-M, pode ser entendida em termos simples, desarticulada de uma específica construção de sujeito diante da “democracia realmente existente” na Espanha? A demanda é já produto da representação: “In politics, there is no such thing as a demand independent of supply”¹⁷⁸ (MANIN, 1997: 225). O próprio discurso “meritocrático” de Podemos diz respeito ao fato dessas demandas emergirem com relação às expectativas produzidas pelo próprio ordenamento político e social. Por isso, Iglesias enfatiza – em seu discurso final em Vista Alegre¹⁷⁹ e no lançamento de campanha em

¹⁷⁸ Não há na política uma demanda que independa da oferta”

¹⁷⁹ IZQUIERDA TV. Pablo Iglesias en Vista Alegre - 'El cielo se toma por asalto'. 2014. Disponível em <<
<https://www.youtube.com/watch?v=wrTtYRV9ZoM&frags=pl%2Cwn>>.
 Acesso em 27/08/2018.

Valencia¹⁸⁰ – os muitos espanhóis que, apesar de terem diplomas universitários, trabalham precarizados ou emigraram do país. O líder não menciona apenas os diplomados, é certo, mas muitas vezes dá destaque a eles. No momento de construção de sua liderança e presença midiática, em junho de 2013, lança um desafio ao diretor do jornal de direita La Nación, Francisco Marhuenda, que dizia que estudantes ativistas não estudam: que mostrasse seu histórico acadêmico. Pablo tem doze menções de honra, tendo sido ativista quando estudante¹⁸¹.

Demandas podem ser centrais sem transparecer em documentos e manifestos. A corrupção é tema central da impugnação de Iglesias ao regime de 78 em numerosas ocasiões (na introdução do partido; no lançamento da segunda fase do partido; no discurso em Valencia; no discurso “el cielo se toma de asalto” na assembleia de Vista Alegre e nas suas muitas intervenções na TV espanhola). No entanto, essa não se constitui nas 45 “demandas” do *Mover Ficha*. Em uma delas encontra-se a retórica anti-corrupção: “hacer llegar a las instituciones la voz y las demandas de esa mayoría social que ya no se reconoce en esta UE ni en un régimen corrupto sin regeneración posible” (PODEMOS, 2014a), porém aqui ela resguarda apelas seu aspecto antagônico. Em resumo, demandas são formas de articular movimentos e partido, mas também formas de construir sujeitos e laços identitários. Na teoria de Laclau, cada demanda tem papel duplo, partido: deve representar tanto a si mesmo como sua identidade com o conjunto de demandas, frente a uma ordem que não as atende. Por hipótese, podemos supor que “anticorrupção” tenha muito do segundo aspecto, antagônico, já que anticorrupção articula em si várias demandas, em torno de maior qualidade do serviço público, revogação do mando das elites, auditoria de instituições financeiras, etc.¹⁸² Por ter muito do segundo aspecto, sua constituição enquanto

¹⁸⁰ Pablo Iglesias, ao se referir a Lola Sanchez, candidata ao Parlamento Europeu, menciona que apesar de ter dois diplomas universitários (Ciência Política e Sociologia) trabalhava, naquele momento, como camareira. PODEM/PODEMOS Valencia. Intervención Pablo Iglesias inicio campaña en Valencia, 2014. Disponível em <<https://youtu.be/a8RGcUpK6fE>>. Acesso em: 24/08/2018.

¹⁸¹ LA TUERKA. Pablo Iglesias a Francisco Marhuenda: ¿Cuántas matrículas de honor sacaste? 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LynVbOo0GHU>>. Acesso em: 28/08/2018.

¹⁸² No caso Brasileiro, onde podemos dizer que anticorrupção é articulada em uma investidura populista de direita, o conjunto de significantes articulados é outro: eficiência da máquina pública, restauração moral, respeitabilidade, lei e

demanda, se torna mais imprecisa – consequência já prevista na elaboração do teórico argentino.

Assim procedemos por dividir nossa consideração das demandas não numa ordem temática clara, que poderia ser: serviços públicos, emprego, moradia, soberania popular, anti-corrupção, direitos humanos, etc. Mas sim por identificar o centro nevrálgico do discurso antagônico do Podemos em 2014: reclamar o sequestro da soberania nacional pelas instituições europeias e o sequestro da soberania popular por elites econômicas, identificando o conteúdo desse sequestro como as políticas de austeridade. Interpretamos as demandas, então, no espírito de Laclau (2013), não pelo conteúdo, não pela filiação ideológica, mas pela função dentro de um discurso dado. Nos concentramos principalmente nos discursos de Iglesias – que seria o operador, na Hipótese Populista – dessa agregação de demandas.

5.2.1 Soberania Popular e Soberania Nacional

Mudde e Kaltwasser (2012), Gerbaudo (2017) colocam a soberania popular como centro ideológico do populismo; Urbinati (2013) considera também como centro ideológico, ainda que como pretexto de uma investida contra a ordem simbólica do poder. Esvazia-se a legitimidade de um dado regime, através de um antagonismo exacerbado, do questionamento e da dúvida generalizada sobre a legitimidade das instituições (interesses ocultos da mídia, interesses ocultos do mercado, interesses ocultos dos políticos). No trabalho de Laclau isto é também fundamental, porém visto de outro ponto de vista que já não considera suficientes as instituições de uma dada democracia liberal. Poder-se-ia dizer que a autora italiana projeta muito do normativo no que é empírico e que – no caso da Espanha pós-transição, integrada às instituições europeias – há interesses ocultos, há bastidores não conhecidos, pouco transparentes, desconectados de uma “rede” de julgamento e opinião que se manifesta no 15-M. E a rede do 15-M, em que circula informação, julgamento e opinião, de tal modo a compor uma “vontade coletiva”,

ordem, punição de corruptos e adversários políticos, etc. Pela própria função dentro do antagonismo, a demanda deixa de ser uma proposta com fronteiras claras. Não se consolida em propostas claras e verificáveis, mas sim articula ressentimentos, desejos, e uma vaga invocação da “ordem” contra a desordem. Compõe a identidade do “Cidadão de bem”. O aspecto “Hobessiano” da teoria de Laclau (2011) de representação e significantes vazios tem, nesse contexto, um grande potencial explicativo.

comporia – se a hipótese Podemos fosse bem-sucedida – a base de uma investidura populista.

Na Espanha, e no caso do Podemos, há o reclame de duas soberanias, e a pretensão populista é de que haja um contiguidade entre elas: soberania popular e soberania nacional. O lema “nunca más un país sin su gente”¹⁸³ talvez seja a forma mais sucinta e apaixonada de conectar os dois conceitos, país e povo, junto à missão de Podemos e sua autoconcedida gravidade histórica. O país da “casta” e do “regime de 78” era o país, afinal, ao qual o “povo” não estava convidado.

Iglesias (2015: 13), a respeito disso, diz que as experiências latino-americanas foram chave pois, no longo contexto da hegemonia cultural neoliberal, conseguiram uma soberania através da outra. O povo emerge na *investidura populista* e reclama, através da ocupação do Estado, o bem comum e a soberania nacional:

En América Latina, en general en contextos de profunda crisis económica y de Estado, formaciones políticas populares y progresistas obtuvieron éxitos electorales que posibilitaron políticas públicas de recuperación de la soberanía, tanto en términos nacionales como continentales.

Aqui de novo transparece a avaliação fundamental da conquista do Estado como atalho para hegemonia, explícita que é na hipótese populista.

Como vimos, mesmo no 15-M a Bandeira nacional era uma presença incomoda e pouco vista, refletindo uma postura da esquerda espanhola – assim como a relação dos protestos com a esquerda refratária ao nacionalismo, que se estende inclusive a princípios de soberania nacional: “Traditionally, national sovereignty had not been the main rhetorical figure amongst the Spanish left, since nationalism has often spurred connotations with the francoism heritage”¹⁸⁴ (EKLUNDH, 2018: 138). O Podemos, em sua inflexão latino-americana, inclusive utilizará o significante “pátria” evitado não só pela esquerda, como pela própria

¹⁸³ EUROPA PRESS. Discurso completo de Pablo Iglesias em Marcha del Cambio, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YUrm0-SUCXY&frags=pl%2Cwn>>. Acesso em: 26/08/2018.

¹⁸⁴ “Tradicionalmente, a soberania nacional não tem sido a principal figura retórica entre a esquerda espanhola, uma vez que o nacionalismo muitas vezes estimulou conotações com a herança do franquismo”

direita que o pretere pelo mais ameno “nación” (FRANZÉ, 2018: 56). O nacionalismo, na esquerda espanhola, tem trânsito quando se refere aos nacionalismos bascos e catalães, em oposição ao “españolismo” (Idem: 57). Assim, esse seria um deslocamento retórico importante do Podemos, promovendo uma “reinscrição” de um termo antes maldito (HOWARTH, 2006: 72).

Emily Eklund (2018: 139) nota que se trata de uma esforço consciente dos intelectuais de Podemos de retomar um imaginário que, por muito tempo, restou sobre o monopólio da extrema-direita. Não se trata de aceitar os valores nacionalistas mas uma intenção de “to fill these words with new meaning”¹⁸⁵. No entanto, a autora reitera que a contingência da teoria do discurso não é sinônimo de arbitrariedade – os termos são revestidos, afinal, de uma historicidade radical (LACLAU, 1990) – o que, por sua vez, não é um destino ou uma essência.

Testemunho desse esforço de re-elaboração é a menção ao mito nacional de resistência à invasão napoleônica, por Iglesias, na *Marcha pelo Cambio*, que, na celebração de um ano da iniciativa Podemos levavam cem mil pessoas às ruas de Madrid, na praça Puerta del Sol, epicentro do 15-M: “2 de mayo de 1808, no fueron los reyes ni los generales ni los brillantes regimientos del Palacio Real los que se opusieron a la invasión. Fue el pueblo de Madrid, ese que hoy está en la calle con nosotros, el que compró con sacrificio la dignidad frente a una invasión intolerable”¹⁸⁶.

Assim, propunha-se a analogia histórica de uma invasão, promovida pelas organizações europeias, pelo “totalitarismo financeiro” (Idem). Uma analogia entre austeridade e guerra, entre Napoleão e Merkel.

Íñigo Errejón (2015: 90) comentará sobre o apelo nacionalista de Podemos:

levantamos a questão de identificação de cunho nacional popular, porque consideramos que, pela primeira vez, há condições de acusar nossos governantes de antipatriotas. Isso tem a ver com o cenário europeu, em que a subordinação quase colonial à governança da Troika na Europa

¹⁸⁵ “preencher essas palavras com novo significado”

¹⁸⁶ EUROPA PRESS. Discurso completo de Pablo Iglesias en la 'Marcha del Cambio', 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=YUrm0-SUCXY&frags=pl%2Cwn>>. Acesso em: 26/08/2018.

possibilita representá-los como alheios ou hostis ao interesse nacional das maiorias nacionais. E identificar os interesses do país com as maiorias empobrecidas.

Assim, o eixo nacional é um fator importante de identificação e de formação de antagonismos, em que é possível fazer um movimento que desestabilize o jogo político espanhol. Mas a questão nacional espanhola, como sabemos, não é simples, haja visto a questão da Catalunha. O Podemos, desde *Mover Ficha*, tem como postura defender o direito de decisão da população. Assim, o então secretário político do Podemos continua na sua narrativa otimista da própria estratégia: “Ao entrarmos em cena, provocamos um deslocamento. Por quê? A direita espanhola estava muito à vontade incendiando a discussão na Catalunha (...) A direita espanhola vinha sendo uma fábrica de independentistas. Então os independentistas adoravam aquilo” (Idem: 91). A intervenção virtuosa do Podemos, teria sobreposto à clivagem Espanha/Catalunha os termos da sua luta contra a casta. Evitando que elites espanholas e catalãs continuassem seu jogo, em benefício mútuo. Com a vantagem da passagem do tempo, avaliamos que a intervenção do Podemos não parece ter evitado que a clivagem Espanha/Catalunha se tornasse central. Justamente o contrário: a disputa entre nacionalismos enfraqueceu o partido.

5.2.2 Contra a Austeridade

O bojo do manifesto *Mover Ficha* (PODEMOS, 2014a) se coloca contra toda e qualquer privatização, do bem comum e de serviços públicos. Inclusive propõe que privatizações sejam revertidas.

Contra a ordem do dia, o Podemos e sua equipe econômica propõem um programa de resgate cidadão, incluído no documento supracitado, pretendendo impugnar as medidas da austeridade (PODEMOS, 2014b). A jornada de trabalho deveria ser diminuída, a idade de aposentadoria diminuída, empregos garantidos, demissões deveriam ser dificultadas. A dívida espanhola deveria ser auditada, sendo percebida como elemento de soberania nacional, contra os organismos estrangeiros e a ganancia dos grandes bancos nacionais. Além de medidas de alívio para aqueles que sofreram durante a recessão e a austeridade, se pretende punir crimes financeiros, fraudes fiscais, usar a estrutura das instituições europeias para endurecer sanções e controles contra

sonegadores; assim, a estrutura das demandas de Podemos relativas à austeridade está inscrito um antagonismo essencial entre aqueles que teriam se beneficiado com a crise, se beneficiado com o desemprego, se beneficiado da miséria alheia.

A austeridade é reconhecida, em discurso, como a culpada pela divisão social da Espanha, nos marcos de crescente desigualdade: “Los recortes y política de austeridad están dividiendo a nuestro país en dos: los que se han beneficiado y los que están peor que antes, los de arriba y los de abajo”¹⁸⁷.

O partido emerge como algo que pode dar medo aos poderosos na medida em que representa, acima de tudo, *la gente*. Que o povo comum faça política. É essencial então capturar o descontentamento que está fora dos partidos, fora dos canais comuns. O partido se apresenta como um instrumento. Na ocasião de seu lançamento, se convidam movimentos para estar juntos do processo constituinte, do qual o *Documento Final del Programa Colaborativo* (PODEMOS, 2014b) seria o resultado.

O Podemos se constituiu, até certo ponto e na imaginação de seus líderes, como uma contra-proposta às visões de “fuga do estado”: “cuando lanzamos la iniciativa Podemos muchos nos dijeron, desde este mecanismo de lo social, que estábamos construyendo la casa por el tejado, como si unas elecciones o la disputa política institucional, por ejemplo, no pudiesen construir identificación popular” (ERREJÓN; MOUFFE, 2015: 41).

Os apelos ao cidadão ordinário também repetem temas do 15-M, inclusive, o documentário *Mover Ficha*, sobre o primeiro ano do partido, começa com um tabuleiro de xadrez repleto de peões: a exata mesma imagem da chamada para protesto do Democracia Real Ya (GERBAUDO, 2017: 79). Contra as castas, Iglesias geralmente citará famílias desempregadas, jovens endividados e exilados econômicos: O podemos tem mais de 100 círculos fora da Espanha¹⁸⁸.

Agora devemos elaborar sobre como se adequam outros conteúdos do discurso do Podemos, dentro da *forma* antagonismo povo-casta. Consideramos elementos menos evidentes em discurso forte de soberania

¹⁸⁷ EUROPA PRESS. Discurso completo de Pablo Iglesias en la 'Marcha del Cambio', 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=YUrm0-SUCXY&frags=pl%2Cwn>>. Acesso em: 26/08/2018.

¹⁸⁸ IZQUIERDA TV. Pablo Iglesias en Vista Alegre - 'El cielo se toma por asalto'. 2014. Disponível em <<
<https://www.youtube.com/watch?v=wrTtYRV9ZoM&frags=pl%2Cwn>>>
acesso em 27/08/2018

e que são afinal desafios, dado o conteúdo histórico sedimentado em torno de *pátria e povo*.

Nas primeiras manifestações do Podemos, inclusive no manifesto fundador *Mover Ficha*, se menciona os direitos reprodutivos das mulheres, entendidos como a legalidade da prática do aborto. Isso pode ser compreendido quando entendermos que a legalidade da prática foi ameaçada por proposta de lei, e que contra isso se mobilizaram e venceram as ativistas feministas. O ministro da justiça Ruiz Gallardon, renuncia ante a derrota da proposta¹⁸⁹. Nas conferências *Arranca la 2ª fase: es la hora de la participación ciudadana*, esse compromisso com os direitos femininos transparece graças à fala da ativista Beatriz Gimeno¹⁹⁰, que em 2005 se tornou presidente da FELGBT (Federación Española de Lesbianas, Gays, Bissexuales e Transexuales) e durante cujo mandato é reconhecido legalmente o casamento homoafetivo na Espanha. Assim, a inscrição dessa demanda no discurso inicial do Podemos deve ser explicada não necessariamente por coerência ideológica, ou histórico com o movimento feminista, mas pela proximidade de movimentos sociais e protestos que transcorriam no período de sua formação, sendo um direito ali atacado por projeto do governo do Partido Popular. Expressa assim a apurada conexão da iniciativa com movimentos sociais atuantes no momento de sua elaboração; confere ao partido *autenticidade*: responde rapidamente às demandas colocadas pelo protesto e pela cidadania.

Assim, a formulação de Urbinati (2013) de que quaisquer populismos ocorreriam pela simplificação de demandas parece algo falha; demandas que sofrem grande pressão articulatória podem ser simplificadas quando adequadas ao discurso antagônico, mas a forma “articulação” admite muitas relações, e consegue assim um respeito a uma pluralidade mantendo diversos espaços antagônicos que não se submetem, a todo e qualquer momento e de qualquer modo, à lógica do significante vazio. Essa seria uma lógica de ativação *in extremis*, não parece o caso da cultura política do Podemos. Em termos gerais, a não ser que pressuponhamos alguma efetividade simbólica sobrenatural aos discursos de Pablo Iglesias. O que ocorre na investidura populista é a arregimentação de muitas demandas, mas sua submissão só acontece

¹⁸⁹ Gallardón demite-se após falhar reforma da lei do aborto. Diário de Notícias, 23 de setembro de 2014. Disponível em:

<<https://www.dn.pt/globo/europa/interior/gallardon-demite-se-apos-falhar-reforma-da-lei-do-aborto-4141027.html>>. Acesso em: 24/08/2018.

¹⁹⁰ Ver perfil da autora em: <https://www.eldiario.es/autores/beatriz_gimeno/>. Acesso em 24/08/2018.

sobre uma pressão desmensurada de uma organização já autoritária. Podemos ainda é muito herdeiro da cultura libertária do 15-M, não é somente uma apropriação simbólica ou narrativa, mas que admite convenções próprias às formas organizacionais e às redes do 15-M.

5.2.3 Os Símbolos do Poder

Mudde e Kaltwasser (2012; 2017) tomam como central para distinguir o populismo que o antagonismo por ele pressuposto seja moral. O antagonismo do primeiro Podemos era certamente moral, e se tratava de impugnar o regime de 1978 como um regime corrupto; mas não se tratava de ser somente um discurso moralista, anticorrupção. A corrupção, tanto no modelo de Mudde e Kaltwasser (Idem) quanto no discurso de Podemos, principalmente de Iglesias, serve de metáfora moral básica, que distingue a gente simples dos amigos do poder, a “Europa de los delincuentes, de los banqueros, de los mafiosos, de una casta que nos está llevando al desastre”; “mangantes”¹⁹¹.

O antagonismo de Podemos é moral também em outro sentido. É enfatizado no fato dos eurodeputados do Podemos viajarem na classe econômica e viverem com um terço do salário, doando o resto ao partido.

Quando dizemos que o discurso de Podemos é moral, no entanto, não pretendemos fazer uma oposição estanque entre discurso moralista e discurso crítico, onde um discurso moral estaria “desviando do foco” do verdadeiro antagonismo social que impediria a percepção de que não se trata de agentes individuais, mas de um sistema. A percepção do sistema certamente não escapa aos intelectuais do Podemos, ainda que tenha menos trânsito que a figura do corrupto, do ganancioso, daquele que não tem méritos pois está em sua posição graças aos amigos que tem, por ter trânsito entre os poderosos, por beijar as mãos certas.

Iglesias conta a fábula dos ratos, que elegem para seu governo os gatos negros. Estes, por sua vez, passam medidas em benefício próprio – por exemplo, que a porta da casa dos ratos seja grande o suficiente para a pata do gato passar. Insatisfeitos com isso, os ratos elegem o gato branco, que apenas faz aumentar a porta pelo qual os gatos capturam os ratos. Quando os ratos decidem, afinal, formar um partido dos ratos, são chamados de populistas e acusados de serem mandados por Nicolás Maduro. Iglesias conclui que é inevitável que governos “de gatos” passem regras em benefícios “a gatos”: “es lo que pasa cuando los gatos hacen

¹⁹¹ Ladrões, aproveitadores, vagabundos.

leyes para gatos”, mas conclui, sobre a casta, acima de tudo, que seus próceres “son inútiles!”¹⁹².

A casta, afinal, não teria “otro criterio que su propia supervivencia, demuestran que el enriquecimiento es su bandera y la impunidad su horizonte” (PODEMOS, 2014a). Enriquecem diante da desigualdade e do empobrecimento das maiorias, com impunidade diante das medidas punitivas da austeridade, quando a regra é o sacrifício de direitos no “altar de unos mercados guiados por la especulación y la rapiña” (PODEMOS 2014a). Assim, acusa-se o neoliberalismo e a doutrina do mercado, como rapinadores, invasores e também fanáticos, doutrinários e totalitários¹⁹³.

Além dos poderosos, há menções à mídia como entidade aliada do regime. Em mensagem aos círculos, depois do momento inicial do partido e se preparando para as eleições europeias, Pablo Iglesias afirma: “Pelemos em desvantaja”¹⁹⁴ já que a iniciativa Podemos não terá, supostamente, espaço na mídia.

Termos como “amigos ricos” para enfatizar a cumplicidade dos poderosos, assim como a figura da porta giratória, com governantes ocupando conselhos de entidades privadas, são usados. São citados desde oficiais corruptos de governos regionais até membros da comissão europeia. No discurso que fecha o ciclo do primeiro ano de Podemos, Iglesias dá uma importante inflexão a esse retrato das elites nacionais e internacionais:

¿Qué ha pasado? ¿Qué ha pasado en este país? Esta situación de humillación y empobrecimiento no se explica sólo porque haya gobernado mala gente, no se explica porque sean negligentes, el problema es un modelo de país que ha puesto a trabajar al Estado contra la sociedad, una minoría que engordaba sus cuentas mientras que la minoría veía

¹⁹² PODEM/PODEMOS Valencia. Intervención Pablo Iglesias inicio campaña en Valencia. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=a8RGcUpK6fE&frags=pl%2Cwn>>. Acesso em: 24/08/2018.

¹⁹³ EUROPA PRESS. Discurso completo de Pablo Iglesias en la 'Marcha del Cambio', 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=YUrm0-SUCXY&frags=pl%2Cwn>>. Acesso em: 26/08/2018.

¹⁹⁴ PODEMOS. Mensagem a los círculos Podemos. Disponível em <<<https://www.youtube.com/watch?v=UCABmBUzr5Q&frags=pl%2Cwn>>> Acesso em 27/08/2018

cómo las suyas adelgazaban, eso es la corrupción; robar las instituciones a la gente. La corrupción no son sólo sinvergüenzas que meten la mano en la caja, corrupción es que un 1% de ricos posea lo mismo que el 70% de la población, desde que empezó la crisis hay un 27% más de ricos exactamente el mismo porcentaje que españoles en riesgo de pobreza. Las personas atendidas por Cáritas han aumentado un 30% desde el inicio de la crisis. El mismo porcentaje que ha aumentado la venta de coches de lujo. ¡Eso es corrupción!¹⁹⁵

Assim, se trata de nomear como corrupto o Sistema financeiro, os lucros dos bancos e as profundas desigualdades sociais. Corrupta é também a austeridade. O discurso é moral, em conteúdo, mas o movimento feito por ele é político. Uma prática ganha um novo nome. A forma insultuosa e moral continua, quando o líder do Podemos afirma: “Hoy decimos a esos aristócratas arrogantes, a esa casta que insulta y miente: la libertad y la igualdad triunfarán”.

Franzé (2018: 58) considera que o discurso do Podemos repete movimentos do 15-M, que são: politizar aquilo que não era politizado – as identidades políticas existentes, a história da ordem Europeia, a crise e sua administração. Porém, o Podemos, através do discurso de seus líderes, faria isso as custas de “depoliticizing, in part, its own identity”¹⁹⁶ (Idem: 58). Consideramos a conclusão de Javier Franzé equivocada: o artifício é não se apresentar como político, propositalmente se apresentar como senso comum, conferindo força política para a impugnação do Podemos ao regime. Mas essa apresentação como senso comum não é “despolitizante”, se trata de uma astuciosa tomada de posição, recusando os termos de um debate embolorado.

¹⁹⁵ EUROPA PRESS. Discurso completo de Pablo Iglesias en la 'Marcha del Cambio', 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=YUrm0-SUCXY&frags=pl%2Cwn>>. Acesso em: 26/08/2018.

¹⁹⁶ “Despolitizar em parte sua propria identidade”

6 CONCLUSÃO

Analizamos a hipótese populista a partir do desenvolvimento teórico de uma estratégia política, até sua aplicação prática do caso do Podemos. A intervenção específica e virtuosa no momento histórico seria o crivo de uma estratégia que visa tomar os ventos históricos para assaltar os céus. Sua postulação é prenhe de esperança e ingenuidade; é voluntariosa e pretende mudar os termos da política pela intervenção retórica. É uma teoria do atalho histórico, poderia dizer Nadia Urbinati (2013), simplificando os termos da hegemonia em um cesarismo alegre, surfando na fortuna da democracia de audiência (MANIN 1997), e também, quando não muito, fingindo que o poder é sempre um problema dos outros (BEASLEY MURRAY 2010).

Mas não se invoca tão somente uma estratégia política de enfrentamento sustentado contra uma ordem política, mas a partir desse enfrentamento deve-se construir uma *nova* hegemonia. Se o populismo pode ser uma fonte de inovação política, ele deve implicar em uma re-encenação política com novos personagens, quebrando a estrutura circular que opõe e separa povo e poder. A crítica de Jon-Beasley-Murray (2010) dá conta que esse confronto se torna narrativo, pode-se dizer uma fábula moral. A fábula desloca o poder e o coloca fora de questão; trata-se de provar que o justo não tem poder, e é justo porque não tem poder. Se não houver um transbordamento dos papéis mítico-históricos, os atores se comprometem apenas a re-encenar uma fábula. Como Wendy Brown (1995: 47) observa, essa é a estrutura política do ressentimento. O perigo, assim, para o populismo como estratégia, é um “significante vazio” melancólico, testemunhal, que reitere apenas que o poder existe e está do outro lado da fronteira; que as demandas não são atendidas e nem podem sê-lo, e que essa impossibilidade é o próprio fundamento da “verdade” e “justiça” dessas demandas. Parece o destino de hegemonias que acometem não a sociedade, mas certas classes e grupos minoritários. É de certo modo, contra isso que se insurgiu a hipótese populista. Pablo Iglesias articula os elementos de seu discurso a partir da possibilidade da vitória, da ação decisiva, de “ser maioria”.

A teoria do populismo de Ernesto Laclau, afinal, é desenvolvida a partir de um diagnóstico muito apurado, e muito crítico, da crise de reclames universalistas da “justiça” e da “verdade”; contra esses, se afirma a contingência, a retórica, o discurso. Mas é o populismo uma forma política própria a contingência dos atores e das relações? Para que o populismo permita, afinal, uma transformação social, a identificação deve, paradoxalmente, fracassar, permitindo a enunciação de novas

demandas de modo relativamente autônomo. Uma demanda que de modo muito bem-sucedido expresse sua exclusão como constituição da própria identidade dependerá dessa exclusão para continuar tendo a forma de identidade.

O 15-M foi um momento populista, mas também não foi, ou foi outras coisas. Pablo Iglesias anuncia o fim da hipótese e, em seus discursos, muda o tom, fala menos em casta, quer uma nova transição. Íñigo Errejón aposta da institucionalização: o Podemos já não é mais uma novidade e deve começar a cumprir requisitos próprios a um ator legítimo do cenário institucional: não mais populista. Os termos pelo qual a hipótese populista foi descartada, pelos dirigentes, repetem a crítica de Benjamin Arditi (2010), segundo o qual o populismo seria muito dependente de crises. Ao dizer que a crise que levou à ruptura populista de Chávez e Morales era mais intensa que qualquer crise possível na Espanha, e que o critério de distinção dessa crise seriam “instituições funcionais”, Errejón (2015) também repete a distinção geopolítica entre movimentos populares e movimentos democráticos, como colocada em *Hegemony and Socialist Strategy* (2014). À Espanha não caberia uma ruptura populista pela força de suas instituições, enquanto o populismo é destino reservado à América Latina.

O Podemos, para ser uma investidura populista, precisava atrair os elementos do 15-M, mas esses elementos contradiziam terrivelmente a ordem férrea de uma investidura que deveria ocorrer dentro de prazos exíguos. Esses elementos seriam consenso, falta de presa, um anti-produtivismo (CASTELLS 2013). Primeiro, a tese da investidura dependia de uma *blitzkrieg* que não pode continuar assim que os partidos da ordem, a mídia, conseguiram encontrar o caminho do contra-ataque: questionar os intelectuais em sua credibilidade e em sua autenticidade, a partir de seu trabalho na América Latina. Mas isso não seria o suficiente. Um segundo elemento se interpôs na ascensão de Ciudadanos, um partido que elaborou, de modo mais insípido, um argumento de centro e de renovação política dentro da ordem. Mas mesmo o Ciudadanos acabou, pelas suas repetidas alianças com o Partido Popular, perdendo sua reputação sem que o Podemos reganhasse seu momento.

Enquanto isso, o PSOE restabelece alguma credibilidade através das brigas internas, enquanto as brigas internas de Podemos não contribuem para sua credibilidade, ainda que tenham sido atenuadas.

Pablo Iglesias diz que “hay que poner límites a transparencia”¹⁹⁷, e Podemos, agora parece um partido normal, com hábitos e traquejos de um partido normal. E termina sendo coadjuvante daqueles que sonhou ultrapassar. Rajoy finalmente cai, mas é uma vitória melancólica de Podemos.

O Podemos teve um corpo de demandas suficientemente amplos para ter um significante vazio, um líder carismático suficientemente vazio para ser um nome, mas hesitou: talvez a relativa pobreza de seus pontos nodais (antiausteridade e soberania) exigia um investimento afetivo mais intenso, uma antagonismo mais intenso – e mais vazio. Ou se conformava com a pluralidade que representava, ou com o carisma do representante. O populismo deliberado sempre terá algo de estranho, o populismo teorizado e praticado, sempre terá algo de impróprio, e nos parece, não favorece nem carisma, nem antagonismo.

Para qualquer efeito, estamos sendo terrivelmente injustos com nossos sujeitos de pesquisa: Podemos é um partido de quatro anos que conseguiu obter 20% dos votos já na sua primeira eleição geral. Mas sua trajetória foi marcada pela arrogância e orgulho, e era isso o que mais admirávamos no partido. Talvez fosse esse o gesto populista, afinal, estar imbuído de uma missão, mesmo que seja “ganhar: provar uma hipótese”. Um populismo próprio à jovens universitários, próprio à uma economia pós-fordista, próprio ao capitalismo cognitivo. E talvez seja uma singularidade, mas foi povo? –várias impressões pouco salutares devem ser tiradas do caminho antes de qualquer conclusão.

Difícil evitar a impressão de que os instigadores do Podemos, queriam, no fim, dizer algo sobre a esquerda¹⁹⁸. Insistiam e não falar de esquerda, o que só os forçou a falar mais da esquerda. Chantal Mouffe pergunta a Errejón: porque não ser de esquerda, porque não se dizer populista e porque não falar povo, mas “*la gente*”? (2015: 106) Mas se torna claro com a análise da atuação do partido que esse ímpeto herético era muito atenuado.

A investigação da hipótese populista nos recomenda a valorização de diversos elementos da teoria de Ernesto Laclau que devem ser desenvolvidos de forma a separar ruptura de investidora, intenção de

¹⁹⁷ ELDIARIOES. Cara a cara entre Pablo iglesias e Errejon. 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=0Pn2nchxEJI>>. Acesso em: 27/08/2018.

¹⁹⁸ Iglesias (2015: 8) começa justamente “entender Podemos” falando que a base da experiência do partido era “reconhecer a derrota da esquerda no século 20”.

efeito. A investigação deve também abandonar os seus instrumentos mais imediatos e procurar um entendimento mais ambicioso de afeto e carisma. A hipótese populista, nos parece, é ainda muito dependente de crises e líderes. Devemos entender melhor um e outro. O rumo tomado por Errejón, parece nos recomendar a busca de novas formas de hegemonia ou de política. Pode o populismo verdadeiramente enfrentar a “hegemonia neoliberal” que elegeu como nênese? Um novo momento geopolítico, marcado pelo surgimento de um discurso nacionalista desde o *império*, indica que a crise dessa hegemonia pode levar a uma reafirmação monstruosa, híbrida, até tosca, dos termos dessa hegemonia. Reafirmação essa que desloca saídas emancipatórias ou libertárias – e torna difícil até sua imaginação. Mas deve-se evitar que esse deslocamento leve a uma inflexão definitiva da teoria do populismo, em que retomamos velhos pessimismos sem renovar seus termos. O estudo do Podemos e do 15-M oferecem remédio a esse tipo de remissão. Mas também deve-se evitar velhos otimismo – quase nenhum momento histórico exige *menos* heresias.

7 REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel (2010). “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita” In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e Sua História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- AGUILAR, Paloma (1996). *Memoria y Olvido de la Guerra Civil española*. Madrid: Alianza.
- AGUSTÍN, Óscar García (2018) We the People or We the Republic? The Need for a Republican Populism. In: GARCÍA AGUSTÍN, Óscar; BRIZIARELLI, Marco. *Podemos and the New Political Cycle: Left-Wing Populism and Anti-Establishment Politics*. Londres: Palgrave MacMillian
- ALTHUSSER, Louis (1970). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença.
- ANDRADE BLANCO, Juan Antonio (2012). *El PCE y el PSOE en [la] transición*. Le evo- lución ideológica de la izquierda durante el proceso de cambio político. Madrid: Siglo XXI.
- ARANTES, Paulo (2014). Depois de junho a paz será total In: *O novo tempo do mundo e outros ensaios sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo.
- ARATO, Andrew (2013). Political Theology and Populism. *Social Research: An International Quarterly* 80(1): 143-172.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean L. (2017). Populism, Civil Society and Religion. *Constellations* 24(3): 283-295.
- ARDITI, Benjamin (2005). Populism as an Internal Periphery of democratic Politics In: PANIZZA (org.) *Populism in the mirror of Democracy*. Londres: Verso.
- ARDITI, Benjamin (2007). Post-Hegemony: politics outside the usual post-marxist paradigm. *Contemporary Politics* 13(3): 205-226.
- ARDITI, Benjamin (2010). Populism is Hegemony is Politics? *Constellations* 17(3): 488-497.
- BABY, Sophie (2009). Estado y Violencia em la Transición Española: las violências Policiales In: BABY, Sophie; COMPAGNON, O.; CALLEJA, E. (eds.), *Violencia y transiciones políticas a nales del siglo xx*. Europa del Sur – América Latina, Madrid: Collection de la Casa de Velázquez.

CAVA, Bruno. (2015) O podemos entre hegemonia e Multidão. *Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. N 44 / Set. 2014 – abr. 2015. Pg. 5-14

BADIOU, Alain (2012). *The Rebirth of History*. London: Verso.

BALFOUR, Sebastian (2005). The reinvention of Spanish conservatism: the Popular Party since 1989. In: _____ (org). *The Politics of Contemporary Spain*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

BEASLEY-MURRAY, Jon (2010). *Post-Hegemony: political theory and Latin America*, Minneapolis: University of Minnesota Press.

BETZ, Hans-Georg. (1993). The New Politics of Resentment: Radical Right-Wing Populist Parties in Western Europe. *Comparative Politics*, 25(4), 413-427.

BIGILIERI, Paula (2017). Populismo y emancipaciones. La política radical hoy. Uma aproximação. (com variações) al pensamento de Ernesto Laclau. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas e Sociales*, 229. 245-262.

BRINGEL, Breno (2015). 15-m, Podemos e os Movimentos Sociais. *Novos Estudos CEBRAP* 103: 59-77.

BROWN, Wendy. (1995) *States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity*. Princeton: Princeton University Press.

CANOVAN, Margaret. (1981) *Populism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.

CANOVAN, Margaret (2002). Taking Politics to the People: Populism as the Ideology of Democracy In: MÉNY, Yves; SUREL, Yves. *Democracies and the Populist Challenge*. New York: Palgrave.

CASTAÑEDA, Jorge. (2006) Latin America's Left Turn. *Foreign Affairs*, 85. Disponível em: < <https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2006-05-01/latin-americas-left-turn>>. Acesso em 24/08/2018.

CASTELLS, Manuel (2013). *Redes de Indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar.

CASTRO GOMES, Angela (2010). O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e Sua História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DEAN, Jodi (2012). *The Communist Horizon*. London: Verso.

DELLA PORTA (2015). Del 15M a Podemos: resistencia en tiempos de recesión. *Encrucijadas: Revista Crítica de Ciencias Sociales*, 9. Disponível em: <<http://www.encrucijadas.org/index.php/ojs/article/view/162>>. Acesso em: 24/08/2018.

DE LA TORRE, Carlos (2014). Populism in Latin American Politics. *Research in Political Sociology* 22: 79-100.

DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian. (org.) (1992). *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago: University of Chicago Press.

EKLUNDH, Emily (2018). Populism, Hegemony and the Phantasmic Sovereign: The Ties Between Nationalism and Left-Wing Populism In: GARCÍA AGUSTÍN, Óscar; BRIZIARELLI, Marco. *Podemos and the New Political Cycle: Left-Wing Populism and Anti-Establishment Politics*. Londres: Palgrave MacMillian.

ERREJÓN, Íñigo (2012). *La lucha por la hegemonía durante el primer gobierno del MAS en Bolivia (2006-2009): un análisis discursivo*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

ERREJÓN, Íñigo (2013). Sin manual, pero con pistas: algunas trazas comunes en los procesos constituyentes andinos (Venezuela, Bolivia, Ecuador). *Viento Sur*, 128: 27-37.

ERREJÓN, Íñigo; SCHAVELZON, Salvador (2015). Entrevista: Podemos e a hipótese populista. *Novos Estudos CEBRAP* 103: 79-97.

ERREJÓN, Íñigo; MOUFFE, Chantal (2015). *Construir Pueblo*. Barcelona: Icaria.

FERREIRA, Jorge (2010). O nome e a coisa: o populismo na política brasileira In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2010.

FLESHER FOMINAYA, Cristina (2014). Debunking Spontaneity: Spain's 15-M/Indignados as Autonomous Movement. *Social Movement Studies* 14(2): 142-163.

FRANZÉ, Javier (2018) The Podemos Discourse: A Journey from Antagonism to Agonism In: GARCÍA AGUSTÍN, Óscar; BRIZIARELLI, Marco. *Podemos and the New Political Cycle: Left-Wing Populism and Anti-Establishment Politics*. Londres: Palgrave MacMillian.

GERBAUDO, Paolo (2017). *The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest*. Londres: Hurst Publishers.

GERMANI, Gino; IANNI, Octavio; DI TELLA, Torcuato (1973). *Populismo y Contradicciones de Classe em Latinoamerica*, México D.F.: Ediciones Era.

GERMANI, Gino (1973). *Politica e sociedade numa época de transição: da sociedade tradicional a sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou.

GERRING, John (2007). *Case Study Research: Principles and Practices*. New York: Cambridge University Press

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David (2007). *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory*. New York: Routledge

GORDO LÓPEZ, A. (2015). La «Hipótesis Podemos» desde la Universidad Pública. *Revista Teknokultura*, Vol. 12(1), 11-13.

GRAEBER, David (30 nov. 2011). Occupy Wall Street's anarchist roots. *Al Jazeera English* Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/11/2011112872835904508.html>>. Acesso em: 24/08/2018.

GRAMSCI, Antonio. (2011) O leitor de Gramsci: Escritos escolhidos 1916-1935. (Org. Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio (2000). *Império*. Rio de Janeiro: Record

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio (2005). *Multidão*. Rio de Janeiro: Record

HARDT, Michael; Negri, Antonio (2009). *Commonweath*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

HEYWOOD, Paul (2005). Corruption, democracy and governance in contemporary Spain In: BALFOUR, Sebastian. (org) *The Politics of Contemporary Spain*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

HONNETH, Axel (2003). *A luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34.

HOPKIN, Jonathan (2005). From consensus to competition: the changing nature of democracy in the Spanish transition In: BALFOUR, Sebastian (org). *The Politics of Contemporary Spain*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

HOWARTH, David (2005). Aplicando la Teoría del Discurso: el Método de la Articulación. *STUDIA POLITICÆ* 5: 37-88.

IANNI, Octavio (1989). *A formação do Estado Populista na América Latina*. São Paulo: Ática.

IGLESIAS, Pablo (2007). Las clases perigosas: la interfaz boliviana em la resistencia global al capitalismo In: ESPASANDÍN, Jesús; IGLESIAS, Pablo. *Bolívia in Movimiento: acción colectiva y poder político*. Valência: Fundación CEPS/El Viejo Topo/Europa de los Ciudadanos.

IGLESIAS, Pablo (2015). Entendiendo Podemos. *New Left Review* 93: 9-54.

JORGENSEN, Marianne; PHILIPS, Louise (2002). *Discourse Analysis as theory and Method*. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications.

KAZIN, Michael (1998). Democracy Betrayed and Redeemed: Populist Traditions in the United States. *Constellations* 5(1): 75-84.

LA CARIDAD LEDEZMA, Michel (2018). Between the Populist Left and Right: Discursive Structure and Ideological Interventions in Podemos and the National Front In: GARCÍA AGUSTÍN, Óscar; BRIZIARELLI, Marco. *Podemos and the New Political Cycle: Left-Wing Populism and Anti-Establishment Politics*. Londres: Palgrave MacMillian.

LACLAU, Ernesto (1990). *New reflections on the revolution of our time*. London: Verso.

LACLAU, Ernesto (1978). *Política e Ideologia na Teoria Marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LACLAU, Ernesto (1985a). Tesis acerca de la forma hegemónica de la política In: LA BASTIDA, Martín del Campo. *Hegemonia y alternativas políticas en América Latina*. México D.F.: Siglo XXI ed.

LACLAU, Ernesto (1985b). Os Novos movimentos sociais e a pluralidade do social. CEDLA Latin American Studies 29. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04>. Acesso em: 24/08/2018.

LACLAU, Ernesto (1987). Populismo y Transformacion del Imaginario politico en America Latina. *Boletin de Estudios Latinoamericanos y del Caribe* 42. 25-38.

LACLAU, Ernesto (2000). Constructing universality In: BUTLER, J. LACLAU, E., ZIZEK, S. *Contingency, Hegemony, Universality: contemporary dialogues on the left*. Londres: Verso.

LACLAU, Ernesto (2001). Can Immanence Explain Social Struggles. *Diacritics* 31(4): 3-10.

LACLAU, Ernesto (2004) Glimpsing the Future In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver (org.). *Laclau: A critical Reader*. Londres, Nova York: Routledge.

LACLAU, Ernesto (2005a). Populism: What's in a Name? In: PANIZZA (org.) *Populism in the mirror of Democracy*. Londres: Verso.

LACLAU, ERNESTO (2005b). The Future of Radical Democracy In: TØNDER, Lars; THOMASSEN, Lasse (org.). *Radical Democracy: Politics between Abundance and Lack*. Manchester: Manchester University Press

LACLAU, Ernesto (2006a). Why constructing a people is the main task of Radical Politics. *Critical Inquiry* 32(4): 646-680.

LACLAU, Ernesto. (2006b) La deriva Populista y la centroizquierda latinoamericana. *Nueva Sociedad*. N 205: 56-61.

LACLAU, Ernesto (2011). *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

LACLAU, Ernesto (2013). *A razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2014). *Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2015). Pós-marxismo sem pedido de desculpas In: LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel (Orgs.). *A teoria do discurso de Ernesto Laclau: Ensaios críticos e entrevistas*. São Paulo: Annablume.

LASH, Scott (2007). Power After Hegemony. *Theory Culture and Society* 24(3): 55-78.

LEFORT, Claude (1983). *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense.

LLORENTE, David. (2016). Podemos: Una Hipótesis Vigente. Viento Sur. Disponível em <<https://vientosur.info/spip.php?article11494>>. Acesso em: 10/10/2018

LÓPEZ, Isidro; RODRÍGUEZ, Emmanuel (2011). The Spanish Model. *New Left Review* 69: 5-29.

MAGONE, José M. (2008). *Contemporary Spanish Politics*. London: Routledge .

MANIN, Bernard (1997). *The Principles of representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press.

MARTÍN-BARBERO, Jesus (2009). *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MARTÍNEZ GUILLEM, Suzana (2018). Podemos' Performative Power: Space Struggles and/as Political Transformation In: GARCÍA AGUSTÍN, Óscar, BRIZIARELLI, Marco (2018) *Podemos and the New Political Cycle: Left-Wing Populism and Anti-Establishment Politics*. Londres: Palgrave MacMillian.

MARZOLF, Hedwig; GANUZA, Ernesto. (2016) ¿Enemigos o colegas? El 15M y la hipótesis Podemos. *Empiria. Revista de metodología de ciencias sociales*, [S.l.], n. 33, p. 89-110.

MENDONÇA, Daniel de (2014). O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. *Lua Nova* 91: 135-167.

MONEDERO, Juan Carlos (2008). Hacia una filosofía política del socialismo del siglo XXI: notas desde el caso venezolano. *Cuaderno del CENDES* 25(68): 71-106

MONEDERO, Juan Carlos (2011). *La transición contada a nuestros padres*. Madrid: La Catarata.

MONEDERO, Juan Carlos (2016). Las debilidades de la hipótesis populista y la construcción de un pueblo en marcha. Publico. Disponível em <<https://blogs.publico.es/juan-carlos-monedero/2016/05/11/las-debilidades-de-la-hipotesis-populista-y-la-construccion-de-un-pueblo-en-marcha/>>. Acesso em: 24/08/2018.

MOUFFE, Chantal (1991). Hegemonía e ideología en Gramsci In: Hernán Suárez, Antonio *Gramsci y la realidad colombiana*. Bogotá: Ediciones Foro Nacional por Colombia.

MOUFFE, Chantal (2000) *The Democratic Paradox*. Nova York: Verso.

MOUFFE, Chantal (2005a). The 'end of politics' and the challenges of right wing populism" In: PANIZZA (org.). *Populism in the mirror of Democracy*. Londres: Verso.

MOUFFE, Chantal (2005b). Por um modelo agonístico de democracia. Em *Rev. Sociol. Polít* 25: 11-23. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31108.pdf>>. Acesso em: 24/08/2018.

MOUFFE, Chantal (2018) *For a Left Populism*. Londres: Verso.

MUDDE, Cas. KALTWASSER, Cristóbal Rovira (2012). Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. *Government and Opposition* 48(2): 147-174.

MUDDE, Cas. KALTWASSER, Cristóbal Rovira (2017). *Populism: A very short Introduction*. New York: Oxford University Press.

NEGRI, Antonio (2003). *Kairòs, Alma Venus, Multitudo*: Nove Lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A.

NEGRI, Antonio (2015) Laclau e a dialética do social e do político: entre movimentos e hegemonia. Em *Lugar Comum*: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia 45: 108-117.

NEGRI, Antonio. SANCHEZ, Raul Cedillo. Podemos além Podemos, um poder constituinte na Europa. *Lugar Comum*: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia 44: 40-60.

PANIZZA, Francisco (2008). Fisuras entre Populismo y Democracia en América Latina. *Stockholm Review of Latin American Studies* 3: 81-93.

PITKIN, Hannah (1967). *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press.

PITTKIN, Hannah (2006). Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova*, São Paulo, 67: 15-47.

PODEMOS (2014a) Mover Ficha: Convertir la Indignación em cambio político. Disponível em <<https://www.cuartopoder.es/wp-content/uploads/2014/01/Mover-ficha-convertir-la-indignación-en-cambio-pol%C3%ADtico.pdf>>. Acesso em: 26/08/2018.

PODEMOS (2014b) Documento final del Programa Colaborativo. Disponível em <<http://blogs.elpais.com/files/programa-podemos.pdf>>. Acesso em: 26/08/2018.

PODEMOS (2014c) Principios Organizativos, disponível em: <<http://podemos.info/wp-content/uploads/2015/06/Documento-organizativo.pdf>>. Acesso em 10/10/2018.

PRENTOULIS, Marina; THOMASSEN, Lasse (2014). Autonomy and Hegemony in the Squares: the 2011 protests in Greece and Spain. In: KATSAMBEKIS, Giorgios; KIOUPKIOLIS, Alexandros. *Radical Democracy and Collective Movements Today: The Biopolitics of the Multitude versus the Hegemony of the People*. Burlington: Ashgate.

PRZEWORSKI, Adam (1985) *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press

RANCIERE, Jacques (1996). *O descentimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34

RANCIÈRE, Jacques (2010). The People or the Multitudes? In: *Dissensus: On Politics and Aesthetics*. New York: Continuum.

RANCIERE, Jacques (2014). *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo.

RECIO, Albert; ROCA, Jordi. (1998) The Spanish Socialist in Power: Thirteen Years of Economic Policy. *Oxford Review of Economic Policy* 14(1): 139-158.

RENDUELES, César, SOLA, Jorge (2018). The Rise of Podemos: Promises, Constraints, and Dilemmas. In GARCÍA AGUSTÍN, Óscar, BRIZIARELLI, Marco. *Podemos and the New Political Cycle: Left-Wing Populism and Anti-Establishment Politics*. Londres: Palgrave MacMillian.

RODRÍGUEZ-TERUEL, Juan; BARRIO, Astrid; BARBERÀ, Oscar (2016). Fast and Furious: Podemos quest for power in multi-level Spain. *South European Society and Politics*. 21(4): 561-585.

ROMANOS, Eduardo (2017). Late Neoliberalism and Its Indignados: Contention in Austerity Spain In: DELLA PORTA ET AL. *Late Neoliberalism and its Discontents in the Economic Crisis*. Londres: Palgrave MacMillian.

ROMAO, Filipe Vasconcelos (2015). Podemos and Ciudadanos: the end of the bipartidarism in Spain? *Relações Internacionais* [online] 45: 81-95.

SABARIEGO, Jesús (2015). Podemos y los recientes movimientos sociales globales en Espanã: Hipótesis para una propuesta de investigación desde la práctica. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación* 130: 259-273

SCHAVELZON, Salvador (2015b). A formação do Podemos: América do Sul, Populismo pós-colonial e Hegemonia Flexível. *Novos Estudos CEBRAP* 103: 33-57.

SCHALVELZON, Salvador. (2018) Podemos and Latin America. In GARCÍA AGUSTÍN, Óscar, BRIZIARELLI, Marco. *Podemos and the New Political Cycle: Left-Wing Populism and Anti-Establishment Politics*. Londres: Palgrave MacMillian.

SCHMITT, Carl (1996). *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo: Scritta, 1996.

SCHMITT, Carl (2006). *Teologia política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006

SHARE, Donald. MAINWARING, Scott (1986). Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha. *Dados* 29(2), 207-236.

SITRIN, Marina; AZZELLINI, Dario. 2014. *They Can't Represent Us!: Reinventing Democracy from Greece to Occupy*. London: Verso.

STRATVRAKIS, Ianni (2014). Hegemony or Post-Hegemony? Discourse, Representation and the Revenge(s) of the Real In: KATSAMBEKIS, Giorgios; KIOUPKIOLIS, Alexandros. *Radical Democracy and Collective Movements Today: The Biopolitics of the Multitude versus the Hegemony of the People*. Burlington: Ashgate.

TAGGART, Paul (2002). Populism and the Pathology of Representative Politics In: MÉNY, Yves; SUREL, Yves. *Democracies and the Populist Challenge*. New York: Palgrave.

TAGGART, Paul (2017). Populism in Western Europe. In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira; TAGGART, Paul; ESPEJO, Paulina Ochoa; OSTIGUY, Pierre (eds.). *Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press.

TILLY, Charles (1986). *The Contentious French: Four Centuries of Popular Struggle*. Cambridge: Harvard University Press.

URBINATI, Nadia (1998). Democracy and Populism. *Constellations* 5(1): 110-124.

URBINATI, Nadia (2006). O que torna a representação democrática? *Lua Nova* 67: 191-228.

URBINATI, Nadia (2014). The Populist Phenomenon. *Raisons Politiques* 51: 137-154.

VILLACAÑAS, José Luiz & LEDO, Jorge. (2010). The Liberal Roots of Populism: A Critique of Laclau. *CR: The New Centennial Review*, 10(2), 151-182.

VILLACAÑAS, José Luiz. (2015) *Populismo*. Madrid: La Huerta Grande Editorial

VILLACAÑAS, José Luiz. (2017) *Retórica Populista y Retórica Republicana*. *Revista Internacional de Pensamiento Político – I Época – v 12*. 283-304.

VITTORI, Davide (2017). Re-conceptualizing populism: Bringing a multifaceted concept within stricter borders. *Revista Española de Ciencia Política* 44. 43-65

WEBER, Max. (1999) *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Volume I. Brasília: Editora UnB

WEFFORT, Francisco (1980). *O populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WEFFORT, Francisco (1973). *Clases y Desarrollo Social (Contribución al estudio del populismo)* In: WEFFORT, F.; QUIJANO, A. *Populismo, marginalización y dependência: Ensayos de interpretación sociológica*. San José: Universidad Centroamericana.

ZIBECHI, Raúl (2013). *Autonomy in Brazil: Below and behind the June uprising*. *Roarmag*. Disponível em: <<http://roarmag.org/essays/raul-zibechi-brazilian-uprisings>>. Acesso em: 26/08/2018

ŽIŽEK, Slavoj (2006). *Against the Populist temptation*. *Critical Inquiry* 32(3): 551-574.

ŽIŽEK, Slavoj (2012). *The Year of Dreaming Dangerously*. Londres: Verso.